



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MÍRIAM PAULA CORADINI

**LEITURAS DE PAISAGENS EM PARQUES URBANOS:
FUNÇÃO E PERCEPÇÃO**

Londrina
2008

MÍRIAM PAULA CORADINI

**LEITURAS DE PAISAGENS EM PARQUES URBANOS:
FUNÇÃO E PERCEPÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente

Londrina
2008

MÍRIAM PAULA CORADINI

**LEITURAS DE PAISAGENS EM PARQUES URBANOS:
FUNÇÃO E PERCEPÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria del Carmen M. H. Calvente
UEL – Londrina – PR

Profa. Dra. Yoshiya Nakagawara Ferreira
UEL – Londrina – PR

Prof. Dr. Jorge Marão Carnielo Miguel
UEL – Londrina – PR

Londrina, _____ de _____ de 2008

É preciso aprender a leitura explícita e implícita contida na cidade, aprendendo a fazer perguntas e acatando as respostas, para só assim desenvolvermos a nossa afetividade pelas pedras e pelas gentes que constituem este aglomerado visível e invisível que estão na nossa realidade, na nossa imaginação.

Lívia de Oliveira

AGRADECIMENTOS

À profa. Dra. Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente, pessoa que tanto admiro, pela orientação, pela dedicação e por todo conhecimento. Agradeço ainda mais pela amizade e pelo carinho, por toda paciência e ajuda nos bons e maus momentos.

À profa. Dra. Yoshiya Nakagawara Ferreira, por toda ajuda desde o início dessa jornada. Obrigada por toda a preocupação e pelos conselhos valiosos.

Ao prof. Dr. Jorge Marão Carnielo Miguel, que me acompanha desde os tempos da graduação. Foi graças a você que tudo começou.

Aos docentes do mestrado, por me abrirem as portas do saber geográfico.

A todos os membros, antigos e recentes, do projeto TERNOPAR. Agradeço especialmente as amigas Érica, Jamile, Tatiana e Fernanda. Nossas conversas nas reuniões foram de grande auxílio para a estruturação dessa pesquisa.

Aos funcionários da SEMA, em especial ao administrador do Parque Arthur Thomas, Sidney Antônio Bertho, pela grande contribuição dada para a realização desse trabalho.

A todas as pessoas que foram entrevistadas no decorrer dessa pesquisa, e que muito me ajudaram através de suas falas e percepções.

À CAPES, pela bolsa de estudos que tornou esse trabalho possível.

Ao querido Daniel, por todo apoio, carinho e companheirismo.

Aos meus pais, Maria Helena e Limbécio, que sempre me apoiaram em todos os momentos da vida. Obrigada pelo suporte necessário, em todos os sentidos, em mais essa caminhada.

CORADINI, Míriam Paula. **Leituras de paisagens em parques urbanos: função e percepção**. 2008. 134 p. Dissertação Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento – Universidade Estadual de Londrina.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo realizar a leitura de paisagens em parques urbanos, buscando a interpretação de seus significados objetivos e subjetivos. Parques urbanos são importantes estruturas para o cotidiano de lazer nas cidades. Por suas características específicas (qualidade funcional, ambiental e estética), possibilitam o estabelecimento de relações afetivas entre os visitantes e o lugar. Neste panorama, a atividade simbólica torna-se bastante expressiva. A paisagem, quando considerada uma construção cultural coletiva, é capaz de retratar história, memória, posições ideológicas e políticas, anseios e visões de mundo. Se nela estão gravadas diversas formas de expressão da sociedade, é possível considerá-la como linguagem. O método de leitura semiótico possibilita a decodificação dos signos e de seus respectivos significados. A leitura e a interpretação da paisagem interferem diretamente nas relações estabelecidas entre a população e o local, devendo, portanto, fazer parte do processo de planejamento e gestão dos espaços públicos nas cidades. Buscando aplicar o embasamento teórico à realidade local, realizou-se análise do Parque Arthur Thomas, um espaço público significativo para a cidade de Londrina-PR. O parque é uma unidade de conservação ambiental, possui papel significativo como patrimônio histórico londrinense e incorporou a função de lazer público urbano. O local enfrentou por anos um grave processo de degradação e os impactos negativos foram refletidos na queda progressiva da taxa de visitação. Através de entrevistas realizadas com a população, verificou-se que a imagem do parque ainda é bastante negativa. Atualmente, a administração do parque, com o objetivo de melhorar sua imagem perante a comunidade, investe em reformas e benfeitorias. Quanto à leitura da paisagem, percebe-se que o parque, pela pouca presença de elementos semióticos, apresenta um ambiente demasiadamente neutro. Isso não é necessariamente negativo, mas um local que possui tanta potencialidade (principalmente em relação às suas características ambientais e históricas) necessita de peculiaridade, algo que lhe confira caráter próprio. A expectativa é que, a partir das reformas, a percepção dos visitantes seja alterada de maneira positiva permitindo, talvez, que elos afetivos sejam formadas com o lugar.

Palavras-chave: Parques urbanos. Leituras de paisagens. Percepção. Parque Arthur Thomas.

CORADINI, Míriam Paula. **Leituras de paisagens em parques urbanos: função e percepção**. 2008. 134 p. Dissertação Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento – Universidade Estadual de Londrina.

ABSTRACT

This study intends to perform landscape reading in urban parks, seeking for interpretation of their objective and subjective meanings. Urban parks are important structures of everyday leisure in the cities. Their specific features (functional, environmental and aesthetic qualities) enable the constitution of affective relationships between visitors and the place. Under this perspective, the symbolical activity becomes very expressive. The landscape, as a collective cultural construction, is capable of depicting history, memory, ideological and political stances, aspirations and world views. Given that several society's forms of expressions are engrained in the landscape, it is possible to consider it language. The semiotic reading method enables the decoding of signs and their respective meanings. Reading and interpreting of landscapes interferes directly with the established relations between the population and the place, therefore, these activities should be part of the management and planning processes of public spaces in the cities. An analysis of Arthur Thomas Park, a significant public space to the city of Londrina-PR, was accomplished seeking to apply this theory to the local reality. The park is an environmental protected area, has a significant role as historical heritage to the city and also incorporated the function of urban public leisure. The place faced for years a severe degradation process and the negative impacts were reflected in the progressive descent of its visitation rate. It has been ascertained by interviews with the population that the image of the park is still very negative. At the present time, Arthur Thomas Park's administration is investing in renovation and improvements, meaning to amend that image. As to the landscape reading, is noted that the park, due to lack of presence of semiotic elements, presents a very neutral surrounding. This isn't necessarily negative, but a place that has so much potential (especially related to its environmental and historical features) needs peculiarity, something that concedes its own character. The prospect is, with the renovation, that the visitors' perception could be altered in a positive way, allowing, perhaps, affective bonds to be formed with the place.

Keywords: Urban parks. Landscape reading. Perception. Arthur Thomas park.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama sintético do modelo teórico de Canter.....	44
Figura 2 – Implantação de Londrina em relação aos fundos de vale	67
Figura 3 – Localização de Londrina e do Parque Arthur Thomas	73
Figura 4 – Foto aérea do Parque Arthur Thomas – uma pequena floresta em meio urbano	73
Figura 5 – Ficha técnica do Parque Municipal Arthur Thomas	75
Figura 6 – Localização de trilhas e da infra-estrutura de apoio no Parque Arthur Thomas.....	76
Figura 7 – Portão de acesso ao Parque Arthur Thomas	77
Figura 8 – Órgãos público com sede no parque.....	78
Figura 9 – Orelhões em formatos de animais.....	78
Figura 10 –Vista para a represa do Ribeirão Cambé	79
Figura 11 –Alguns dos animais encontrados no parque	80
Figura 12 –Trilhas ao redor do rio, designando diversas possibilidades de percursos.....	80
Figura 13 –Cachoeiras de acesso restrito	81
Figura 14 –Uma das principais atrações do parque, a cascata com 20 metros de queda	82
Figura 15 –Guarda-corpo em precário estado de conservação	83
Figura 16 –Paisagem presente na maior parte da trilha – o caminho de pedra no meio da mata	84
Figura 17 –A árvore eleita para as assinaturas	84
Figura 18 –Local de descanso na Trilha da Cuíca	85
Figura 19 –O rio "camuflado" pela densa vegetação, na Trilha da Cuíca	85
Figura 20 –Trilha do Jaboti, grande escadaria que liga a Trilha da Cuíca à Trilha da Cotia	86
Figura 21 –Vista para o Ribeirão Cambé, já no final da Trilha da Cuíca, próximo à usina	86
Figura 22 –Barragem do Ribeirão Cambé.....	87
Figura 23 –Bifurcação da trilha principal	88
Figura 24 –Canal lateral, antiga fonte de abastecimento da usina hidrelétrica	88

Figura 25 –Usina Hidrelétrica do Ribeirão Cambé	89
Figura 26 –Equipamentos desativados da usina hidrelétrica	90
Figura 27 –Exemplos de falta de manutenção no Zerão	91
Figura 28 –No Zerão, maior diversidade de equipamentos voltados ao lazer.....	98
Figura 29 –Usina Cambé em obras – exterior e interior	98
Figura 30 –Seguranças fazendo a vigilância móvel no parque	107
Figura 31 –Espaço Paineiras, em construção	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição por faixa etária	92
Gráfico 2 – Classificação quanto à escolaridade	93
Gráfico 3 – Renda familiar	94
Gráfico 4 – Principal ocupação	95
Gráfico 5 – Local de residência	95
Gráfico 6 – Tempo de permanência no parque	96
Gráfico 7 – Número de visitantes por ano no Parque Municipal Arthur Thomas	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CODEL	Instituto de Desenvolvimento de Londrina
CIAM	Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
IPPUL	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
PML	Prefeitura Municipal de Londrina
PR	Paraná
SEMA	Secretaria Municipal do Ambiente
UEL	Universidade Estadual de Londrina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 APRESENTANDO OS PARQUES URBANOS: CONCEITOS INICIAIS	18
1.1 QUALIDADE FUNCIONAL DOS PARQUES URBANOS	22
1.1.1 Considerações sobre o Lazer como Necessidade.....	25
1.1.2 O Lazer nos Parques Urbanos	28
1.1.3 Programa de Atividades nos Parques Urbanos Contemporâneos.....	29
1.2 Qualidade Ambiental dos Parques Urbanos	31
1.2.1 Parques Urbanos e Melhoria da Qualidade Ambiental	34
1.2.2 Ação do Planejamento, Questão Ambiental e Implantação de Parques Urbanos	37
1.3 QUALIDADE ESTÉTICA NOS PARQUES URBANOS.....	38
1.3.1 Referenciais Estéticos em Parque Urbanos Contemporâneos.....	41
1.3.2 Parques Urbanos, Estética e a Relação de Identidade com o Lugar.....	43
2 PAISAGEM URBANA	50
2.1 O CONCEITO DE PAISAGEM	52
2.1.1 Paisagem e Cultura	54
2.2 SEMIÓTICA E CULTURA	56
2.3 SIGNOS DA PAISAGEM.....	60
3 PARQUES URBANOS: ESTUDO DE CASOS EM LONDRINA-PR	65
3.1 LONDRINA: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO.....	66
3.2 PARQUE MUNICIPAL ARTHUR THOMAS	72
3.2.1 Conhecendo o Parque.....	77
3.2.1 O ambiente natural	81
3.2.1.2 Parque Arthur Thomas e seu contexto histórico	87
3.2.2 Os Visitantes.....	91
3.2.3 A Opinião de Quem Não Frequenta o Parque.....	97
3.2.4 Estratégias da Administração: Reformas no Parque	104
3.2.5 Leituras da Paisagem	110

CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	119
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	128

INTRODUÇÃO

As cidades são as mais complexas formas de interferência humana no meio, tanto em termos de densidade quanto de diversidade, por isso sempre atraíram pesquisadores de diversas áreas. São incontáveis os aspectos urbanos que podem ser analisados pelas lentes da ciência: a infra-estrutura existente, as relações sociais, as trocas econômicas, a perspectiva histórica, os problemas sócio-ambientais, as representações culturais etc.

O cotidiano vivenciado nas cidades – base das relações sociais, da experiência e da transformação – representa uma grande parcela das pesquisas em ciências humanas. Pode-se falar em cotidiano do trabalho, das famílias, da vizinhança e, também, em cotidiano do lazer. Para este último, os espaços públicos urbanos são de fundamental importância.

O espaço público não é simplesmente um local de livre acesso, mas, sobretudo, o palco da convivência social, da possibilidade de ação política, das trocas culturais e da intersubjetividade. É neste panorama que se enquadram os parques urbanos, considerados aqui como locais da afetividade e de atividade simbólica. Procura-se, desta forma, dar continuidade a uma pesquisa iniciada anteriormente, no curso de Especialização em Arquitetura e Pós-Modernidade: Composição e Linguagem, realizado na mesma instituição.

Neste programa de Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, no entanto, o enfoque é outro: é geográfico. Visando compreender o tema e sua complexidade, o presente trabalho procura apresentar uma postura interdisciplinar. Apesar da pesquisa ter incidido em várias áreas de conhecimento, nota-se que o foco transita principalmente entre os olhares arquitetônico e geográfico. O que pode parecer estranho para alguns, é, na verdade, um caminho bastante natural. O arquiteto interfere no espaço que o geógrafo observa e analisa. As duas áreas de conhecimento, apesar de suas peculiaridades, trabalham com os mesmos temas – sociedade e meio. Por este motivo, considera-se que o saber arquitetônico e o geográfico se enriquecem mutuamente.

Realizar leituras de paisagens em parques urbanos é uma tarefa que exige a construção de um conhecimento próprio, além de certa dose de sensibilidade. Para tanto, esta pesquisa foi estruturada em três partes.

A primeira fundamenta o pensamento acerca dos parques urbanos. É uma discussão inicial que traz alguns conceitos importantes que servirão de base para o restante do trabalho. A fim de compreendê-los com maior profundidade, suas características foram classificadas em três grupos – qualidade funcional, ambiental e estética – entendidos como principais componentes a serem considerados no ato de elaboração e/ou análise de projetos paisagísticos urbanos. Enfatiza-se o caráter de complementaridade entre tais qualidades que, quando incorporadas de maneira satisfatória no planejamento de parques, acabam por torná-lo um lugar mais agradável e mais frequentado pela população.

Defende-se, nesta pesquisa, que parques urbanos não são elementos cosméticos das cidades e que sua implantação, portanto, não deveria ser considerada como de caráter secundário. Os parques, por suas várias características, relacionam-se tanto com a qualidade de vida da população quanto com a qualidade ambiental das cidades – dois aspectos de extrema importância para o processo de planejamento urbano.

Em um segundo momento, o foco foi transferido para as paisagens urbanas. Os parques, definitivamente, são elementos que se destacam nos cenários cinza das cidades. Deste modo, o conceito de paisagem é introduzido dentro de uma perspectiva histórica e epistemológica. Nesta pesquisa, a paisagem é considerada, sobretudo, como uma construção cultural coletiva, uma espécie de perfil da realidade urbana, capaz de retratar história, memória, posições ideológicas e políticas, anseios e visões de mundo.

Todos os atores sociais, de maneira intencional ou não, participam da construção das paisagens, que acontece de forma dinâmica, visto que elas estão em constante processo de modificação. Sendo uma construção cultural, uma vez que nela estão estampadas diversas formas de expressão da sociedade, torna-se possível sua análise como linguagem. Por este motivo, optou-se pela leitura semiótica (o método científico que embasa a decodificação dos signos e de seus respectivos significados); a leitura dos signos da paisagem ajuda a conhecer um pouco mais sobre a cidade e sua população.

A terceira parte consiste na aplicação da teoria à realidade local. Ao contrário da grande maioria das cidades brasileiras, Londrina não surge de forma espontânea. Fundada em 1929 e emancipada em 1934, sua implantação foi planejada, fato que leva a crer que, desde o início, houve um instrumento regulador

de sua configuração espacial. Conseqüentemente, isso gerou impactos sobre a paisagem. No entanto, o planejamento inicial não implicou em padronização, ou mesmo evitou o surgimento de problemas sócio-ambientais. Hoje, a paisagem urbana londrinense é fragmentada, representando sua diversidade sócio-espacial.

Este é o cenário em que se encontram os parques urbanos de Londrina, paisagens que esta pesquisa visa interpretar. O objeto de análise é o Parque Municipal Arthur Thomas, uma unidade de conservação ambiental que incorpora em sua estrutura a função de lazer público urbano, além de conter em seu interior um importante elemento da história local: a primeira usina hidrelétrica da cidade.

O Parque Arthur Thomas é um local de múltiplas potencialidades – algumas mais aparentes do que outras –, mas com uma forte carência de estratégias para evidenciá-las. Paralelamente, o parque enfrenta um processo de degradação em vários aspectos, causa de impactos negativos que são refletidos na queda progressiva do número de visitantes e em uma imagem pejorativa perante a população.

Durante o andamento dessa pesquisa, foram iniciadas obras de revitalização do parque, visando a melhoria da estrutura de recepção ao visitante. Várias iniciativas, previstas no Plano de Manejo do parque, começam a ser implementadas. Deste modo, a perspectiva atual é otimista. Espera-se que, a partir das reformas, o parque ganhe vida e passe a ser mais apreciado pelo público local.

CAPÍTULO 1

APRESENTANDO OS PARQUES URBANOS: CONCEITOS INICIAIS

1 APRESENTANDO OS PARQUES URBANOS: CONCEITOS INICIAIS

Este capítulo da pesquisa destina-se ao esclarecimento e à discussão de alguns conceitos que estarão presentes em todo o trabalho. O primeiro deles é o conceito de parque urbano.

Kliass (1993, p. 19) define os parques urbanos como “[...] espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação”. Esta definição, simples e direta, esclarece que os parques urbanos são estruturas de grande porte, que apresentam como principal função o lazer, que seu uso é destinado ao público em geral e que seu acesso deve ser irrestrito. No entanto, cabe aqui uma ressalva em relação à presença de elementos naturais. Embora a grande maioria dos parques urbanos apresente predomínio de elementos naturais, alguns poucos são configurados como locais bastante "artificiais", havendo pouca ou nenhuma presença de vegetação.

Outra definição importante é dada por Macedo e Sakata (2003, p. 14), que caracterizam o parque urbano como um:

[...] espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno.

Esta última definição levanta uma questão importante, que merece destaque: a incorporação de intenções de conservação. Muitos autores defendem que a implantação de parques urbanos deva incorporar a causa conservacionista, mas observa-se que esta não é a regra. Um debate pormenorizado sobre a questão da conservação ambiental nos parques urbanos será realizado adiante. O que se enfatiza neste segmento introdutório é o fato dos parques urbanos não apresentarem como característica, necessariamente, a conservação de qualquer área.

Na verdade, se fosse realizada uma análise quantitativa sobre os parques urbanos que incorporam a função de conservação ambiental, provavelmente se verificaria que, apesar de estarem aumentando em número, ainda

representam uma minoria. Embora a maioria dos parques urbanos apresente forte presença de elementos naturais, normalmente se tratam de espécies plantadas e, muitas vezes, exóticas.

Buscando uma definição suficientemente abrangente, considera-se, nesta pesquisa, que parques urbanos são: locais destinados ao público geral e de livre acesso; apresentam como principal função o lazer, ofertando, possivelmente, uma gama múltipla de atividades; locais de grandes dimensões, diferenciando-se, assim, de outras estruturas de proporções menores, como praças, bosques e passeios públicos; apresentam normalmente – mas não necessariamente – predominância de elementos naturais, principalmente vegetação; podem ou não incorporar a função de conservação ambiental; são áreas abertas que, apesar da possibilidade de conterem edifícios, priorizam a realização de atividades ao ar livre; e são também, por fim, estruturas morfológicas independentes, não sendo anexos ou complementos paisagísticos de outras estruturas urbanas, mas podendo conter uma estrutura de apoio em seu interior.

Talvez uma maneira mais simples de definir os parques urbanos seja conceituá-los, primeiramente, como espaços públicos. Um posicionamento bastante tradicional é aquele que define o espaço público como o local cujo acesso é irrestrito. Sobre a acessibilidade no espaço público, Gomes (2004, p. 162) afirma:

Essa acessibilidade é física, mas também diz respeito ao fato de que não deve estar condicionada à força de quaisquer outros critérios senão daqueles impostos pela lei que regula os comportamentos em áreas comuns. [...] Poderíamos dizer que o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade.

No entanto, limitar a definição de espaço público à condição de acesso irrestrito garantido por legislação ainda é pouco. Segundo essa perspectiva, seria impossível distinguir o parque urbano do *shopping center*, por exemplo. Embora o *shopping center* também apresente, em teoria, acesso irrestrito, denominá-lo de público seria, no mínimo, ingenuidade.

Para Gomes (2005), o espaço público possui duas características essenciais: convivência e equivalência. A primeira refere-se à possibilidade de convívio harmônico entre grupos sociais heterogêneos. A segunda característica,

equivalência, pressupõe que a diferença existente entre os indivíduos é relativa. Isso quer dizer que, independente das singularidades, no espaço público não existe hierarquia nas relações sociais. A concretização dessas características tem por base os princípios da tolerância e da coabitação.

No entanto, os últimos anos marcam o surgimento de um processo denominado pelo autor como "emudecimento" dos espaços públicos. A principal consequência desse processo, evidente principalmente nos grandes centros, é a perda do papel do espaço público como veículo da comunicação social. Os principais causadores desse processo seriam a violência e a insegurança, que geram "[...] uma atitude arredia em relação à prática do debate, do encontro social, do conflito de interesses etc." (op cit., p. 259-260).

Neste sentido, o autor esclarece que, visando compensar a retração (ou "emudecimento") dos espaços públicos, surgem outros locais para o encontro social gerados por grupos de interesse específicos. São locais como *shopping centers*, parques temáticos, clubes e feiras. Embora, na maioria dos casos, esses locais também garantam, ao menos aparentemente, o acesso irrestrito, ao contrário dos espaços públicos eles não priorizam o encontro das diferenças, e sim a homogeneidade em torno de valores.

A fim de esclarecer a questão do acesso, Serpa (2007) afirma que a acessibilidade do espaço público não é apenas física, mas, sobretudo, simbólica. Do ponto de vista físico, o fato da legislação prever que um determinado espaço público possa ser acessado por toda a população (e que tenha estrutura física condizente para isso, como rampas de acesso, por exemplo), não significa que a sociedade, como um todo, venha a usufruir do local. A localização do espaço público na cidade, por si só, já é um fator determinante. De acordo com o autor, a maioria dos espaços públicos, no Brasil e no mundo, se localiza em áreas nobres das cidades. A evidente deficiência no sistema de transporte público, juntamente com o fato de que somente a menor parcela da população possui meio de transporte próprio, leva a crer que apenas os moradores de áreas nobres possam aproveitar estes locais com a frequência desejada.

Ainda segundo o mesmo autor, do ponto de vista simbólico, a acessibilidade relaciona-se com a territorialização e com a privatização do espaço público, fazendo com que sua apropriação aconteça de modo seletivo. O poder simbólico não é aleatório, pois faz parte da construção de uma realidade concreta. O

uso (ou conotação) que se dá a determinado local faz parte de um sistema de signos criado socialmente. Tais representações se configuram como estratégias, produzidas e reproduzidas pelos grupos dominantes, a fim de gerenciar estilos de vida e comportamentos considerados apropriados. O poder simbólico é, neste caso, excludente.

Pelos motivos apresentados, a definição de espaço público que se considera apropriada vai além da acessibilidade. O espaço público, além de manifestar possibilidade de livre acesso a todas as camadas da população, é o local da convivência social e da possibilidade de ação política; é um local simbólico, de representação de diferentes ideais de cultura e da intersubjetividade (SERPA, 2007). Ou ainda, pode-se considerar, como Rechia (2003), o espaço público como o local onde as afinidades e diferenças sociais são vivenciadas, surgindo daí a possibilidade de diálogo e de transformação. O espaço público é o palco da problematização da vida social e, utilizando a metáfora da autora, é também uma espécie de "resumo físico" da diversidade sócio-espacial de uma população.

Com estas questões conceituais inicialmente resolvidas, pode-se voltar a tratar do tema principal – os parques urbanos – de uma maneira mais específica, destacando suas componentes.

O parque urbano, mesmo quando existe a função de conservação ambiental, é, sobretudo, fruto de um projeto paisagístico. O paisagismo é considerado o termo genérico adotado no Brasil “[...] para designar as diversas escalas, formas de ação e estudos sobre a paisagem” (MACEDO, 1999, p. 13). Ou ainda, segundo Lustoza (2005), se configura como uma mistura entre ciência e arte, ordenando o espaço não edificado, procurando uma composição harmoniosa entre os elementos humanos e naturais.

Os projetos de arquitetura paisagística podem atender tanto a intervenções pontuais de particulares (como a implantação de um pequeno jardim em uma residência) quanto, em uma escala urbana, à implantação de praças e parques. No caso da escala urbana, o grau de complexidade é muito maior: o interlocutor normalmente é o Estado, e o público é a comunidade de um setor urbano, ou mesmo os habitantes de toda uma cidade (CORADINI, 2005).

O processo da elaboração de um projeto paisagístico se dá a partir de um programa específico de necessidades onde o arquiteto procura definir, em uma determinada área pré-estabelecida, qual a melhor forma de organização

espacial, quais os elementos estéticos que garantirão a identidade visual e como se dará a adequação do projeto às características ambientais do local onde se insere. Conforme indica Macedo (1999), o processo criativo se faz a partir de uma concepção tridimensional, desenvolvida para qualificar um determinado ambiente.

Embora o parque urbano seja definido principalmente a partir de sua funcionalidade – a utilização do local para o lazer da população –, não significa que este seja o único aspecto importante a ser considerado. De acordo com diversos autores, entre eles Kliass (1993), Bartalini (1994); Macedo (1999), os projetos paisagísticos de parques urbanos devem contemplar, preferencialmente, três qualidades fundamentais: funcional, ambiental e estética.

Tais qualidades, apesar de apresentarem características distintas, não são excludentes. Ao contrário, se complementam. Se as áreas de lazer público normalmente são implantadas visando atender prioritariamente uma dessas necessidades, é desejável que seus projetos englobem de maneira satisfatória os três aspectos. Conforme exemplifica Bartalini (1994, p. 53):

Um parque de vizinhança é sobretudo uma área de recreação, mas pode vir a ser também um importante elo de um sistema que assegure boas condições ambientais ao meio urbano. A arborização dos passeios é sem dúvida um amenizador climático, porém se as intenções param ali, e não se consideram seus atributos plásticos, a paisagem urbana fica prejudicada.

Desta forma, considera-se que propostas que englobem simultaneamente funcionalidade, preocupação ambiental e estética apresentam maior possibilidade de responder adequadamente às necessidades urbanas e sociais.

1.1 QUALIDADE FUNCIONAL DOS PARQUES URBANOS

Funcionalidade, por ser entendida como a maneira de priorizar uma resposta adequada às necessidades humanas, é o conceito que indica a busca por um desempenho ideal a fim de cumprir, com a maior eficiência possível, a atividade designada.

No âmbito urbanístico, espera-se que um projeto deva sempre visar a melhoria na qualidade de vida de uma determinada sociedade. Para melhor compreensão da funcionalidade urbana, sua noção geral pode ser dividida em dois subgrupos, correspondentes a aspectos mais específicos.

Do ponto de vista técnico, um bom projeto apresenta respostas objetivas, conciliando as necessidades ao suporte físico. Desta forma, funcionalidade técnica consiste em apresentar respostas simples (não necessariamente óbvias ou baratas) e eficientes em relação ao programa de atividades, à circulação, ao fluxo, à drenagem etc. No entanto, um projeto realizado simplesmente em termos de sua funcionalidade técnica não terá, necessariamente, boa aceitação por parte da população (CORADINI, 2005).

Já a funcionalidade social é uma questão mais delicada, por ser subjetiva. Para que o público alvo realmente usufrua dos benefícios de determinado projeto urbano, é necessário considerar as particularidades do local e da população envolvida. Valores como cultura, memória, convivência, interação e identidade são, portanto, de extrema importância. Para que um projeto urbano tenha boa aceitação social, deve-se considerar a relação existente entre as pessoas; das pessoas com o local; do local com o entorno; da região com a cidade (op. cit.).

Sabe-se que, nos planos urbanísticos, o bem estar da coletividade deve prevalecer sobre o do indivíduo. O equívoco, no entanto, ocorre nas generalizações, ao considerar que se determinada intervenção urbana mostrou-se positiva para a população paulistana, por exemplo, sua aplicação em outras cidades surtirá efeito semelhante. A aceitação de uma proposta será tanto melhor quanto maiores forem as proximidades de intenção de projeto e conhecimento do seu público alvo.

A principal função dos parques urbanos é o lazer. Eles são, atualmente, uma das principais opções de lazer público e gratuito nas cidades. Estes locais proporcionam à população o descanso necessário, as horas de jogos e brincadeiras, a possibilidade de práticas esportivas, o contato com o ambiente natural e a interação social.

O lazer teve papel importante nos paradigmas da Arquitetura Moderna. No entanto, muitas críticas foram feitas aos funcionalistas modernos – principalmente no que diz respeito à *tabula rasa*, em relação ao passado sócio-

cultural das cidades. A cidade moderna não atendeu as expectativas frente à complexidade das necessidades humanas.

A Carta de Atenas, documento redigido há mais de setenta anos na quarta edição dos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), preconizava o paradigma da cidade moderna de acordo com o pensamento de Le Corbusier e outros arquitetos da mesma geração. A Carta propunha quatro funções básicas para as cidades: habitação, trabalho, recreação e circulação. Nela, a recreação se subdivide em duas categorias básicas: lazer cotidiano e lazer semanal.

O lazer cotidiano deveria ocorrer em superfícies verdes próximas às residências. O adensamento populacional nos bairros, estimulado pela verticalização, proporcionaria a distribuição de áreas livres por toda a cidade, mas não apenas pelo propósito de embelezamento urbano.

[...] elas deverão, antes de mais nada, ter um papel útil, e as instalações de caráter coletivo ocuparão seus gramados: creches, organizações pré ou pós-escolares, círculos juvenis, centros de entretenimento intelectual ou de cultura física, salas de leitura ou de jogos, pistas de corrida ou piscina ao ar livre. Elas serão o prolongamento da habitação e, como tal, deverão estar subordinadas ao estatuto do solo. (CIAM, 1933)

Já o lazer semanal refere-se a estruturas de maior porte, localizadas em pontos estratégicos, distribuídos uniformemente pelas cidades. Tais áreas receberiam maior preparo ambiental e estariam conectadas às redes de transporte público. Priorizava-se também a conservação e a revitalização de áreas naturais para atender tais objetivos.

[...] Na região que cerca a cidade, amplos espaços deverão ser reservados e organizados, e o acesso a eles deverá ser assegurado por meios de transporte suficientemente numerosos e cômodos. Não se trata mais de simples gramado cercado a casa, com uma ou outra árvore plantada, mas de verdadeiros prados, de bosques, de praias naturais ou artificiais constituindo uma imensa reserva cuidadosamente protegida, oferecendo mil oportunidades de atividades saudáveis ou de entretenimento útil ao habitante da cidade. [...]

Deve ser estabelecido um programa de entretenimento abrangendo atividades de todo tipo: o passeio, solitário ou coletivo, em meio à beleza dos lugares; os esportes de toda natureza: tênis, basquete, futebol, natação, atletismo; os espetáculos, concertos, teatros ao ar livre, jogos de quadra e torneios diversos. [...]

[...] Trata-se não só de preservar as belezas naturais ainda intactas, mas também de reparar as agressões que algumas delas tenham sofrido; enfim, que a indústria do homem crie, em parte, sítios e paisagens que correspondam ao programa. Esse é um outro problema social muito importante, cuja responsabilidade está nas mãos dos edis: encontrar uma contrapartida para o trabalho estafante da semana, tornar o dia de repouso verdadeiramente revitalizante para a saúde física e moral, não mais abandonar a população às múltiplas desgraças da rua. Uma destinação fecunda das horas livres forjará uma saúde e um coração para os habitantes das cidades. (CIAM, 1933)

No entanto, sabe-se hoje que o otimismo acerca do urbanismo como fonte geradora de mudança social, conforme indicado pela Carta de Atenas, caiu por terra. Atualmente existe uma postura mais realista do papel conferido ao planejamento urbano, em relação à quantidade e complexidade dos fatores que influenciam o desenvolvimento das cidades. Porém, é fato: desde a modernidade, nenhum outro instrumento retomou de forma tão direta a questão da distribuição dos equipamentos de lazer no meio urbano.

1.1.1 Considerações sobre o Lazer como Necessidade

A fim de compreender o papel funcional dos parques urbanos nas cidades contemporâneas, é necessário primeiramente discutir um pouco sobre o lazer. O que é lazer? Quais suas implicações? Quais suas possibilidades?

Lazer consiste em, sobretudo, qualquer tipo de atividade que proporcione prazer. Frequentemente é associado a atividades desempenhadas no tempo livre do indivíduo, uma vez que trabalho e obrigações sociais normalmente não são vistos como realizações prazerosas.

Uma definição clássica é introduzida por Dumazedier (1976, p. 34), que compreende o lazer como:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entregar-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Feder (2004) considera que o tempo destinado às atividades de lazer não deve ser apenas um período de descontração e de desligamento da rotina desgastante do trabalho, mas também ocupado por atividades que contribuam para o desenvolvimento e o amadurecimento pessoal. No entanto, acredita que poucas pessoas façam uso adequado do tempo de lazer.

Na introdução do manifesto "O Direito à Preguiça" de Paul Lafargue, Marilena Chauí levanta a seguinte questão:

Além de controlar o corpo e a mente dos trabalhadores por meio da 'gerência científica' ou da chamada 'organização científica do trabalho', a sociedade administrada também controla as conquistas proletárias sobre o tempo de descanso, ou o chamado tempo livre. A indústria cultural, a indústria da moda, a indústria do turismo, a indústria do esporte e do lazer estão estruturadas em conformidade com as exigências do mercado capitalista e são elas que consomem o tempo que Lafargue esperava que fosse dedicado às virtudes da preguiça. (CHAUÍ, 2000)

Tal consideração induz à conclusão de que o tempo de lazer, na sociedade capitalista, tornou-se um tempo de consumo. Neste sentido, Marcellino (2002) afirma que o entretenimento, hoje, se transformou em "lazer mercadoria".

De acordo com Dumazedier (1976), dentre as diversas possibilidades de se despender tempo com o lazer, a maior parcela se passa dentro da própria residência. No lar, o indivíduo se mantém entretido com os meios de comunicação de massa, com o convívio familiar e com os pequenos afazeres domésticos que proporcionam prazer. No entanto, os períodos de lazer vividos fora do ambiente residencial, embora proporcionalmente menores, são de extrema importância.

O ambiente domiciliar é capaz de suprir apenas uma parte das necessidades individuais de lazer. Fora de casa, além da significativa ampliação das possibilidades, as pessoas aumentam suas chances de socialização, entram em contato com ambientes distintos, têm mais acesso à cultura e ao esporte, podem conviver de forma mais próxima com a natureza e a cidade.

No entanto, para que a prática do lazer seja levada para fora do ambiente doméstico, é necessário que exista uma rede de infra-estrutura capaz de suprir tais necessidades. Esta infra-estrutura pode pertencer ao Estado ou à iniciativa privada.

Atualmente, a maior parte da infra-estrutura voltada ao lazer está em poder da iniciativa privada: cinemas, casas de espetáculo, *shopping centers*, centros gastronômicos, clubes, entre outros. As atividades realizadas nestes locais são pagas, sendo, deste modo, formas de "lazer mercadoria", que além de pouco estimularem o desenvolvimento pessoal, podem ser usufruídos apenas por parcela minoritária da população. Em contrapartida, o lazer vivenciado nos espaços públicos – edificante, por estimular a socialização e permitir o contato com formas espontâneas da cultura –, também não absorve toda a demanda existente, seja por motivos políticos, econômicos ou estruturais.

Corrêa, Gonçalves e Araújo (2000) consideram que, embora o poder público tivesse o papel de suprir a demanda por lazer de forma democrática, a existência de áreas públicas de lazer frente à necessidade da população ainda cria um déficit considerável. Bartalini (1994, p. 51) também destaca a contradição existente entre demanda e oferta de áreas públicas destinadas ao lazer nas cidades:

[...] ao mesmo tempo em que a demanda por estes espaços aumenta, a sua oferta diminui. O estoque de áreas públicas para esta função pode ser pequeno ou nulo, e o preço da terra muitas vezes coloca fora de cogitação a aquisição de novas áreas ou só a possibilita em locais muito afastados, ainda de difícil acesso para a população.

Dumazedier (1976) afirma que a população, de maneira geral, prefere praticar atividades de lazer em locais abertos, amplos e tranquilos. Independente da atividade realizada, que pode variar da prática de esportes a uma atividade meramente contemplativa, a preferência geral é por ambientes que proporcionem maior contato com a natureza.

Assim, considera-se que os parques urbanos são de grande importância para as cidades, pois são algumas das poucas áreas livres urbanas com infra-estrutura adequada ao lazer que atendem a todas as camadas da população.

1.1.2 O Lazer nos Parques Urbanos

O lazer é, de fato, a principal função dos parques urbanos. No entanto, somente após uma análise das suas possibilidades e significados, nos contextos individual e coletivo, é possível compreender a importância de tais estruturas para a população e para a cidade.

Kliass (2003) explica que Parques urbanos surgem da necessidade social por estruturas urbanas equipadas com a infra-estrutura adequada, suprimindo a demanda por áreas livres para a prática do lazer, além de se afirmarem como contrapontos ao ambiente urbano densamente edificado. No mesmo sentido, Rechia (2003, p. 11) comenta:

[...] os espaços públicos se originam da necessidade de contato, comunicação, organização e troca entre as pessoas, e que a partir deles se estabelece o estreito vínculo entre participação ativa e vida na cidade. Portanto, considero que essa forma de ambiente é o próprio pulsar da vida urbana.

Observa-se, portanto, que diversos autores consideram os parques urbanos como elementos positivos para a dinâmica da cidade. Os principais argumentos utilizados são o fato de consistirem em locais criados de acordo com os interesses sociais e a possibilidade de amenizar as tensões cotidianas da população da região onde for inserido.

Para a população que os frequenta, os parques urbanos são considerados uma possibilidade de "fuga" do cotidiano tumultuado nas cidades. São ambientes normalmente agradáveis, que proporcionam o descanso necessário, compensando as horas desgastantes de trabalho. Silva e Egler (2001) enfatizam, inclusive, a possibilidade das experiências de lazer vivenciadas nestes locais servirem para amenizar também alguns problemas psicológicos, como, por exemplo, a tensão e o estresse.

Outro fator positivo relacionado à implantação de parques urbanos é a perspectiva de assimilação de novos valores humanos, que não as meras atividades compensatórias, funcionais ou consumistas. Tais relações envolvem, ao menos aparentemente, uma relação mais ética com o ambiente natural, o convívio mais harmonioso com as diferenças sociais e a vivência com a cultura local.

É conhecimento de muitos o fundamental papel que os parques urbanos representam em relação ao convívio social. Estes locais estimulam, através de uma gama de possibilidades de realização de atividades diversificadas, a formação de novos vínculos sociais, bem como o fortalecimento dos já existentes. Rechia (2003, p. 11) destaca a importância do parque ao se configurar como um "[...] lugar onde as pessoas podem encontrar-se sem se estranhar pelo fato de serem estranhos, tornando-se espaço privilegiado para manutenção de formas de convívio, de civilidade e de cidadania".

Kliass (1993) assegura o mérito dos parques urbanos para a manutenção da saúde pública e mental, afirmando que o bem-estar psicológico da população pode ser melhorado através da boa distribuição espacial de atividades lúdicas e da organização visual da paisagem. Ao frequentar áreas livres urbanas, o indivíduo pode melhorar suas habilidades sinestésicas corporais, desenvolver sentido de direção e distância, ou até mesmo otimizar o trabalho semanal através da realização de atividades prazerosas, muitas vezes em grupo, compensando assim o cansaço e o individualismo do cotidiano.

Por fim, é importante acrescentar que se os parques hoje abrigam uma grande diversidade de funções, este fato só se tornou possível a partir da revisão formal e programática introduzida pelo pensamento moderno.

1.1.3 Programa de Atividades nos Parques Urbanos Contemporâneos

Até aproximadamente a metade do século XX, os parques atendiam basicamente à função contemplativa (período eclético). A partir do período moderno, ocorre uma completa revisão programática e formal, transformando o parque urbano atual em um local que pode abrigar uma imensa gama de atividades. Muitos autores, como Robba e Macedo (2003, p. 41), indicam como principais causas desta mudança o crescimento desordenado e o elevado inchaço populacional das grandes cidades e áreas metropolitanas. Estes fatos acarretaram uma série de problemas urbanos:

O aumento do volume do tráfego de veículos e de pessoas, a escalada da violência, a degradação progressiva do ecossistema urbano e da qualidade de vida na cidade, além da dificuldade de gerenciamento de complexos urbanos tão grandes, são alguns dos problemas que se abateram sobre nossas maiores cidades.

A partir da tomada de consciência acerca da problemática nas cidades, os novos projetos de parques urbanos apresentam uma significativa ampliação no programa de atividades, assim como maior liberdade de concepção. Robba e Macedo (2003) esclarecem que os parques anteriores ao período moderno contavam apenas com uma atividade recreativa possível, o *lazer contemplativo*. Embora este nunca tenha deixado de ser proposto, os parques urbanos, após a revisão programática, passaram a contar também com equipamentos como *playgrounds*, quadras esportivas e pistas de caminhada, se enquadrando na categoria de *lazer ativo*; e alguns ainda apresentam infra-estruturas voltadas ao *lazer cultural*, como museus, pavilhões de exposição, auditórios e teatros de arena.

No entanto, ainda é possível enumerar duas outras categorias de lazer, considerando as atividades comumente encontradas nos espaços públicos contemporâneos. Estas categorias serão denominadas, a princípio, de *lazer social* e *lazer ecológico* (CORADINI, 2005).

O *lazer social* pode ser facilmente identificado em parques urbanos que possuem, por exemplo, quiosques ou churrasqueiras de uso público. Tais equipamentos não são voltados para a prática de esportes ou de atividades culturais, mas para o convívio social e a realização de atividades em grupo. Este tipo de infra-estrutura aproxima o indivíduo do espaço público, fazendo com que o local se transforme numa espécie de extensão da própria residência, uma área para encontrar-se com amigos e familiares simplesmente pelo prazer da reunião.

Já por *lazer ecológico* compreende-se o prazer existente no contato com os elementos naturais. Embora proporcionalmente ainda sejam poucos, observa-se que, com uma frequência cada vez maior, parques urbanos são projetados visando a conservação ambiental de uma determinada área. Ao mesmo tempo, sabe-se que a consciência ecológica, tanto por parte da comunidade científica e da administração pública, como da população de uma maneira geral, nunca foi tão evidente. O prazer de entrar em contato com a natureza não está mais apenas relacionado ao caráter contemplativo, daí o surgimento de tantos parques ecológicos a partir da década de 1980, principalmente. A criação de parques

ecológicos não é resultado somente de uma estratégia de planejamento ambiental, mas também de uma necessidade da população de convívio e conhecimento do ambiente natural.

As possibilidades de lazer analisadas nas categorias descritas – lazer contemplativo, ativo, cultural, social e ecológico – podem ou não ocorrer simultaneamente numa mesma atividade.

Por fim, Bartalini (1994) destaca a importância da existência de um sistema de locais de recreação, tanto públicos (praças, parques, quadras esportivas isoladas etc.) quanto privados (clubes, cinemas, casas de espetáculo etc.), que atendam às várias escalas urbanas: da vizinhança ao setor urbano, do setor urbano ao município ou região.

1.2 QUALIDADE AMBIENTAL DOS PARQUES URBANOS

Justificada pela lógica do desenvolvimento material, a história da humanidade se desenrolou a partir do domínio dos sistemas naturais. A consequência desse processo está nos altos índices de degradação ambiental e desigualdades sociais observados atualmente. O chamado "desenvolvimentismo", na verdade, é um processo no qual uma maneira de ver o mundo natural e/ou social passa a ser considerada como a única visão possível (CORADINI e CALVENTE, 2006). Segundo Branco (1990), nenhum desenvolvimento acontece de fora para dentro. Atualmente, considera-se que um país não pode copiar o modelo de desenvolvimento de outro país, e que um desenvolvimento que destrói o meio não é verdadeiro.

De acordo com Vesentini (1989), no século XVIII a sociedade viu emergir a questão política, no século XIX a questão social e no século XX a problemática ambiental. A iminência das questões ambientais aconteceu, de acordo com Becker (1995), porque os fatores da degradação sócio-ambiental se refletem nos diversos segmentos da sociedade – que, apesar de heterogênea, sente, de uma forma ou de outra, as consequências negativas desse processo. Hoje faz parte do conhecimento geral o fato de que, embora as questões anteriores ainda

permaneçam, o futuro da humanidade está ligado ao equacionamento da questão ecológica.

A partir das últimas décadas, com a degradação dos ambientes urbanos atingindo níveis alarmantes, a divulgação intensiva da problemática ambiental – inclusive por parte dos meios de comunicação de massa, que permitiram a popularização dessas informações – fez que questões como poluição, enchentes, efeito estufa, desequilíbrio dos ecossistemas etc. deixassem de ser restritas ao mundo científico e acadêmico, passando a fazer parte do conhecimento da população em geral. Esse fato gerou a difusão do conhecimento de que os recursos naturais são finitos e que, portanto, seu esgotamento representaria a inviabilidade de vida humana no planeta.

Sabe-se que o surgimento dos movimentos ambientalistas foi um fator decisivo para a mudança de percepção da sociedade sobre o ambiente natural. Eles foram responsáveis por gerar a pressão necessária para se repensar as formas de ação política e administrativa no atual modelo econômico. Como consequência desse universo de informação, percebe-se que as pessoas, de maneira geral, estão cientes dos problemas que envolvem o equilíbrio ambiental e preocupadas com as questões ecológicas com uma frequência cada vez maior, mesmo que ainda de uma maneira pouco profunda. Existe uma desproporção entre o aumento da consciência ambiental e as ações efetivas na área, que embora existam, ainda são insuficientes. Tal fato foi muito bem observado por Thomas (1996).

O autor constata que a crescente preocupação com os valores ambientais – fato designado por ele como sendo uma "mudança de sensibilidades" – acabou gerando uma das maiores contradições da modernidade. Tais sentimentos se tornariam cada vez mais incompatíveis com a manutenção do atual estilo de vida, onde ideais de conforto, bem-estar e felicidade estão intimamente ligados a uma visão materialista, de conquista e domínio da humanidade sobre o natural. "Uma combinação de compromisso e ocultamento impediu até agora que tal conflito fosse plenamente resolvido". (op. cit., p. 358)

A maioria das cidades, no Brasil e no mundo, enfrenta atualmente problemas de ordem sócio-ambiental. Pode-se citar como exemplo os quadros de exclusão, desigualdade e discriminação social, desemprego, pobreza, violência etc. São igualmente preocupantes a restrição de grande parte da população aos direitos básicos e a forte tendência de privatização e degradação dos recursos naturais.

Pippi, Afonso e Santiago (2003, p. 02) apontam algumas das principais consequências do processo de urbanização sem planejamento:

[...] o crescimento urbano desarticulado, resíduos urbanos, aumento da densidade populacional, exclusão social e territorial, violência, fome, poluição, erosão, desmatamentos, deslizamentos, degradação litorânea, falta de saneamento, problemas de drenagem natural, além de problemas econômicos, sociais e políticos.

Atualmente, as questões ambientais são consideradas pontos-chave no planejamento urbano. Como consequência, o "verde urbano" passou a ser amplamente valorizado pela sociedade. De acordo com Macedo e Sakata (2003), a valorização social de áreas verdes urbanas relaciona-se com a busca por melhores índices de qualidade de vida, que ocorre paralelamente à crescente demanda por infra-estruturas voltadas ao lazer.

O conceito de qualidade de vida¹, que até as décadas de 30 e 40 do século XX era medido principalmente em termos de "renda per capita", necessitava ser tratado de maneira mais complexa e abrangente (BUENO, 2005). Para Galina, Troppmair e Verona (2003), o conceito não está vinculado apenas a um padrão de vida, mas também ao acesso à infra-estrutura pública e social, bem como à qualidade do meio. Morato, Kawakubo e Luchiari (2003) apontam que qualidade de vida, entre outras definições, reflete um estágio no qual o indivíduo desfruta de possibilidades (que resultam de oportunidades e limitações) significativas para sua vida. Os autores consideram os três principais domínios que influenciam a qualidade de vida do indivíduo como: "ser", que se refere à saúde e à formação de valores; "pertencer", que designa as ligações com o ambiente físico e social, compreendendo o acesso aos recursos normalmente disponíveis para os membros da comunidade; e "tornar-se", que inclui necessidades pessoais e de saúde, atividades de relaxamento e aperfeiçoamento do conhecimento e da experiência.

Existem várias vertentes metodológicas para avaliação da qualidade de vida, que os autores (op. cit) agrupam em três categorias: foco em bens (economicistas); foco em utilidades (estados mentais da pessoa) e foco na

¹ Para uma análise mais completa, ver: BUENO, Edir de Paiva. Qualidade de vida como uma necessidade humana: fundamentação teórica e revisão bibliográfica. In: _____. **Dinâmica demográfica e a conformação sócio-espacial da cidade de Catalão (GO): uma análise dos níveis de desenvolvimento humano de 1970 a 2000.** 2005. p. 31-48. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Bauru, 2005.

satisfação das necessidades básicas (pleno desenvolvimento físico, mental e social). Independente da discussão filosófica acerca de conceitos e métodos para avaliação da qualidade de vida, o fundamental para esta pesquisa é saber que os indicadores concretos são diversos de acordo com a metodologia empregada, mas que os mais utilizados são renda, educação e presença de áreas verdes (CORADINI e CALVENTE, 2006).

Kliass (2003) enfatiza o papel fundamental exercido pelas áreas verdes nas cidades:

Atualmente, com a temática da requalificação dos espaços urbanos, principalmente das áreas centrais das cidades, com a demanda crescente de espaços de recreação e lazer e com a introdução das dimensões ambiental e paisagística no planejamento, a temática do Parque Urbano assume papel central no desenvolvimento dos planos e projetos urbanos.

Pippi, Afonso e Santiago (2003) afirmam que os parques urbanos são importantes articuladores na formação de um planejamento ambiental. Na medida em que sua implantação relaciona-se tanto com a qualidade de vida da população quanto com a qualidade ambiental do meio urbano, os parques podem contribuir para reforçar valores comunitários, aumentar a integração e a participação social.

Parques urbanos, bosques, praças e passeios públicos são os principais representantes de áreas verdes públicas com fins de recreação nas cidades. A implantação de tais áreas, além de proporcionar o contato da população com o lazer, auxilia a amenizar vários efeitos causados pela alta densidade das cidades, além de possibilitar a conservação de áreas de interesse ambiental que, com um manejo adequado, podem minimizar os efeitos de degradação do ambiente natural.

1.2.1 Parques Urbanos e Melhoria da Qualidade Ambiental

Parques urbanos, estando ou não vinculados a áreas de conservação ambiental, exercem importância significativa para a manutenção da

qualidade do ambiente urbano. Por se caracterizarem normalmente como locais repletos de vegetação, mesmo que as espécies não sejam nativas, podem contribuir para a cidade em muitos aspectos.

Diversos autores – como Bartalini (1994), Robba e Macedo (2003), Feiber (2004) e Magalhães (2004) – procuraram identificar os aspectos de melhoria do ambiente físico relacionados às áreas verdes urbanas. Deste modo, constata-se que a implantação de áreas verdes urbanas pode:

- Melhorar a ventilação e a aeração urbana. É muito comum, nas cidades, o problema da poluição atmosférica. Sobre este aspecto, pode-se constatar que áreas livres urbanas apresentam a importante função de facilitar a circulação de ar, auxiliando na dispersão dos poluentes;
- Alterar a velocidade e a direção dos ventos, permitindo atenuar processos de troca de calor;
- Ajudar a amenizar a temperatura, diminuir a radiação solar e controlar a umidade relativa do ar, em especial nas cidades muito quentes. A vegetação arbórea colabora com o sombreamento, reduzindo a carga térmica recebida pelos edifícios, pedestres e veículos;
- Melhorar a drenagem de águas pluviais. Superfícies permeáveis absorvem parte das águas, diminuindo a velocidade de escoamento em razão da rugosidade das superfícies plantadas. Atualmente, muitas cidades sofrem com o problema de enchentes, que são causadas particularmente pelo processo de impermeabilização maciça do solo, com o uso intensivo de materiais como concreto e asfalto. Uma política correta de implantação e distribuição de áreas permeáveis pode minimizar este problema nas cidades;
- Proteger o solo contra a erosão. As superfícies cobertas por vegetação são de grande auxílio na contenção de encostas e fundos de vale. É possível evitar deslizamentos de terra e deslocamentos ao evitar que o solo não esteja diretamente exposto à ação de chuvas;

- Valorizar e proteger mananciais de abastecimento, cursos d'água, lagos e represas contra contaminações e poluição;
- Atenuar a poluição sonora. Áreas com vegetação podem funcionar como barreira acústica, reduzindo o barulho intenso do tráfego nas cidades.

Contudo, do ponto de vista ambiental, talvez a maior contribuição dos parques urbanos para as cidades seja a possibilidade de serem instalados em áreas onde haja conservacionista. Esse ponto de vista é defendido por vários autores que indicam o quão conveniente seria a criação de um vínculo entre um sistema de áreas livres com finalidade de lazer aos locais onde exista interesse de conservação ambiental. Bartalini (1994, p. 51), referindo-se ao patrimônio ambiental urbano, afirma que esta seria uma forma de “[...] protegê-lo, valorizá-lo e suprir as carências do sistema”.

Áreas de interesse de conservação ambiental, em uma perspectiva ampla – sejam elas Áreas de Proteção Ambiental, Unidades de Conservação, Reserva Particular do Patrimônio Natural, ou simplesmente Zonas Especiais (denominação comumente utilizada em muitos municípios para designar áreas de fundo de vale e de proteção de mananciais) –, estão sujeitas a um processo de degradação ambiental, especialmente quando não existe uma motivação ecológica por parte da população ou medidas efetivas de controle por parte do poder público. Não raramente, tais áreas são utilizadas como depósito de lixo e entulhos; no caso dos fundos de vale e mananciais, é crescente a poluição das margens e, conseqüentemente, dos cursos d'água; são também muito comuns os casos de ocupações irregulares.

Percebe-se, portanto, que, em diferentes situações, quando não existe planejamento e manejo adequado, essas áreas acabam se configurando como um problema urbano – aspecto exatamente oposto ao que se deseja. Por este motivo afirma-se que, a longo prazo, a prevenção é muito mais eficaz e barata para a administração pública do que a reversão de um quadro de degradação já instaurado.

1.2.2 Ação do Planejamento, Questão Ambiental e Implantação de Parques Urbanos

Ao longo do processo de urbanização das cidades brasileiras, observou-se que o planejamento esteve quase sempre um passo atrás da concretização dos problemas. Na maioria dos casos, trabalhou-se no sentido de reversão de quadros de deterioração urbana, ao invés de prevenção.

No entanto, o próprio conceito de planejamento consiste na idéia de antecipação. Planejar é prevenir a instalação de situações negativas e estimular as positivas. O planejamento urbano, portanto, deveria ser encarado como um instrumento regulador do crescimento das cidades que proporcionasse o modo de organização urbana, evitando danos futuros. Não simplesmente como uma medida mitigadora, tal qual se observa atualmente (CORADINI e CALVENTE, 2006).

O que se pretende com tais afirmações não é desestimular o trabalho feito, no sentido de reversão dos problemas urbanos já instaurados, mas sim que também que se procure, cada vez mais, buscar o sentido de antecipação, da prevenção, no intuito de minimizar os aspectos negativos que possam surgir no futuro.

O planejamento urbano é uma questão de alta complexidade, que envolve inúmeros fatores sócio-econômicos e ambientais, muitas vezes conflituosos entre si. A temática ambiental é considerada atualmente uma prioridade no processo de planejamento, entretanto uma resposta adequada para a problemática ambiental deve ter como base um estudo abrangente, partindo da conexão dos diversos fatores sócio-econômicos com os quais o ambiente se relaciona. Silva (1993) enfatiza que o processo de planejamento da paisagem urbana precisa ser encarado como um instrumento de valoração da sociedade e do ambiente, buscando sempre a compatibilidade e o aproveitamento recíproco entre as necessidades do homem e do seu meio. Considera-se, por fim, que uma solução adequada ao planejamento sócio-ambiental urbano só pode ocorrer vinda de um ponto de vista interdisciplinar, mediante a contribuição das várias áreas de conhecimento.

Uma vez que os fatores apresentados são de extrema complexidade, seria muita ingenuidade considerar a possibilidade de apenas um instrumento poder ser capaz de reverter o quadro de degradação e garantir a boa qualidade ambiental no meio urbano. Parques urbanos devem ser encarados como

um dos vários recursos disponíveis a serem considerados no processo de planejamento – instrumento que, quando explorado em conjunto com outras medidas preventivas, pode contribuir de maneira significativa.

Sabe-se que a importância ambiental dos parques urbanos não está unicamente ligada às áreas onde haja interesse de conservação. Entretanto, quando isso ocorre, percebe-se que a cidade e a população são beneficiadas em múltiplos aspectos, já que passa a existir uma relação de proveito recíproco entre a necessidade de conservação ambiental e a demanda por áreas públicas de lazer.

Defende-se nesta pesquisa que os parques urbanos não são elementos cosméticos da cidade, ao contrário do que argumentam alguns autores. Por este motivo, sua implantação não deveria ser considerada de caráter secundário. Aspectos estéticos e funcionais relativos aos parques urbanos são de extrema importância, entretanto, é importante salientar que seu caráter preventivo, no que tange a questão ambiental, por si só justifica sua implantação.

1.3 QUALIDADE ESTÉTICA NOS PARQUES URBANOS

A análise de parques urbanos não pode se restringir a suas características funcionais e ambientais. Se o parque é, antes de tudo, o local criado para a prática do lazer, é fato que parte do prazer em frequentá-lo diz respeito ao seu potencial estético. A simples observação do belo é uma experiência agradável para a maioria das pessoas.

No que diz respeito à estética, nota-se que os parques urbanos, na maioria dos casos, incorporam simultaneamente a presença de mais de um aspecto do belo: é a beleza das formas naturais, justaposta à beleza das formas criadas pelo homem. No entanto, o que é estética? O que é belo?

O conceito de estética traduz um conjunto de valores sociais, atribuídos pelo homem e vinculados à cultura de determinada sociedade, que são continuamente modificados no decorrer da história. Muitas variáveis exercem influência sobre os valores estéticos que, por serem subjetivos, estão abertos a vários questionamentos, incorporando constantemente novas respostas.

Bisognin, Lisboa Filho e Lisboa (2005) afirmam ser próprio da natureza humana questionar o belo, a arte e as questões relacionadas ao gosto individual. Padrões estéticos são constantemente modificados de acordo com aspirações e possibilidades técnicas de cada época, configurando o que popularmente se denomina estilo. Sendo assim, pode-se verificar a existência de ciclos estéticos nessa constante busca por um ideal de beleza através do desenvolvimento da sociedade.

Durante o período clássico², conquistas morais, intelectuais e materiais se relacionavam a um ideal divino de perfeição. O mesmo valia para a concepção de ideais estéticos: o belo artístico, fruto da criação humana, deveria espelhar-se na beleza natural – sendo a natureza uma criação divina, sua representação nas formas e trabalhos artísticos se aproximaria da perfeição.

Esta relação entre beleza e perfeição perdurou por séculos, apesar dos diferentes ideais estéticos que atravessaram o classicismo. Uma ruptura paradigmática completa acontece somente com o surgimento do Movimento Moderno.

Nas artes plásticas, a quebra com o pensamento clássico é materializada nos diversos "ismos" (cubismo, surrealismo, expressionismo, neoplasticismo etc.), abrangendo um grande leque de expressões artísticas de caráter próprio, que variaram de uma racionalidade específica ao torpor extremo. Já em arquitetura, a resolução formal se daria principalmente motivada pelas possibilidades surgidas com as inovações tecnológicas, bem como a ambição utópica de formação de uma nova sociedade (ARGAN, 1992).

A arquitetura moderna segue as máximas de Mies van der Rohe: "a forma segue a função" e "menos é mais". Tal perspectiva fez com que os valores estéticos estivessem subordinados à noção de funcionalidade (FRAMPTON, 1997). Como consequência, houve a criação de uma linguagem peculiar, um referencial estético não declarado, conhecido mundialmente como Estilo Internacional.

² A expressão "período clássico", neste caso, é uma generalização, própria do linguajar arquitetônico e artístico, para designar obras anteriores ao Movimento Moderno. Quando utilizada neste sentido, compreende, a grosso modo, as manifestações arquitetônicas e artísticas do período greco-romano ao neoclássico. Esta generalização ocorre pelo motivo de que, embora houvesse diferenças formais, filosóficas e conceituais entre os ciclos estéticos compreendidos neste período, uma completa revisão de paradigmas acontece somente com o surgimento do modernismo, quando a noção do "belo" afasta-se definitivamente de ideais religiosos.

Tamanha rigidez do discurso modernista em torno da funcionalidade era justificada pelo argumento de que a racionalização eliminaria o desperdício. Qualquer concepção de caráter meramente estético seria, portanto, considerada inútil e, conseqüentemente, condenada pelo repertório modernista. Desta forma, a racionalidade e o funcionalismo seriam peças chave, capazes de fazer atingir uma utopia social – a visão de uma sociedade com condições de vida mais justas e igualitárias, que se tornaria possível com o fim do desperdício (ARANTES, 2000).

No entanto, a utopia moderna não se consolidou e a visão estritamente racionalista passou a receber duras críticas de diversos autores. A visão, considerada por muitos como "megalomaníaca", de que a arquitetura poderia ser responsável por resolver as mazelas do mundo, fez com que os preceitos da arquitetura moderna caíssem por terra.

Adorno (1997), em uma crítica ao Movimento Moderno arquitetônico, conclui que a busca por um ideal social deve ir além da função, e sugere dois caminhos para atingi-lo. O primeiro refere-se à consciência da real posição do trabalho do arquiteto na ordem social. Este posicionamento se torna ainda mais evidente na escala urbana, onde questões arquitetônicas muitas vezes colidem diretamente com questões de ordem social, especialmente as do ramo social coletivo. O segundo faz referência a uma reflexão estética, onde o cerne do conceito se baseia no discernimento entre utilidade e inutilidade. Segundo o autor, a beleza da forma não é justificada se for vazia de significado – o conteúdo intencional é o que traz sentido à beleza verdadeira.

Com o fracasso das intenções modernistas na arquitetura, o período contemporâneo é marcado pela intensa revalorização dos fundamentos estéticos, que surge paralelamente a uma grande inquietude em relação à busca de um novo referencial do belo. Na contemporaneidade, convivem simultaneamente diversas linguagens arquitetônicas, muitas delas opostas entre si. Coexistem arquiteturas que buscam referencial em uma releitura estética do passado; que procuram maior aproximação com valores culturais regionais populares; ou ainda que incentivam uma profunda revisão ideológica e formal.

No entanto, independente do período de análise, pode-se afirmar que o homem, declaradamente ou não, sempre buscou por referenciais estéticos. O contato com o belo, harmonioso e agradável provoca a confortável sensação de prazer e bem-estar.

Considerando, como Bisognin, Lisbôa Filho e Lisbôa (2005), que grande importância da concepção estética está na sua capacidade de promover a interação entre objeto e indivíduo no nível das emoções, conclui-se que a estética exerce profunda influência no modo como o sujeito se relaciona com a função.

Ao tratar de parques urbanos, o potencial estético de determinada paisagem, juntamente com a satisfação de um grupo específico de necessidades, pode ser responsável pela criação de uma relação de identidade entre homem e lugar. O belo atrai e desperta curiosidade, possibilitando, desta forma, que se transforme o simples observador em um frequentador do local. E esta é a principal intenção de um espaço público: que seja usufruído pelo maior número de pessoas, dentro da expectativa para a qual foi projetado, justificando sua existência.

1.3.1 Referenciais Estéticos em Parques Urbanos Contemporâneos

A estética contemporânea é marcada pela ruptura com as diretrizes modernas e pela retomada de alguns valores do passado. No Brasil, a partir da década de 1980, tem início uma postura arquitetônica marcada por um novo modo de organização espacial e pela maior liberdade de concepção dos projetos. Segundo Macedo (1999), a estética contemporânea retrata uma postura cultural diversificada típica do final do século XX, permeável a diversas influências.

O paisagismo brasileiro contemporâneo é caracterizado por um forte pluralismo funcional e formal. Existe o apelo à cenarização, à diversidade e à busca por novas formas. Sobre a liberdade criativa da contemporaneidade, Macedo (op. cit., p. 117) esclarece:

A “liberdade” de criação, associada à fantasia nostálgica vigente, conduz à busca de formas e imagens do passado recente e distante, que se misturam a concepções inéditas, resultando de fato em um novo processo de pesquisa no tocante ao projeto paisagístico. Essa liberdade é proporcional ao fato de não existir no país uma “escola de porte”, formadora de paisagistas, capaz de direcionar os profissionais a esta ou aquela linha de projeto, fazendo com que cada um, dentro do universo ampliado de informações de que dispõe, escolha suas próprias respostas espaciais diante das cobranças que a sociedade faz.

De acordo com Macedo e Sakata (2003, p. 68), na estética contemporânea, “[...] tudo pode ser experimentado, tudo é possível”. Os projetos paisagísticos se caracterizam por uma postura experimental, pela busca por uma nova estética, e não apresentam mais os padrões rígidos verificados anteriormente. Nunca houve tanta diversidade de referenciais estéticos coexistindo em um mesmo período. No Brasil, os primeiros projetos paisagísticos efetivamente contemporâneos são: Praça Itália (1990), em Porto Alegre; Jardim Botânico (1991) e Parque das Pedreiras (1989), ambos em Curitiba.

Macedo (1999) destaca algumas das principais vertentes estéticas no paisagismo contemporâneo: utilitarismo, de construtivismo ecológico, pós-modernismo, neo-ecletismo etc. As novas linguagens arquitetônico-paisagísticas são fruto da inquietude dos filhos órfãos da modernidade.

Verifica-se, simultaneamente, cada vez mais a valorização do potencial ecológico também por seu apelo estético. Observa-se, nas últimas décadas, que o parque urbano se transformou em um importante instrumento de conservação ambiental. Parques denominados ecológicos são cada vez mais comuns. Neles, as espécies conservadas são o principal atrativo.

Há ainda o resgate de valores que haviam sido abandonados, como os do ecletismo e do neoclassicismo, revelando, em uma linguagem contemporânea, novas formas e usos. Retoma-se a visão pictórica, “[...] que busca a recriação de paisagens idealizadas do passado [...] expressando sonhos e fantasias populares” (MACEDO, 1999, p. 113). Voltam a ser valorizados os locais de contemplação e usos de elementos puramente decorativos como pérgulas, mirantes, pontes e pórticos. Seguindo a mesma linha, surge uma categoria inédita: o parque temático – diferente dos parques privados de entretenimento, parque temático, como espaço público, é a área de lazer que apresenta como tema principal a homenagem ou referência a algum evento histórico, ou outra característica importante da cultura local.

Existe ainda a formação de uma postura declarada como pós-moderna, que não se define em apenas uma linha projetual, mas “[...] pelo uso de velhas fórmulas, técnicas e elementos formais, misturando-os e fundindo-os entre si, criando-se sínteses nunca vistas até então” (op. cit., p. 118).

Esta última vertente – influenciada principalmente por trabalhos de paisagistas americanos, franceses, espanhóis e japoneses – é marcada por um

formalismo declarado, que reintroduz o uso de cenários. Esta linguagem utiliza formas inéditas, elementos escultóricos abstratos e canteiros de flores que compõem tapetes coloridos. Outras características marcantes são o intenso uso da cor (praticamente inexistente nos períodos anteriores), espelhos d'água e cascatas em formas bastante elaboradas.

1.3.2 Parques Urbanos, Estética e a Relação de Identidade com o Lugar

No que diz respeito à paisagem urbana, uma questão muito debatida atualmente é a falta de referenciais e a perda de identidade visual. Alguns autores culpam a globalização econômica, outros, a supervalorização da funcionalidade (herança do modernismo). Independente do motivo observa-se, de maneira generalizada, que a criação de referenciais urbanos e a caracterização fisionômica das cidades têm sido colocadas em segundo plano.

Estudos como os de Bartalini (1994), S. S. Macedo (1999), Weingartner (2001), Roba e S. S. Macedo (2003), C. F. Macedo (2003) e Rechia (2003), enfatizam que uma das principais características dos parques urbanos é o fato de se transformarem em referenciais urbanos. Tal característica influencia diretamente as relações de identidade.

Os espaços públicos são, muitas vezes, considerados pelas pessoas como marcos e símbolos da cidade. São referenciais estéticos que, através de sua história, são capazes de retratar a memória e captar o sentido de identidade.

Para o psicólogo ambiental David Canter (apud DEL RIO, 1990), o "sentido de lugar" (*sense of place*) é um valor sensorial. Esta característica permite medir a qualidade do espaço a partir da sobreposição de três esferas da consciência humana: atividades ou usos (qualidade funcional), atributos físicos (qualidade estética) e concepção de imagens (relação de identidade). Assim, o "local" só se transforma em "lugar" a partir do momento em que, através da superposição dessas três esferas de consciência, o indivíduo se conscientiza da qualidade espacial (figura 01).

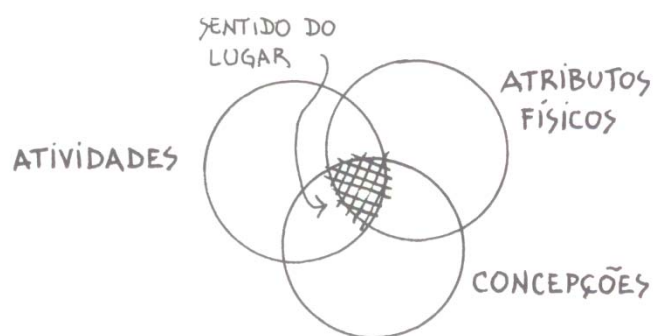


Figura 1 – Diagrama sintético do modelo teórico de Canter.
Fonte: Del Rio (1990, p. 70).

Outra importante teoria de percepção ambiental foi desenvolvida por Cullen (1983). Denominada *Townscape*, esta teoria tem como objetivo explorar os efeitos emocionais do indivíduo a partir de uma experiência estritamente visual da paisagem urbana. Desta forma, o autor descreve três maneiras através das quais o ambiente urbano gera respostas emocionais:

- Ótica: Forma de percepção que se concretiza a partir de experiências estritamente visuais. Nesta categoria se aplica o conceito de "visão serial", onde são analisados os elementos pitorescos da paisagem através do exercício de observação;
- Lugar: De sentido topológico, exprime uma relação íntima que o indivíduo desenvolve com o ambiente que o rodeia;
- Conteúdo: Representa o conjunto de sentidos percebidos na experiência visual, que provocam a formação de significados e que implicam na forma com que o indivíduo se comporta em determinado local.

Segundo Del Rio (1990), a obra de Cullen foi bastante criticada por sua exagerada preocupação com os atributos visuais do ambiente, em detrimento de outros aspectos. No entanto, posteriormente teve sua eficácia comprovada em estudos considerados mais "científicos" sobre a percepção ambiental.

Lynch (1997) analisou a imagem mental formada pelos habitantes da cidade. Sua teoria identifica qualidades e elementos estruturadores do ambiente urbano, capazes de receber significados pela população. Tal relação se dá a partir de três qualidades urbanas, utilizadas como conceitos de referência:

- Legibilidade: Qualidade visual da cidade que permite reconhecimento e facilidade de leitura do ambiente urbano. Esta característica tem influência nos sentidos de direção e de orientação do indivíduo no espaço;
- Estrutura e Identidade: São características independentes, que juntas proporcionam a formação de uma imagem ambiental. Identidade, para o autor, é a compreensão da individualidade de uma determinada área, e a possibilidade de diferenciá-la de outra. Estrutura é a relação espacial do objeto com seu observador. A relação entre as duas qualidades forma a significação de uma imagem ambiental, que pode ser de ordem prática ou emocional;
- Imaginabilidade: É a propriedade de um objeto físico evocar uma imagem qualquer no observador. Trata-se da formação de uma imagem e não da capacidade de imaginação individual.

Para Lynch (op. cit.), certas estruturas urbanas (percursos, limites, setores, nós e marcos), quando possuem significado atribuído pelo observador, possibilitam a formação do sentido de "lugar". Quando existe a formação de uma imagem clara e positiva do meio, o indivíduo cria uma relação de identidade com o local, transformando-o em lugar. A situação oposta é a que alguns autores denominam de *placelessness*, ou, em português, não-lugar.

Por fim, Del Rio (1990), após analisar uma série de teorias sobre percepção e qualidade do ambiente urbano, pôde sintetizar as principais questões em seu próprio enfoque metodológico. O método apresentado por Del Rio leva em consideração a imagem da cidade, visualidades, identidades locais, relações com o ambiente natural, relações com as arquiteturas existentes, relações morfológicas, espaços públicos e variedade de acontecimento.

A abordagem do autor é bastante abrangente e complexa. Demonstra preocupação com diversas características do ambiente urbano, sejam elas visuais ou não. Entre os aspectos analisados por Del Rio, os que apresentam influência na relação de identidade entre sujeito e lugar são:

- A imagem da cidade: Sintetiza a teoria de Lynch sobre a relação de identidade estabelecida no imaginário coletivo da população;

- Visualidades: Característica de forte influência na qualidade do meio urbano, configurada a partir do jogo de cheios e vazios. É a percepção obtida em locais abertos, a partir de visuais e panoramas;
- Identidades locais: É a identificação, necessária para o conforto psicológico sócio-cultural do indivíduo, de locais da cidade diferentes entre si, com identidade própria, que se configuram na formação de um ambiente urbano complexo;
- Variedade de acontecimento: Como crítica a uma herança do modernismo, o autor defende a variedade funcional e estética no ambiente urbano, afirmando que a cidade se mostra socialmente forte apenas a partir da existência de uma mistura social, de usos e de padrões estéticos.

A análise desses estudos permite concluir que a intencionalidade estética possui grande importância para o sentido de identidade no meio urbano, pois agrega a determinada área um valor referencial único, contribuindo para a formação de imagens na memória coletiva. O fator da excepcionalidade estética – seja na escala do bairro, do setor urbano, ou mesmo da cidade – é o que torna possível a identificação, possibilitando que um fragmento de paisagem seja diretamente relacionado a, ou mesmo possível de representar, uma idéia de conjunto.

A título de exemplificação, pode-se relacionar alguns casos onde os significados atribuídos aos espaços públicos, formados no imaginário coletivo, são capazes de representar ou de fazer relação com a cidade: o Aterro do Flamengo para o Rio de Janeiro; o Parque Ibirapuera para São Paulo; o Central Park para Nova Iorque. Esses e tantos outros parques se configuram como símbolos, transformando-se em referenciais urbanos que agregam significado às cidades onde se inserem.

Mas o que dizer quando o potencial natural de uma área é a principal característica que atrai os visitantes ao espaço público? Hegel (1999) trata a estética como um conceito possível de ser aplicado unicamente às realizações humanas. Há uma distinção clara entre o belo natural e o belo artístico. Embora o belo natural sensibilize a apreciação humana, o fato é que a natureza não existe

para agradar o olhar do homem. Seu propósito é infinitamente maior e, sob este aspecto, estritamente funcional.

No entanto, a teoria sobre a estética proposta por Hegel, elaborada há cerca de duzentos anos, não contava com o surgimento dos atuais valores ambientalistas, que obrigam uma revisão de posicionamento em busca de uma "estética natural".

Retomando Thomas (1996), observa-se a apreciação do belo natural é um fato relativamente recente para a humanidade. O motivo para o engajamento nessa nova visão de mundo foi a escassez. Quando o mundo se torna cada vez mais artificial, a beleza dos ambientes naturais é mais evidente, pelo simples fato de terem se tornado progressivamente mais raros.

Assim, considera-se que o pensamento ambientalista, que possui um papel tão importante hoje para a sociedade como um todo, não está completamente destituído de valores estéticos. Embora o ambiente natural não seja constituído para agradar o olhar humano, a opção por sua conservação pode carregar, além de outros motivos, intencionalidade estética. É a esta característica – que pode, inclusive, contribuir para uma melhor relação entre a população e o ambiente natural – que se denomina estética natural.

Os parques urbanos, tanto pela destinação de seus usos quanto por seu potencial estético, ou ainda pela relação que estes instituem com o ambiente natural, são locais onde o estabelecimento de uma relação afetiva com a população é possível. Para compreender essa relação, recorre-se ao conceito de topofilia. Uma análise etimológica do termo popularizado por Tuan (1980) em seus estudos sobre a percepção espacial o define: afeição ao lugar. De origem grega – *topos* (lugar) + *philia* (afeição) –, topofilia designa o elo afetivo desenvolvido pelo indivíduo em relação ao meio. É uma ideia de relação e de percepção do lugar que ocorre de forma particular, de maneira diferente de uma pessoa para outra.

Ao analisar os parques urbanos sob essa ótica, afirma-se que, de uma maneira geral, eles são vistos pela população como locais agradáveis. As experiências de lazer vivenciadas nos parques fazem parte de um cotidiano prazeroso. Partindo-se do princípio da existência de uma tendência dos indivíduos em apresentarem maior cuidado com aquilo que se gosta e se vivencia no cotidiano, as relações afetivas adquiridas pelas pessoas em relação aos parques urbanos podem contribuir para que a proteção do meio ocorra de maneira mais efetiva.

Os parques urbanos podem se configurar, simbolicamente, como uma espécie de ponte na relação entre a população e o ambiente da cidade. Além de se tratar de um importante elemento da paisagem urbana, no parque se concentram atividades culturais, de lazer, de esporte e de socialização. A partir do momento em que um determinado local deixa de ser passível à degradação e se torna uma área que evoca a simpatia e a proteção por parte dos habitantes do entorno, observa-se tanto a melhoria da qualidade ambiental urbana como o crescimento potencial da consciência ambiental por parte da população. Deste modo, uma questão importante a ser pensada é a utilização positiva dos elos afetivos que a população, inconscientemente ou não, adquire em relação às áreas de lazer público, fazendo com que se tornem um instrumento do próprio processo de planejamento.

Verifica-se, desta forma, que a intencionalidade dos elementos estéticos é o fator que atribui significado aos locais e às paisagens. Somente a partir dessa atribuição de significados se torna possível o surgimento de uma relação de identidade.

A leitura das paisagens é um processo comunicativo e interpretativo. A neutralidade estética, muitas vezes característica de projetos urbanos, gera a descaracterização fisionômica das cidades, aspecto tão amplamente criticado por autores de diversas áreas. Quando a paisagem urbana não é compreendida ou interpretada pela população local, ela perde parte de seu valor.

CAPÍTULO 2

PAISAGEM URBANA

2 PAISAGEM URBANA

A paisagem da cidade sempre esteve inserida em um contexto espaço-temporal, de um lado como resultado do praticar da Arquitetura e do outro a representação do praticar da Geografia. Estas práticas são processos que oscilam, frequentemente entre o individual e o coletivo, entre o particular e o público. Somavam-se a estes os movimentos e os fluxos que suscitam animação à paisagem urbana. São as vias apinhadas de veículos e de pessoas se movimentando em várias direções: indo e vindo. São os trajetos desenhados pela oscilação diária do tráfego: para o trabalho e do trabalho, para a recreação e volta dessa atividade. A pausa dessa movimentação frenética dos dias de semana é no domingo, que a cidade como que descansa, repensa. São as ruas e avenidas com poucos carros e gentes. Porém, nos fins de tarde, já ao anoitecer reiniciam os fluxos da diversão, da badalação, são outros transeuntes, são outros automóveis trafegando pela cidade. (OLIVEIRA, 2006, p. 02-03)

A cidade pode ser considerada o mais complexo organismo de interferência humana no meio, seja por sua densidade ou por sua diversidade. Nela, processos se constituem e se renovam continuamente, ao passo que os intrincados mecanismos das relações sócio-culturais tomam forma. O conjunto estabelecido por edifícios, espaços públicos e vias denota, de maneira discreta ou evidente, a heterogeneidade da paisagem. A paisagem urbana, portanto, se consolida como o próprio reflexo do dinamismo da cidade, da sociedade e de sua transformação. É o conjunto de marcas de um processo, de uma realidade construída, determinada e produzida pelos inúmeros agentes sociais ao longo das gerações.

De acordo com Landim (2004), a paisagem urbana não é apenas composta por formas, mas também por movimentos, odores, cores e sons. É uma construção social: tem como suporte a configuração natural do sítio, mas é criada e recriada constantemente por relações de uso e interpessoais.

A constante modificação das paisagens é, muitas vezes, de ordem prática. Em prol da necessidade, de acordo com o conhecimento e com a técnica disponível, se constituem as alterações julgadas convenientes. Em um estudo antropológico, Foladori (2001) explica porque os seres humanos, ao contrário das demais espécies, são grandes modificadores do meio.

Se nas outras espécies as experiências e informações não são acumuladas de uma geração para outra, os seres humanos, ao contrário, acumulam

não só a informação extracorporal (em forma de instrumentos, utensílios, construções etc.), como também transmitem às gerações seguintes o conhecimento, proporcionando que a próxima geração seja capaz de evoluir para um estágio mais avançado. Diferentemente também das demais espécies, para o ser humano o ambiente não se constitui somente em uma inter-relação com o meio abiótico e com os outros seres, mas é diferenciado e determinado de acordo com classes sociais, estabelecendo condicionantes ao longo da história para essa forma de relacionamento (op. cit.).

Não é de se espantar que a cidade, por seu grande contingente populacional, seja onde a técnica se concentra e onde as modificações no meio são mais evidentes. No entanto, técnica e conhecimento não são os únicos agentes transformadores da paisagem.

Muitas vezes as belezas naturais se diluem através dos tempos: um rio que é retificado ou canalizado, um morro que é aplainado, uma lagoa que é entulhada, ou um mangue que é drenado. Assim os atrativos físicos são modificados para atender a expansão de bairros, de avenidas, de túneis ou, então, são glamourizados para atender a moda do momento ou do interesse. (OLIVEIRA, 2006, p. 05)

Nem todas as interferências humanas no meio podem ser justificadas apenas pela razão ou pela necessidade. O homem é um ser emotivo e imaginativo. A criatividade extrapola a própria lógica, pois o desejo do "novo" faz parte da essência humana.

O que dizer sobre o saber sensível? Este possui um papel fundamental sobre o comportamento humano. A poesia, a música, enfim, a arte em geral não se trata de razão ou lógica, mas de uma necessidade peculiar de expressão. Cada uma dessas manifestações é a declaração de uma visão de mundo. Podem ser retratos de sonhos e desejos, assim como indicar a ira e o descontentamento.

O mesmo pode ser dito em relação a inúmeras características da cidade. Do jardim bem cuidado à pichação estampada no muro, cada expressão humana possui uma razão de existir, um significado próprio. A expressão humana transcende as formas artísticas tradicionais e cria marcas, intencionais ou não, nas diversas paisagens.

Nas cidades, apesar de concreta, a paisagem muitas vezes passa despercebida em meio ao cotidiano agitado. No entanto, a simples observação da paisagem pode dizer muito sobre qualquer cidade – sobre sua história e seus habitantes, sobre os hábitos e costumes de uma população, sobre problemas e conquistas. A paisagem urbana é, de certo modo, o perfil da cidade.

Se a própria estrutura urbana se configura como linguagem, a paisagem, sendo o elemento capaz de ser compreendido pelos sentidos, se transforma em uma maneira de entender a cidade. Assim, para compreender a realidade urbana é necessário decifrar os sinais impressos na paisagem ao longo de sua constituição, pois estes são repletos de significados.

2.1 O CONCEITO DE PAISAGEM

Paisagem é um termo que, apesar de ter sido incorporado como um dos principais conceitos geográficos, apresenta várias interpretações, de acordo com o que cada vertente epistemológica privilegia. Modificado com o tempo, o conceito de paisagem incorpora significados, modos de interpretação e análise, que variam de acordo com o objetivo do estudo.

A primeira divergência diz respeito à própria raiz etimológica do termo, que apresenta diferentes significados nas línguas latinas e germânicas. Nas línguas latinas, o termo deriva de "*pagus*", cuja definição seria de campo ou de território cultivado. Daí resultam os vocábulos "*paysage*" em francês, "*paesaggio*" em italiano, "*paisaje*" em espanhol. As línguas germânicas apresentam como raiz comum a palavra "*land*" que incorpora, além do sentido de "*pagus*", os significados de país ou região. Formaram-se, respectivamente em inglês, alemão, holandês e sueco, os vocábulos "*landscape*", "*landschaft*", "*landschap*" e "*ladskap*". É ainda interessante mencionar que a versão inglesa medieval do termo paisagem, "*landscipe*", era associada também a um território pertencente a um senhor ou habitado por um particular grupo de pessoas (AMARAL, 2001; SCHIER, 2003; CLAVAL, 2004; BESSE, 2006). Sobre esta variedade de significados, Hartshorne (apud BLEY, 2006) conclui que a falta de clareza do termo "paisagem" seria uma questão semântica, não apenas um mero acidente de tradução.

Apesar de hoje se compreender que os estudos da paisagem estão relacionados aos diversos sentidos, seu significado mais comum compreende àquilo que pode ser visto. Provavelmente, essa concepção de paisagem, relacionada principalmente à visão, remete à origem do termo. De acordo com Besse (2006) paisagem é um conceito que, no Ocidente, surge no Renascimento. Tal fato refere-se a dois principais motivos: o desenvolvimento de novas técnicas de representação gráfica no campo das artes e a ampliação das possibilidades de deslocamento do homem na Terra.

Quando o arquiteto Brunelleschi desenvolve as técnicas de perspectiva geométrica, permitindo uma simulação bidimensional da profundidade, possibilita que a representação espacial se torne cada vez mais fiel à realidade. Assim, o surgimento da noção de paisagem se dá através da incorporação das técnicas de perspectiva pelas artes plásticas. Nas pinturas renascentistas, o significado de paisagem é vinculado ao enquadramento de uma parcela do espaço, estando necessariamente submetida a um ponto de vista do observador (CLAVAL, 2004; HOLZER, 2000, 1998).

Percebe-se que a ideia de paisagem desenvolvida a partir da arte renascentista não é vinculada aos vários focos, mas a um ponto de vista específico e a um enquadramento determinado. Se os pintores da época tinham como objetivo retratar de modo mais fiel possível aquilo que era visto, paralelamente, a representação estaria carregada de um certo grau de subjetividade inerente ao autor da obra (CLAVAL, 2004). Vê-se, portanto, que objetividade e subjetividade, dimensões concretas e abstratas, são fatores que acompanharam a análise da paisagem desde o surgimento do conceito.

Para Claval (2004), o interesse dos geógrafos pela paisagem existe desde a sua constituição como ciência. No mesmo sentido, Amaral (2001) afirma que a geografia, por ter como objetivo a compreensão das relações entre a sociedade e o meio, assume para si a responsabilidade de estudar a paisagem – domínio anteriormente mal estruturado e não reclamado por nenhuma outra disciplina. A discussão epistemológica da geografia trouxe grande contribuição para o tema, permitindo a delimitação de conceitos, ampliação e aprofundamento do debate.

No entanto, mesmo dentro da própria geografia, certas diferenças em relação às abordagens conceituais da paisagem sempre caminharam lado a

lado. Schier (2003) esclarece, de maneira sintética, as tradicionais divergências conceituais entre geografia física e humana nos estudos da paisagem. Para a geografia física, a paisagem é analisada dentro das perspectivas de um sistema ecológico, já a geografia humana busca um enfoque interpretativo. Para o autor, essa dualidade é altamente benéfica, pois abre a possibilidade para uma dialética entre concreto e abstrato, onde o entendimento das questões não acontece de maneira oposta, mas complementar.

Tradicional também é a distinção entre paisagem natural e paisagem cultural. A primeira refere-se aos elementos do ambiente natural como rios, lagos, solo, vegetação etc. A segunda é a paisagem humanizada, que incorpora em sua configuração as modificações inseridas pela sociedade, tanto em áreas urbanas como rurais. Questionando a validade da contradição existente entre os dois conceitos, Amaral (2001) expõe que todas as paisagens, em maior ou menor intensidade, direta ou indiretamente, já foram afetadas pela ação humana. Ele considera, portanto, toda paisagem como um reflexo da cultura humana.

2.1.1 Paisagem e Cultura

Para Claval (2004), a grande questão sobre a análise de paisagens gira em torno da compreensão dos sistemas culturais, sendo estes mais incisivos do que os próprios elementos físicos que a compõem. A formação cultural intrínseca de cada grupo social reflete em modos específicos de transformação da paisagem. Desta forma, percebe-se que a interação entre homem e meio aparece também em uma esfera intelectual, onde mecanismos de interpretação e significação influenciam na construção de referenciais. Isso se dá pela singular capacidade humana de formação de signos. A paisagem é, portanto, moldada pelos vários atores sociais dentro de um determinado sistema de significação, que se configura a partir da materialização de ideais e perspectivas de um dado grupo social em determinado momento histórico. Deste modo a paisagem é, para Claval, principalmente uma forma de representação cultural.

A definição de cultura é analisada por Calvente (1993, p. 15), baseada nos ensinamentos de Marilena Chauí, demonstrando a distinção clássica entre cultura dominante e popular:

Marilena Chauí (1986) define cultura, no sentido amplo, como o campo simbólico e material das atividades humanas. Já no seu sentido restrito, articulado à divisão social do trabalho, seria a posse de conhecimentos, habilidades e gostos específicos, como privilégio de classe de onde surgiria a distinção entre "cultos" e "incultos". A cultura popular seria a expressão dos dominados – os "incultos" ou "atrasados" – através da qual a cultura dominante – letrada, erudita – é aceita/negada, com práticas de conformismo/resistência. Assim, não acreditar ou não valorizar o saber que existe na cultura popular serve aos interesses da classe dominante.

Cultura e sociedade são dimensões que interferem e modificam as paisagens. Este é o aspecto considerado por Sauer (2004) como fundamental para o entendimento da cultura como objeto de estudo geográfico: não a produção cultural em si, mas a forma como a sociedade, partindo de um contexto cultural, modifica e interage com o meio.

Em síntese, todas as concepções atuais de paisagem levam em consideração a atuação humana. Conforme observam Corrêa e Rosendahl (2004), os estudos de paisagem apresentam várias dimensões, de acordo com o que cada matriz epistemológica privilegia: morfológica, composta pelo conjunto das formas naturais e as criadas pela ação humana; funcional, que proporciona diferentes relações entre as partes; histórica, pois é fruto da ação humana ao longo do tempo; espacial, por existir em determinada área da superfície terrestre; e simbólica, sendo portadora de significados.

Macedo (1999, p. 11) distingue dois aspectos interdependentes e complementares que definem a paisagem. Deve-se considerá-la um *produto*, por ser resultado "[...] de um processo social de ocupação e gestão de determinado território"; ao mesmo tempo, um *sistema*, "[...] na medida em que, a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, que equivale ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total".

Para Berque (2004, p. 84-85), a paisagem é a *marca* de uma civilização, podendo, deste modo, ser descrita e catalogada. Ao mesmo tempo, é uma *matriz*, por fazer parte da cultura, sendo também protagonista da relação da sociedade com o espaço em que vive. Existem variadas metodologias para a

descrição da paisagem, que ultrapassam a exposição dos elementos sinestésicos que a constituem, "[...] seja por abstração (uma função se define abstratamente), seja por mudança de escala no espaço (valendo-se de ordens de grandeza não perceptíveis pelo homem), ou no tempo (pela explicação histórica e geológica)". A noção introduzida por Berque, de paisagem marca e matriz, influencia a maneira de se enxergar as paisagens. Se a paisagem-marca, ou seja, vista como reflexo da produção humana no meio, é uma ideia bastante disseminada, a concepção de paisagem-matriz, como contraponto, introduz uma nova perspectiva ao considerá-la como um elemento ativo, também capaz de moldar e influenciar os processos de produção cultural.

Sendo assim, analisar a paisagem como forma de representação cultural implica em uma maneira própria de enxergar a paisagem. Na perspectiva apresentada por Corrêa e Rosendahl (2004), paisagem é um conceito multidimensional; cada dimensão corresponde à interpretação que determinada matriz epistemológica lhe confere. Do ponto de vista de Berque (2004), a paisagem é plurimodal, por ser simultaneamente passiva (produto da interferência humana), ativa (por delimitar ou não a possibilidade dessa interferência) e potencial (por estar aberta a perspectivas futuras). Na soma dessas características pode-se considerar, como Macedo (1999), que a paisagem é dinâmica, por se revelar como processo constante baseado em relações de causa e efeito, onde cada mudança implica, necessariamente, em outras alterações subsequentes.

O dinamismo da paisagem não pode ser compreendido de outra forma, a não ser por uma esfera sócio-cultural. Se a paisagem materializa, conforme Lewis (apud DUNCAN, 2004), uma autobiografia coletiva inconsciente, a sua dinâmica, da mesma forma, é a dinâmica das sociedades. Pois se a paisagem não engloba a sociedade em um primeiro instante, ela ao menos a reflete, quase via de regra, de maneira coerente.

2.2 SEMIÓTICA E CULTURA

Semiótica (ou semiologia) é a ciência que trata dos signos e da semiose. Tomando por base a definição de Eco (2005, p. 11), signo é "[...] algo que

está no lugar de outra coisa". Os signos fazem parte de um sistema de correlações e representações, onde significado e significante são definidos de acordo com mecanismos interpretativos. Semiose é o processo que torna possível a formação e interpretação dos signos, que atribui a algo um determinado significado, permitindo a "correlação com" ou a "representação de" outra coisa.

A sociedade se organiza e se relaciona necessariamente por meio de processos sígnicos. Quando gestos são utilizados para transmitir idéias (linguagem corporal), significados são atribuídos a um determinado conjunto de sons (linguagem oral), linhas no papel comunicam mensagens (linguagem escrita), ou ainda, formas representam algo real (linguagem pictórica), são formados signos a partir de processos de semiose. No entanto, a semiótica transcende a própria linguagem quando se verifica que padrões culturais e de comportamento são também dotados de significados. Neste sentido, os estudos semióticos podem ser aplicados a diversas áreas de conhecimento, pois estruturam métodos para a compreensão de significados atribuídos à produção humana de uma maneira geral.

A estruturação desta ciência remete a dois importantes estudiosos do início do século XX, Ferdinand Saussure e Charles S. Peirce, considerados os "pais da semiótica".

A preocupação de Saussure com a leitura de signos aparece em uma publicação póstuma, datada de 1916, realizada através da compilação das anotações de seus alunos (OLIARI, 2004). Tendo a linguística como tema central de seus estudos, Saussure analisa a língua como um sistema formado por signos, que servem para expressar ideias e são incorporados de diversas formas: na fala, na escrita, nos gestos, nos rituais etc. Compreende, assim, a necessidade de criação de uma ciência que estude a estruturação dos signos no quadro da vida social, que denomina de semiologia. Esta nova ciência se preocuparia com a definição dos signos e das leis que os conduzem. A definição de signo como entidade portadora de uma dupla-base – que incorpora juntamente significado e significante – introduzida pela semiologia saussureana serviu para nortear todos os estudos no campo da significação que o seguiram (ECO, 2005).

No entanto, Peirce é o primeiro a sistematizar e formalizar uma teoria geral dos signos, e, diferente de Saussure, a nomeia semiótica. A semiótica peirceana é apresentada em 1935, a partir de uma coletânea de trabalhos publicados anteriormente (OLIARI, 2004). Para Peirce (2003), signo é uma forma de

representação a qual se atribui significado tanto denotativo (o "sentido literal" de um termo) quanto conotativo (o "sentido virtual", que surge da associação de idéias abstratas e subjetivas). A estrutura semiótica de Peirce se baseia em relações triádicas, que remetem, segundo ele, à própria maneira de funcionamento do pensamento humano. A seguir, se relacionam as principais tríades peirceanas.

Os signos são formados por três componentes: "fundamento" é a qualidade que permite o estabelecimento de uma função sígnica; "objeto" se refere a algo existente em uma esfera real (não necessariamente que apresente uma forma física, mas que possa ser compreendido pelos sentidos); e "interpretante" é considerado como o evento psicológico passado na mente de um intérprete, que atribui a significação. Se algo é considerado signo (não havendo a justaposição dos três componentes, considera-se meramente um sinal), pode, conseqüentemente, ser enquadrado em uma de três categorias: "ícone" é o signo que se assemelha fisicamente com o objeto (como é o caso das pinturas renascentistas ou das fotografias), cuja interpretação, dada a semelhança, seria superficial, ou mesmo óbvia; "índice" é a parte de um todo, percebido como signo a partir de uma relação de causa e efeito, através de vivência e heranças culturais (quando se deduz a presença de fogo pela fumaça, ou a queda de chuva por uma poça); o "símbolo" é formado a partir de uma prévia convenção social entre signo e objeto (por exemplo, quando a presença de uma cruz indica o local do culto, ou a bandeira representa um país). Por fim, a leitura do signo, independente de sua classificação, acontece em três diferentes estágios: o "nível sintático" (primeiridade) corresponde às relações concretas perceptíveis do objeto; já no "nível semântico" (secundidade) ocorrem relações denotativas e conotativas entre signo e objeto; no "nível pragmático" (terceiridade) se dá a decodificação do signo, que passa a assumir um significado (PEIRCE, 2003).

Em suma, tomando por base a teoria de Peirce, a compreensão de um signo (seja ele ícone, índice ou símbolo) remete à superposição de um estímulo sinestésico real (o objeto propriamente dito, apreendido no nível sintático) a uma imagem mental (o fundamento, correspondente às correlações, no nível semântico), analisado de acordo com uma lógica (o interpretante, que relaciona significante ao significado, no nível pragmático).

Assim, o campo de estudo da semiótica é primeiramente a comunicação. O processo comunicativo é definido por Eco (2005) como a

transmissão de um sinal, ao longo de um canal, para um destinatário. Se o destinatário é um ser humano, e se o sinal emitido não é apenas um estímulo, mas depende necessariamente de uma interpretação por parte do destinatário, forma-se uma função sógnica, pois este processo é compreendido dentro de um sistema de atribuição de significados.

No entanto, a semiótica não é restrita à comunicação, pois se relaciona essencialmente com toda produção cultural humana. De acordo com Eco (op. cit.), os estudos semióticos contemplam os mesmos aspectos analisados pela antropologia cultural. A compreensão das tipologias culturais considera necessariamente que mitos, costumes, rituais, crenças, ideologias e outros comportamentos e valores sociais são estabelecidos a partir um sistema de significação. Da mesma forma, as relações sógnicas estão presentes também nas relações sociais. Todos os seres humanos agem intencionalmente a partir de gestos geradores de significados. Este conjunto só apresenta significado dentro de um determinado sistema cultural que, por sua vez, também só pode ser estabelecido por meio de outras relações sógnicas. Neste processo contínuo, considerado por Peirce (2003) como um sistema de semiose infinita, a formação de signos é vista como fundamento básico para a expressão humana.

Partindo deste ponto de vista, Eco (2005) afirma que a semiótica teria o ambicioso (e igualmente pretensioso) papel de tornar-se uma teoria geral da cultura. Quando se considera cultura, em um sentido amplo, como o conjunto de práticas e valores comuns a um determinado grupo social, vê-se que a noção de coletividade é necessariamente parte de sua estrutura. Desta forma, os sistemas semióticos regem os padrões culturais e os comportamentos humanos, no sentido de que eles só podem acontecer através de processos comunicativos. Não existe uma cultura possível se esta não for transmitida. Portanto, quando Eco trata da semiótica como uma teoria geral da cultura, indica que tudo pode ser analisado por suas lentes, mas não que tudo pode ser explicado por ela.

Logicamente, o estabelecimento de padrões culturais e de relações sociais, mesmo sob o enfoque da semiótica, faz parte das áreas de estudo da antropologia e sociologia. No entanto, a paisagem, que tradicionalmente é um conceito-chave da geografia, quando compreendida como uma produção cultural coletiva, é analisada como portadora de significados. Ao se buscar a interpretação

dos significados impressos na paisagem, considera-se, como Pignatari (2004), a semiótica como ciência que ajuda a ler o mundo.

2.3 SIGNOS DA PAISAGEM

Sabe-se que perspectivas políticas, econômicas, históricas, culturais e ideológicas – próprias de cada grupo social –, são fatores que influenciam na construção das paisagens. Esses processos deixam marcas visíveis que, em alguns casos, são apresentados de forma clara e evidente. Em outros, são apenas rastros. Existem procedimentos de identificação e análise de paisagens que buscam a compreensão e decodificação desses sinais a partir de uma abordagem interpretativa. Neste contexto, considerando que as marcas possuam um caráter simbólico, o caminho natural para sua compreensão provém da intersecção entre a geografia e a semiótica.

Preocupações com o significado simbólico da paisagem são relativamente recentes. De acordo com Schier (2003), a geografia apresenta estudos nesse campo desde a década de 1970.

A ideia de tratar a paisagem como expressão cultural humana, composta por muitos patamares de significação, é a principal intenção apresentada nos estudos de Cosgrove, que se propõe a explorar as "[...] paixões inconvenientes, às vezes assustadoramente poderosas, motivadoras da ação humana" (COSGROVE, 2004, p. 96). Para ele, estas motivações se configuram como agentes verdadeiramente influenciadores do comportamento humano e são refletidas na paisagem através de uma simbologia própria. Ao se reduzir a compreensão da paisagem ao nível impessoal, portanto, seria perdido grande parte de seu significado. De acordo com o autor, explorar e identificar os símbolos e seus respectivos significados conferiria à geografia seu verdadeiro sentido humano, como uma ciência social.

As paisagens tomadas como verdadeiras de nossas vidas cotidianas estão cheias de significado. Grande parte da geografia mais interessante está em decodificá-las. É tarefa que pode ser realizada por qualquer pessoa no nível da sofisticação apropriado para elas.

Porque a geografia está em toda parte, reproduzida diariamente por cada um de nós. A recuperação do significado em nossas paisagens comuns nos diz muito sobre nós mesmos. Uma geografia efetivamente humana crítica e relevante, que pode contribuir para o próprio núcleo de uma educação humanista: melhor conhecimento e compreensão de nós mesmos, dos outros e do mundo que compartilhamos. (COSGROVE, 2004, p. 121)

Cosgrove (op. cit.) se propõe a realizar uma geografia humana crítica a partir da compreensão dos significados impregnados nas paisagens. No sistema interpretativo de análise proposto por ele, a paisagem é considerada como uma representação cultural, onde as expressões de ideologias, discursos e pensamentos são concretizados por meio de um repertório simbólico. Neste sentido, a principal ênfase dada à dimensão cultural estrutura-se na esfera do poder.

Assim, o estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder. Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto, às vezes, é chamado de hegemonia cultural. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político (apesar de eu me concentrar nisso), mas também em termos de sexo, idade e etnicidade. (COSGROVE, 2004, p. 104-105)

A ideia de unicidade cultural parte do princípio da consideração de uma representação cultural como predominante em relação a outras. Ela representa o conjunto de valores, práticas e visões de mundo de um grupo dominante. No entanto, existem culturas alternativas que operam simultaneamente pelas lacunas.

Todas as paisagens são repletas de signos, configuradas como expressões de um repertório cultural. Para decifrar e interpretar a paisagem, portanto, é necessário compreender a linguagem na qual os significados estão inseridos.

O repertório sócio das representações culturais é concretizado na paisagem em forma de unidades visuais, o que possibilita caracterizar e diferenciar uma paisagem da outra de acordo com valores e referenciais próprios. Neste contexto, percebe-se que questões relacionadas à dimensão simbólico-cultural apresentam um forte conteúdo crítico, uma vez que não raramente a significação

serve para impor, reafirmar e reproduzir normas e valores culturais de grupos dominantes para toda a sociedade.

A compreensão de uma determinada paisagem não é realizada apenas com base nos elementos visíveis, mas por referenciais próprios, existentes na mente humana, sobretudo (MEINIG apud CABRAL, 2006). Quando diversas pessoas observam a mesma paisagem, existe consenso em relação à identificação de vários elementos, mas a atribuição de significados depende de uma bagagem anterior.

Percebe-se que a compreensão dos símbolos e de seus significados correspondentes acontece mediante relações de visibilidade, experiência e vivência. Desta forma, a interpretação de significados é, a princípio, um ato individual. No entanto, os vários repertórios individuais de conhecimento, valores e costumes são socialmente construídos e repassados de uma geração para outra a partir de um repertório cultural comum.

Gandy (2004) apresenta postura semelhante e, ao mesmo tempo, mais contundente, ao considerar os aspectos ideológicos simbolizados na paisagem. Ele defende a ideia de que a paisagem não é uma expressão cultural qualquer, mas uma forma de reforçar e disseminar a ideologia de um grupo dominante por toda a sociedade. A paisagem é considerada como a materialização do modelo e discurso dominantes, estando inserida de forma generalizada em diversas expressões sócio-culturais. Nessa perspectiva, a ideologia é o fator que molda o sistema simbólico de representações que, por sua vez, ao ser apresentada como realidade material, serve para assegurar a reprodução das relações sociais. O autor conclui, desta forma, que a essência da paisagem é a sua dimensão política.

A paisagem é um fator determinante do caráter social e cultural das sociedades. Isso não significa que o campo da atividade humana é determinado pela moldura material do meio ambiente, mas sobretudo que a paisagem é o lugar de superposição de jogos de poderes e de símbolos que têm influência na imaginação dos homens. (GANDY, 2004, p. 86)

Realmente, a paisagem possui uma dimensão ideológica e, igualmente, existem mecanismos de padronização cultural que buscam disseminar os valores hegemônicos. Isso pode ser claramente observado, por exemplo, quando as várias camadas da população ambicionam um determinado estilo de vida (que diz

respeito aos mais variados aspectos, de vestuário à moradia, de alimentação ao transporte etc.) proliferado em filmes e novelas, mesmo que este consumo implique em uma mudança de hábitos e costumes que, a princípio, nada teriam a ver com os valores iniciais representativos da coletividade (poderiam corresponder a um padrão cultural de um determinado grupo, mas não de todos).

Os valores hegemônicos acabam se reproduzindo, muitas vezes inconscientemente, por toda a sociedade. São modismos e padrões de consumo que não refletem a cultura de determinados grupos, mas são desejados por eles. Esse processo é, logicamente, refletido na paisagem.

No entanto, a perspectiva de considerar a paisagem unicamente com base em um padrão cultural referido às classes dominantes, conforme apresenta Gandy (2004), é bastante restrita. Não seria correto desconsiderar a existência de culturas alternativas a esta padronizada, bem como sua influência sobre a formação das paisagens.

Se nas cidades a paisagem é, em sua maior parte, uma maneira de representação da visão de mundo dos grupos dominantes, é nos detalhes que as culturas popular e alternativa tomam forma. Em algumas áreas da cidade, onde grupos sociais representativos de uma mesma bagagem cultural popular ou alternativa se concentram, a paisagem, como consequência, pode incorporar muitos elementos que tornam a identificação dessa cultura bastante clara. No entanto, mesmo nos locais onde a cultura hegemônica é mais evidente, como nos centros da grande maioria das cidades, um observador atento encontrará marcas de uma cultura dissonante.

Desta forma, reforça-se o caráter da paisagem como uma construção cultural coletiva. Seja em uma visão ampla ou na observação dos detalhes, a paisagem é a forma concreta que representa todos os atores sociais envolvidos em sua construção. A cidade de Londrina não é exceção.

CAPÍTULO 3

PARQUES URBANOS: ESTUDO DE CASO EM LONDRINA-PR

3 PARQUES URBANOS: ESTUDO DE CASO EM LONDRINA-PR

A cidade de Londrina é considerada uma das mais importantes da região Sul do Brasil. Em termos populacionais, Londrina se configura atualmente como a segunda maior do Estado do Paraná e a terceira maior da região Sul. Desta forma, pode-se afirmar que a cidade possui um papel de destaque no cenário nacional.

Diferente da grande maioria das cidades brasileiras, Londrina não surgiu de forma espontânea. Foi planejada, assim como várias outras cidades no Norte do Paraná. Também não foi projetada dentro de um contexto qualquer. Houve, desde o início, o propósito de contextualizá-la como polo regional.

Projetada inicialmente para abrigar cerca de 30 mil habitantes no núcleo urbano, a cidade apresenta hoje – 79 anos após sua fundação e 74 após a emancipação – quase 500 mil habitantes, dos quais aproximadamente 97% se concentram em área urbana (FERREIRA, 2005).

O estigma de "cidade planejada" pressupõe que uma cidade que nasce de um planejamento prévio tende a apresentar uma menor quantidade de problemas urbanos e ambientais. No caso de Londrina, verifica-se que esta suposição não se consolidou de maneira plena (FERREIRA et. al., 2006).

A paisagem londrinense é fragmentada: o centro é mais densamente verticalizado que as outras áreas; as zonas de grande valorização imobiliária, com seus condomínios horizontais e verticais, se isolam dos problemas urbanos; os bolsões de pobreza ainda se espalham pela cidade; os conjuntos habitacionais são implantados, geralmente, em áreas carentes de infra-estrutura; os vazios urbanos e a especulação imobiliária existem, apesar das iniciativas para coibi-los.

Os parques urbanos de Londrina estão inseridos nesta realidade. Alguns contam com fragmentos de densa mata, frutos de iniciativas de conservação ambiental; outros visam a instalação de equipamentos diferenciados de lazer e o embelezamento da cidade. Como qualquer paisagem, os parques também são abertos a leituras e interpretações.

3.1 LONDRINA: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO

O início da trajetória do crescimento urbano de Londrina é comum a toda região Norte do Paraná, que foi colonizada por uma companhia inglesa – a CTNP (Companhia de Terras Norte do Paraná). Em comum acordo com o Governo do Estado, entre as décadas de 1920 e 1940, a CTNP efetuou o empreendimento imobiliário que se constituiu no planejamento territorial de uma área de 515.000 alqueires³. Segundo dados disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL, 2006), a companhia “[...] efetuou a fundação de 63 cidades e patrimônios, e vendeu 35.103 lotes rurais, em sua maioria inferiores a 30 alqueires, e 70 mil datas (lotes urbanos) com a média de 500 metros quadrados, cada”. Esses dados dão a magnitude do empreendimento inglês na região Norte do Estado.

No final da década de 1920, teve início o planejamento territorial e a implantação dos núcleos urbanos pelos ingleses. O empreendimento foi caracterizado pela grande racionalização, com cidades implantadas dentro de uma pré-concebida hierarquia espacial, comandada pelo interesse econômico. Desta forma, as diretrizes adotadas pela CTNP regularam os traçados urbanos, a largura das vias, a dimensão dos lotes e também as distâncias entre cada um dos núcleos urbanos (ZANON, 2003). Esse empreendimento foi denominado por Ferreira (1984) como "imobiliário-colonizador".

A implantação dos núcleos urbanos aconteceu ao longo de um eixo viário principal que possibilitava o escoamento da produção agrícola, ligando a região Norte do Paraná ao estado de São Paulo. Composto por ferrovia e rodovia, este eixo é considerado por Barnabé (1989) como o principal elemento de estruturação espacial. Os núcleos urbanos foram localizados de acordo com distâncias pré-estabelecidas: havia “[...] pólos de produção distanciados de 100 em 100 km – cidades como Londrina, Maringá e Paranaíba - e [...] outros intermediários, com 12 a 15 km de distância entre si – cidades como Cambé, Rolândia e Ibiporã” (CASTELNOU, 1996, p. 11).

³ Área adquirida pela *Brazil Plantations Syndicate Limited* – Companhia inglesa da qual a CTNP era subsidiária –, entre os anos de 1925 e 1927.

Segundo Castelnou (op. cit.) a década de 1930 pode ser considerada como a "Fase do Pioneirismo", quando se inicia a implantação do plano. Em 1929, Londrina se constituiu como o primeiro núcleo urbano implantado pela CTNP e, em 1934, elevou-se à condição de município, já apresentando certo destaque regional por configurar-se como principal centro de operações dos empreendimentos organizados pela companhia. Em 1935, a linha férrea, vinda do estado de São Paulo, chega à cidade (BUCHMANN, 2001).

No planejamento territorial, tanto a escolha dos terrenos como a forma de implantação dos núcleos urbanos levou em consideração uma série de características. Segundo Barnabé (1991), nas quatro primeiras cidades implantadas pela CTNP – Londrina, Cambé, Rolândia e Arapongas – havia uma preocupação com a topografia, com a drenagem e com questões sanitárias. As plantas iniciais dessas quatro cidades estavam acomodadas entre os fundos de vale, sem, no entanto, atingi-los (figura 02). A cidade de Londrina originalmente “[...] apresenta planta regular, tendendo ao quadrado, e de contornos definidos. Na implantação observamos que o perímetro da cidade tangencia os fundos de vale, evitando áreas com declividades excessivas” (op. cit., p. 65).

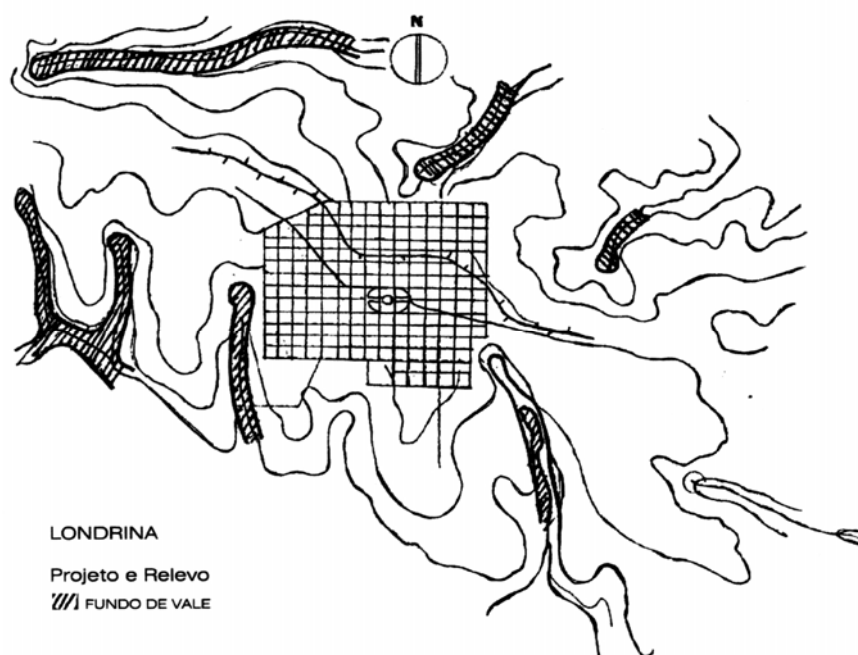


Figura 2 – Implantação de Londrina em relação aos fundos de vale.
Fonte: Barnabé, 1989.

Contudo, o caráter regulador do projeto implantado pela companhia inglesa já indicava, desde o início, certa segregação espacial. Neste período, o elemento responsável pela distribuição desigual da população no espaço urbano foi a ferrovia. De acordo com Lima (2000, p. 117), a ferrovia se configurou como uma barreira, dividindo a cidade em duas porções. A primeira, ao sul, com topografia mais suave, melhor acessibilidade e valor locacional, ocupada pela população de melhor poder aquisitivo. A segunda, ao norte, com “[...] acessibilidade prejudicada, sendo ocupada pelas camadas de mais baixa renda”. Ainda sobre este fato, Silva (2003, p. 39) comenta que “[...] a presença da ferrovia São Paulo-Paraná [...] constituiu, por muitos anos, uma barreira na determinação e formação de enclaves, no que se refere aos padrões residenciais, pois se tinha, nitidamente, a diferenciação entre as duas áreas”.

Do ponto de vista econômico, no final desta década Londrina já assumia o papel para o qual havia sido projetada – o de pólo regional. O café foi o produto que, quase exclusivamente, assegurou a base econômica da cidade e da região, garantindo o desenvolvimento até meados da década de 1960 (CESÁRIO, 1981).

A década de 1940 é caracterizada como a "Fase de Desenvolvimento Comercial" da cidade. Neste período, “[...] aconteceu o fortalecimento da estrutura comercial de Londrina. Houve a instalação de atacadistas de gêneros alimentícios e de armazéns filiais de empresas paulistas, que vendiam para viajantes” (CASTELNOU, 1996, p.18).

Já nesta década, a área urbana de Londrina começa a passar por uma série de transformações. Entre os limites das áreas rural e urbana, a CTNP havia planejado uma faixa de terras que serviria como "cinturão verde" para a cidade. Era um trecho de chácaras contínuas, lotes com dimensão de 1 a 3 alqueires, que deveriam ser ocupadas com hortas, granjas e pequenas culturas. Como o quadrilátero projetado pela Companhia já não era mais suficiente para abrigar a crescente demanda populacional, a cidade começa a se expandir para além dos limites previstos no plano inicial.

As novas áreas anexas surgiram sem qualquer planejamento por parte da CTNP, fazendo com que a aparente ordem estabelecida pela companhia não se concretizasse. Fica claro, então, que não havia um planejamento efetivo que regulamentasse o crescimento físico e populacional da cidade.

A década de 1950 é considerada como a "Fase da Expansão Urbana" (op. cit.). O aumento da produção cafeeira trouxe como consequência o grande crescimento populacional e urbano. Também neste período, Londrina começa a ter importância no cenário nacional.

Contudo, ainda na primeira metade da década de 1950, a economia paranaense foi afetada pela ocorrência de duas fortes geadas, em 1953 e em 1958, que praticamente dizimaram sua cafeicultura. O efeito imediato para a cidade de Londrina foi a intensa migração da mão-de-obra do campo para o meio urbano, causando grande impacto tanto na configuração urbana como na própria economia da cidade (CESÁRIO, 1981).

Com o elevado crescimento populacional e com a intensa migração campo-cidade, a população urbana começa a se intensificar. Essa década se inicia com a predominância de uma população rural sobre a urbana e finaliza com uma situação inversa. A cidade, que havia sido projetada inicialmente para abrigar cerca de 30.000 habitantes, se apresenta, no início da década de 1950, com 71.412 habitantes, dos quais 47,93% se encontravam em área urbana. No final da mesma década, a população praticamente dobra, atingindo um total de 134.821 habitantes, com a população urbana representando 57,40% desse total (BUCHMANN, 2001).

Esse aumento populacional no meio urbano agravou a situação de crescimento desordenado iniciada na década anterior. Como consequência, a preocupação com o planejamento da cidade se converteu, pela primeira vez, em uma medida efetiva. Em 1951 entrou em vigor a Lei nº 133, elaborada a partir de propostas de Prestes Maia, urbanista e ex-prefeito da cidade de São Paulo. Esta lei se constituiu no primeiro instrumento de regulamentação urbana e controle do crescimento da cidade.

A lei proposta por Prestes Maia para Londrina, na concepção de Lima (2003, p. 226-227), é a assimilação dos ideais modernos adaptados à realidade regional, que previa medidas de "[...] caráter de inovação urbanística com teor humano acentuado". Havia uma preocupação, pouco comum nos planos urbanos da época, com o conservacionismo e com a habitação popular. A proposta, contudo, não se concretizou completamente, pois "[...] a gestão do plano passou à burocracia administrativa, que não possuía habilidade política, nem capacidade técnica para gerenciar e adaptar as propostas às novas situações que se apresentaram ao longo do tempo". Sobre a não concretização da lei proposta por

Prestes Maia, Castelnuovo (1996, p. 20) afirma ter sido considerada muito rígida, tornando-se “[...] inexecutável para os imobiliários e loteadores, dada a sua complexidade e nível de exigências”.

A década de 1960 é marcada pela mudança de eixo econômico. A partir de 1966, inicia o programa de erradicação do café – produto que até então sustentava a economia da cidade. O reflexo imediato desse fato foi o desenvolvimento do processo de industrialização (CESÁRIO, 1981). Assim, este período é denominado como "Fase de Desenvolvimento Industrial" (CASTELNOU, 1996).

O fim da cultura do café causou novo aumento inesperado do contingente populacional, vindo do campo e se instalando na área urbana de Londrina (CESÁRIO, 1981). Neste período, a cidade começa a vivenciar – agora de maneira mais intensa, pois este processo havia sido iniciado na década anterior – o problema da formação de favelas (FERREIRA, 1995). Estes núcleos, que se instalaram, muitas vezes, em fundos de vale, estavam sujeitos tanto a riscos sociais como ambientais. Como consequência, houve a necessidade de intervenção por parte do poder público, com o início de programas de habitação de interesse social – realizados principalmente através de financiamento, pelo hoje extinto BNH (Banco Nacional da Habitação). Surgem, então, os primeiros conjuntos habitacionais em Londrina, construídos pela COHAB-LD (Companhia de Habitação de Londrina). Estes conjuntos foram implantados muito longe da cidade consolidada, fato que intensificou a especulação imobiliária.

A década de 1970 é considerada como a "Fase da Desestruturação Urbano-Regional" (op. cit.). Foi a época em que os aspectos analisados na década anterior se intensificam, acarretando na desestabilização da rede urbana. O fator que agravou esta situação foi mudança de atividade no campo, que se transformou “[...] de uma atividade absorvedora de mão-de-obra (café) para uma repulsora (soja - trigo), processando-se uma violenta concentração fundiária com a incorporação de pequenos lotes” (CASTELNOU, 1996, 34). Outra característica importante para a economia londrinense nesta década foi a consagração dos primeiros esforços efetivos, por parte do poder público, de incentivo à industrialização.

Este período é marcado por uma grande expansão urbana, pela intensificação da especulação imobiliária e da segregação espacial. Conforme indica Ferreira (1995), apesar do surgimento de diversos loteamentos voltados para as

classes média e alta que ocuparam, principalmente, a região Sul da cidade, a grande expansão ocorreu ao Norte, com a implantação dos conjuntos habitacionais populares financiados pelo BNH.

A década de 1980 foi caracterizada como a "Fase de Ação Administrativa" (CASTELNOU, 1996). Existiu, nesta época, forte preocupação por parte da administração pública com a valorização da área central da cidade, o que implicou em altos investimentos.

Um aspecto relevante que ocasionou uma nova estruturação da paisagem londrinense foi a lei de Zoneamento de 1984. Desta forma, Londrina passou a se caracterizar por uma alta densidade e verticalização na região central (FERREIRA, 1995). Esta característica marca a paisagem da cidade até os dias atuais, pois existem poucos pontos de concentração de edifícios verticais fora da região central.

A década de 1990 foi considerada por Castelnou (1996) como a "Fase de Afirmação como Pólo Regional". Se em Londrina este destino já havia sido, de certa forma, imposto pela CTNP desde a fase de sua colonização, e se consolidado a partir da década de 1950, neste período a cidade passa a apresentar, cada vez mais, destaque no cenário nacional. Define-se, portanto, seu caráter econômico, onde Londrina apresenta uma tendência de aumento no número de estabelecimentos comerciais e de serviços e, em contrapartida, pouco desenvolvimento industrial.

Como característica do período, pode ser destacada a ocorrência de "[...] várias situações irregulares ou de mau uso do solo, que poderiam ter sido evitadas no processo de ocupação e estruturação da cidade" (op. cit., p. 42). Como uma tentativa de reverter a situação, foi instituído em 1996 o primeiro Plano Diretor de Londrina, com uma série de medidas para regular e ordenar o crescimento urbano, bem como promover o desenvolvimento da cidade.

Atualmente, verifica-se os reflexos de um crescimento desordenado iniciado na década de 1940, distribuídos por todo o território urbano. Londrina apresentou um processo de crescimento excessivamente rápido, causa de muitos problemas. Sobretudo em aspectos sócio-ambientais.

Em busca de melhorias da condição urbana, está sendo elaborado o Plano Diretor Participativo, adequado às diretrizes indicadas pelo Estatuto da Cidade. A elaboração deste Plano, atualmente em fase de finalização, deve priorizar

os aspectos ambientais e regular o desenvolvimento da cidade para os próximos dez anos (FRAZÃO, 2006).

Quando se trata da melhoria da qualidade ambiental nas cidades, sabe-se que os parques urbanos podem trazer grande contribuição. O Parque Arthur Thomas em Londrina é um exemplo de unidade de conservação em meio urbano que, a partir da incorporação da função de lazer, tornou-se um importante espaço público da cidade.

3.2 PARQUE MUNICIPAL ARTHUR THOMAS

O Parque Arthur Thomas está situado na região sul de Londrina, no bairro Jardim Piza (figura 03), a 6 quilômetros de distância do centro. A entrada, localizada na Rua da Natureza nº 155, tem acesso pela Avenida Dez de Dezembro. Ele permanece aberto para visitação de terça-feira à domingo, das 8:00 às 18:00 horas. Às segundas-feiras, o parque é fechado para manutenção.

O local constitui um dos últimos remanescentes de mata atlântica do Norte do Estado do Paraná. Criado em 1975, a partir da doação de uma área de 60,25 hectares da Companhia de Terras Norte do Paraná ao município de Londrina, incorporou, em 1983, mais 25,22 hectares, fruto de desapropriações de loteamentos vizinhos realizadas pela Prefeitura (figura 04). O parque foi aberto para a visitação pública em 1987, após receber diversos equipamentos que aprimoraram sua estrutura, e conta atualmente com 85,47 hectares (PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA - PML, 2008).

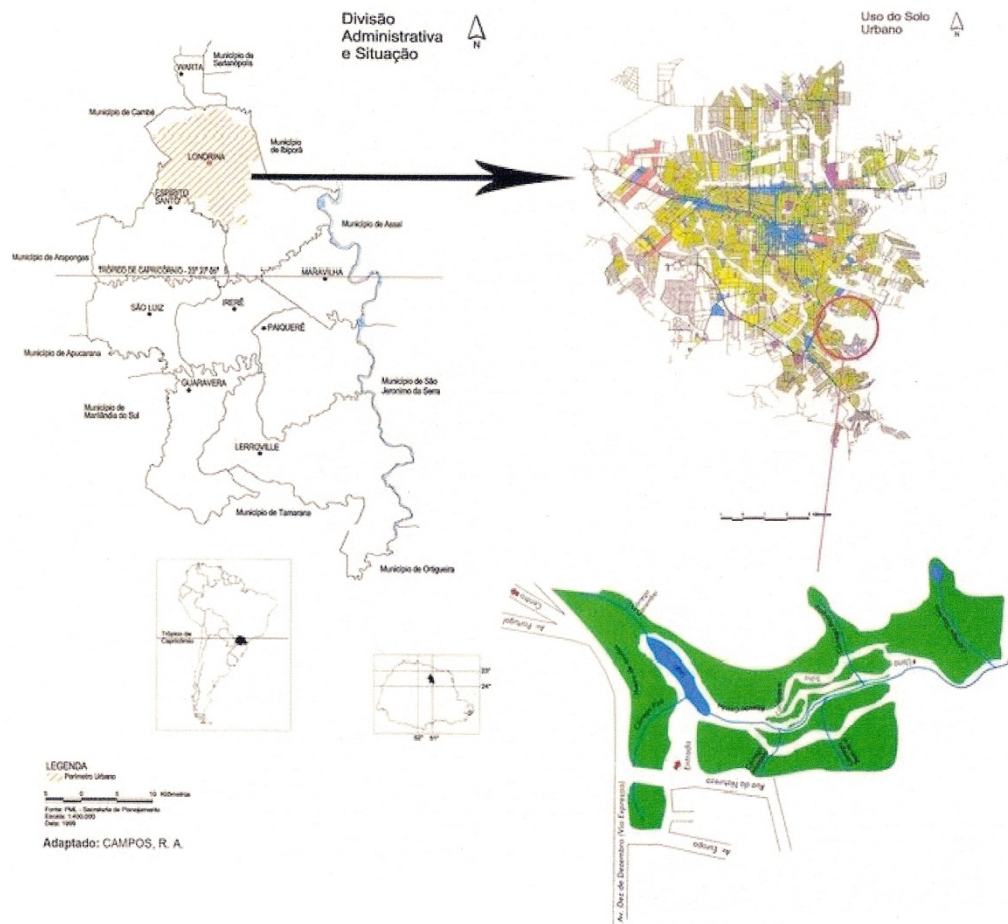


Figura 3 – Localização de Londrina e do Parque Arthur Thomas.
Fonte: Ballarotti, 2006, p. 23.



Figura 4 – Foto aérea do Parque Arthur Thomas – uma pequena floresta em meio urbano.
Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina, 2008.

O Parque Arthur Thomas é um exemplo de unidade de conservação ambiental que incorporou posteriormente a função de lazer público, se configurando como um importante parque urbano para a cidade de Londrina e região (figura 05). A definição de unidade de conservação, de acordo com a Lei 9.985 (BRASIL, 2000) é:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

O parque apresenta remanescentes de uma vegetação florestal secundária, já que a maior parte da madeira-de-lei foi extraída da área antes de configuração como unidade de conservação. Sua fauna conta com diversas espécies de aves migratórias (inambuguaçu, garça-branca-grande, carcará, jacuaçu, saracura-do-mato, entre outras), que usam o local para abrigo e reprodução, anfíbios (sapos, pererecas, rãs etc.), mamíferos (macacos-prego, capivaras, ganbás, quatis e cotias), peixes (tilápias, traíras, lambaris, pirambebas, carpas e outros) e répteis (lagartos e cágados). Representando a flora, são encontradas no parque diversas espécies nativas – como a peroba-rosa, o pau d'alho, várias espécies de canela e o cedro –, além de outras ornamentais, exóticas e frutíferas (PML, 2008).

As sedes das Secretarias Municipal do Ambiente e Municipal de Agricultura e Abastecimento, assim como o Batalhão da Polícia Florestal estão localizados no parque. A infra-estrutura voltada à recepção dos visitantes consiste de portal de entrada, estacionamento, Centro de Educação Ambiental, área de eventos, sanitários e quiosque, além de trilhas (da capivara, da cuíca, da cotia, dos macacos, do jaboti, do quati, do lagarto e do beija-flor) e mirantes em meio à mata (figura 06).

FICHA TÉCNICA	
Nome da Unidade de Conservação	Parque Municipal Arthur Thomas
Unidade gestora responsável	Secretaria Municipal do Ambiente – SEMA
Endereço da Sede	Rua da Natureza, 155 - Jd. Piza. Londrina - PR.
Superfície da UC (ha)	85,47
Coordenadas geográficas	1 - N = 7.417.715 E = 485.130 2 - N = 7.419.154 E = 487.138
Data da criação e nº do instrumento de criação	Lei nº 2.564 de 17 de setembro de 1975 - Recebe área de terras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, destinada à implantação de área de lazer, denominado "Parque Mr. Thomas". Lei nº 4.061 de 5 de abril de 1988 - Altera o nome do Parque para "Parque Arthur Thomas".
Biomos e ecossistemas	Bioma Floresta Atlântica; Floresta Estacional Semidecidual.
Atividades ocorrentes: 1. Educação ambiental 2. Fiscalização 3. Visitação	1. Visitas orientadas de escolas e grupos; 2. Empresa terceirizada faz a segurança armada, com 3 funcionários no período diurno e 1 funcionário no período noturno; 3. - Caminhadas; - Observação de flora e fauna; - Passeios de pedalinho.

Figura 5 – Ficha técnica do Parque Municipal Arthur Thomas. Fonte: PML, 2008.

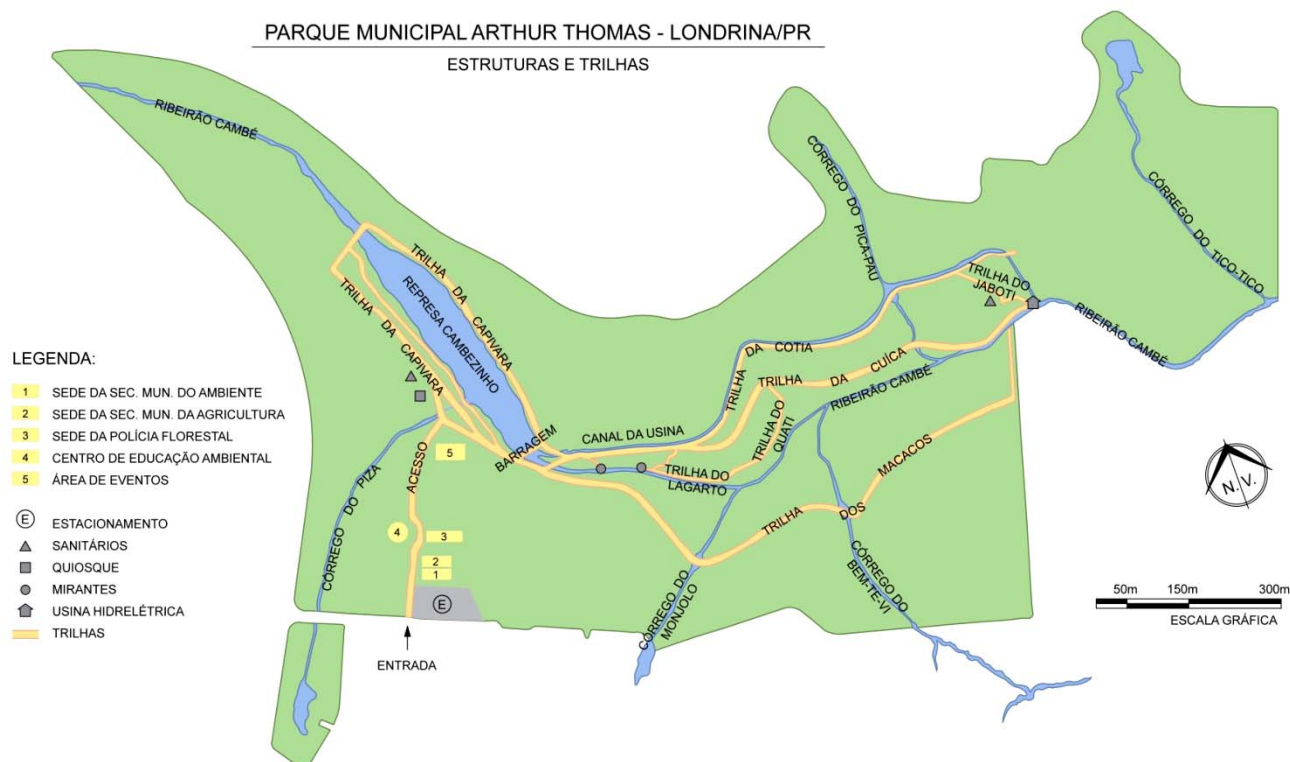


Figura 6 – Localização de trilhas e da infra-estrutura de apoio no Parque Arthur Thomas.

Fonte: PML, 2008. Organização: Coradini, 2008.

O parque também abriga parte importante da história de Londrina. Nele se situa a usina hidrelétrica do Ribeirão Cambé – a Usina Cambé ou Cambezinho, hoje denominada Usina Dr. Fernando de Barros Pinto –, primeira hidrelétrica de Londrina. Inaugurada em 1939, forneceu energia elétrica para a cidade até sua desativação, em 1967. O funcionamento da usina foi de extrema importância para o crescimento da cidade durante suas primeiras três décadas de existência (op. cit).

A seguir, apresenta-se o levantamento realizado em agosto de 2007. Buscou-se, na ocasião, a seleção dos pontos mais representativos, aqueles possuidores de significados. Esta análise, de foco subjetivo, revela locais que apresentam, através da interpretação principalmente dos elementos visuais da paisagem, aspectos positivos ou negativos capazes de influenciar a percepção do visitante e sua relação com o parque.

3.2.1 Conhecendo o Parque

Começando pela entrada, verifica-se que o parque possui grades por todo o perímetro. Embora se considere desejável que os espaços públicos não sejam cercados, o caso específico do Parque Arthur Thomas é uma exceção. Por se tratar de uma unidade de conservação ambiental, grades são necessárias para impedir a saída de animais. A entrada é restrita a um único ponto de acesso (figura 07) e monitorada por vigias. Seguranças do parque também fazem a ronda constante, tornando-o mais seguro para as pessoas que o frequentam.

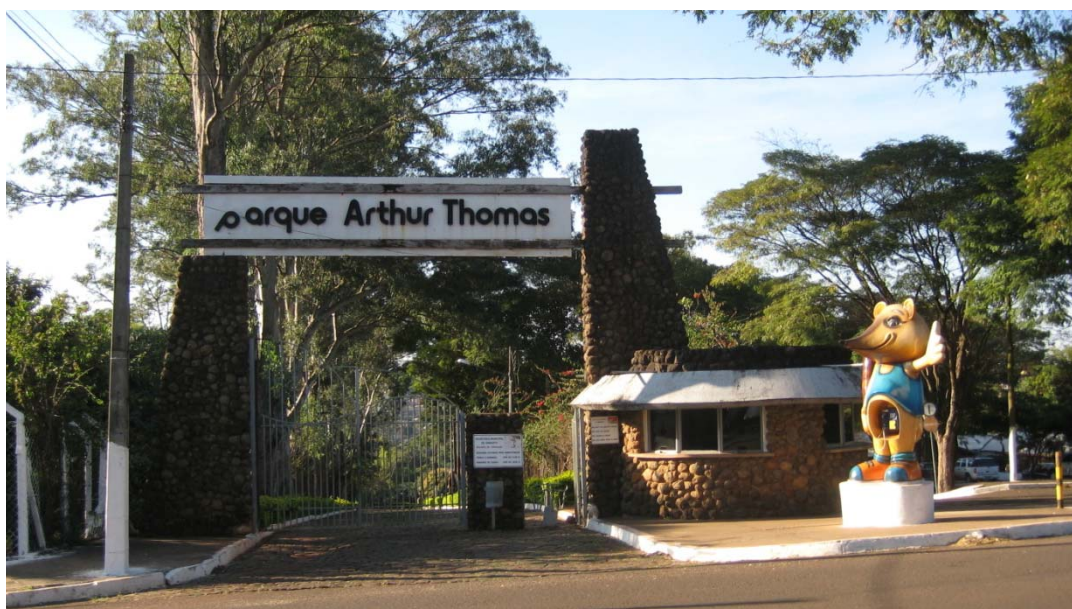


Figura 7 – Portão de acesso ao Parque Arthur Thomas.
Autoria: Míriam P. Coradini, 2008.

Logo após a entrada se encontram localizadas sedes de órgãos públicos – sedes das Secretarias Municipal do Ambiente e Municipal de Agricultura e Abastecimento. Praticamente escondido nos fundos do edifício da Secretaria de Agricultura, está localizado o Batalhão da Polícia Florestal (figura 08). Também próximo à entrada, está o Centro de Educação Ambiental e Recepção ao Visitante. Neste trecho inicial, ainda não se tem a sensação de estar em um parque urbano.



Figura 8 – Órgãos público com sede no parque – da esquerda para a direita, sedes da Secretaria do Meio Ambiente, da Secretaria de Agricultura e do Batalhão da Polícia Florestal.

Autoria: Míriam P. Coradini, 2008.

A presença de alguns elementos (anti)estéticos causa um certo distúrbio na paisagem. Orelhões em formatos de animais (figura 09) talvez tenham sido implantados com a intenção de ganhar a simpatia do público infantil. No entanto, entende-se que a criação de personagens caricatos e sorridentes baseados na fauna local não traga real contribuição para fins de educação ambiental. Numa paisagem onde há predominância de elementos naturais, e num contexto onde se preza pela conservação do meio, a "artificialização" e "antropomorfização" da imagem dos animais depõe contra. Na verdade, essa banalização dos elementos naturais pode, inclusive, contribuir para a formação de percepções completamente opostas à desejada.



Figura 9 – Orelhões em formatos de animais.

Autoria: Míriam P. Coradini, 2008.

O primeiro grande atrativo encontrado no parque é o lago – represa do Ribeirão Cambé (figura 10). Ao redor, encontra-se a pista de caminhada (denominada Trilha da Capivara), bancos, sanitários e um quiosque. A imagem, neste trecho, é típica dos parques urbanos: a trilha ao redor do lago, um passeio tranquilo rodeado por vegetação. O parque não apresenta uma grande diversidade de atividades possíveis – nele pode-se realizar o lazer contemplativo ou, como prática de atividades esportivas, apenas caminhada e corrida.



Figura 10 – Vista para a represa do Ribeirão Cambé.
Autoria: Míriam P. Coradini, 2008.

O diferencial, no parque, é proporcionado pela oportunidade de contato com animais silvestres (figura 11). Algumas aves, quatis e macacos têm presença constante. Não é raro deparar-se com bandos inteiros de capivaras ou cruzar com lagartos pelas trilhas. A sensação é, realmente, de se estar em um ambiente completamente à parte da cidade. Entrar em contato com estes animais soltos, andando pela mata, é a possibilidade de uma descoberta a cada instante.

O encontro das trilhas é um ponto de convergência de possibilidades (figura 12). O curso do rio é ladeado por trilhas, indicando a água como principal atrativo. No entanto, os ângulos de observação diferentes remetem

a experiências diversas: no caminho de terra, a passagem de veículos; nos de pedra, o caminhar tranquilo junto à mata.



Figura 11 – Alguns dos animais encontrados no parque – da esquerda para a direita, biguá, quati, macaco-prego e capivaras.

Fonte: PML, 2008. **Autoria:** João das Águas (s/ano).



Figura 12 – Trilhas ao redor do rio, designando diversas possibilidades de percursos.

Autoria: Míriam P. Coradini, 2007.

Sair do campo aberto e adentrar a mata instiga o sentimento de aventura e sugere certo grau de suspense. Para o visitante que frequenta o parque pela primeira vez, a imagem gera incerteza – o que existe adiante? Não há qualquer indicativo sobre o percurso a ser realizado, nem em relação às distâncias, nem

sobre os atrativos. A falta de informação nas trilhas pode despertar curiosidade em alguns, ou o receio em percorrê-las em outros.

Em muitos momentos, percebe-se a falta de zelo com o espaço público. Seja pela falta de manutenção ou pelo descaso de alguns visitantes, o Parque Arthur Thomas, apesar da grande potencialidade, apresenta certo caráter de descuido e abandono. A forte presença de resíduos indica que parte dos visitantes não preza pela área, o que representa também, de certa forma, a falta de identidade com o local.

3.2.1.1 O Ambiente natural

No interior do Parque Arthur Thomas existe uma série de cachoeiras, no entanto, por se tratar de uma unidade de conservação ambiental, a maioria das quedas d'água é de acesso restrito (figura 13).



Figura 13 – Cachoeiras de acesso restrito.
Fonte: PML, 2008. Autoria: João das Águas (s/ano).

Apenas uma cascata pode ser vista nas trilhas abertas à visitação (figura 14), fato que contribui para sua condição de uma das principais atrações do parque. Durante boa parte do percurso nas trilhas, ouve-se o som de água, mas não é possível vê-la. A cachoeira com 20 metros de queda, provavelmente o ponto mais exuberante do parque, pode ser vista em mirantes localizados nas trilhas da Cuíca e do Lagarto.



Figura 14 – Uma das principais atrações do parque, a cascata com 20 metros de queda.
Autoria: Míriam P. Coradini, 2007.

Serpa (2007), em uma tentativa de analisar o processo simbólico vivenciado em imagens do espaço público, baseia seus estudos nos arquétipos do inconsciente coletivo propostos por Jung (montanha, prado, deserto, floresta e mar). O arquétipo da floresta, segundo o autor, é a aproximação com um ideário mágico, de lendas e contos de fada.

Nos mirantes, a sensação obtida com a visão da cachoeira aproxima-se de um patamar místico. Sob este aspecto, os efeitos proporcionados pela iluminação natural intensificam a experiência vivida. A densidade da mata em torno do rio estreito produz sombra por todo o percurso, fazendo com que apenas alguns feixes de luz atravessem as copas das árvores. É difícil traduzir o significado de tal experiência em palavras, pois a paisagem, neste caso, remete a uma imagem onírica, de sonhos e fantasias.

A experiência de visualização da cascata é exuberante, pela riqueza da beleza natural, no entanto, a infra-estrutura existente é precária. Como no caso do guarda-corpo deste mirante (figura 15), localizado na Trilha do Lagarto. Mais uma vez a imagem da pouca manutenção atribui significados negativos. Se a estrutura

existente é fisicamente apta para o uso, o excesso de improvisação gera um desconforto visual que remete à falta de segurança. Por mais que a estrutura seja estável, a imagem lida é de instabilidade.



Figura 15 – Guarda-corpo em precário estado de conservação.
Autoria: Míriam P. Coradini, 2007.

Durante a maior parte do tempo, a trilha segue em meio à mata (figura 16). Os percursos que ligam a represa à usina (trilhas da Cuíca, da Cotia, do Lagarto, do Quati e do Jaboti) não são propícios para a prática de esportes, mas para o caminhar calmo e reflexivo. O lazer restringe-se à contemplação, o que não é demérito algum. Apesar da paisagem permanecer constante durante a maior parte do percurso, ela é agradável. A pavimentação é artesanal, de pedras irregulares. Em poucos pontos, são localizados bancos de madeira.



Figura 16 – Paisagem presente na maior parte da trilha – o caminho de pedra no meio da mata.

Autoria: Míriam P. Coradini, 2007.

Uma árvore com nomes gravados se destaca em meio às demais (figura 17). Ao observá-la, um ambientalista poderia tecer argumentos sobre a falta de respeito com o ambiente natural. Já um poeta, poderia constatar a existência de um certo romantismo. De qualquer maneira, o ato de gravar o nome em uma árvore, eleita entre tantas pelo público que frequenta o parque, é uma forma de expressão, uma declaração que incorpora diferentes intencionalidades.



Figura 17 – A árvore eleita para as assinaturas.

Autoria: Míriam P. Coradini, 2007.

Pode-se considerar que o ato de gravar o nome em uma árvore esconde um certo bucolismo, uma necessidade de contato com a natureza. Seria pouco considerá-lo como mero vandalismo. Este hábito, que já foi muito mais comum, hoje vem sendo substituído por gravações nos bancos de coletivos, nas portas de banheiros públicos e nas carteiras escolares. No entanto, nenhum desses gestos apresenta a mesma sensibilidade que um nome gravado em uma árvore.

Quase como uma pequena praça dentro do parque ecológico (figura 18), este local é agradável e próprio para o descanso. Entre os bancos, há uma bica d'água. Tomar água direto da fonte, que poderia ser uma experiência prazerosa, perde esse caráter, pois fica a dúvida de que a água, apesar de cristalina, possa não ser realmente pura. Não há qualquer tipo de sinalização.

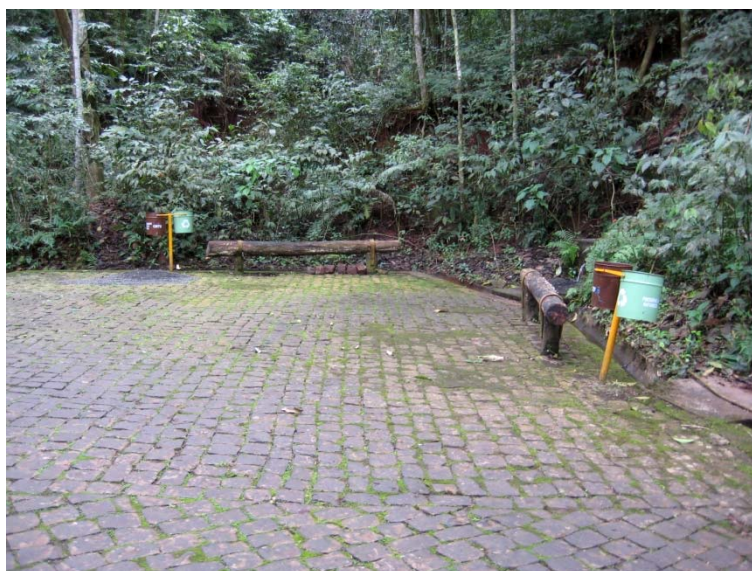


Figura 18 – Local de descanso na Trilha da Cuíca.

Autoria: Míriam P. Coradini, 2007.

Em poucos momentos a trilha se aproxima do rio (figura 19). Na maioria das vezes, ele está escondido por trás da vegetação. Não fosse o som das águas, que se torna progressivamente mais alto, talvez a presença do rio passasse despercebida. Neste ponto se torna clara a relação de complementaridade entre a paisagem visual e a sonora.

Próximo à usina, existe uma grande escadaria, batizada de Trilha do Jaboti (figura 20). Ela faz a conexão entre as trilhas da Cuíca e da Cotia. Como no restante do parque, não existe qualquer tipo de informação. No alto da escadaria,

longa e cansativa, se encontra um banheiro sujo e mal cuidado. Reação comum é questionar se o esforço da subida valeu a pena.



Figura 19 – O rio "camuflado" pela densa vegetação, na Trilha da Cuíca.
Autoria: Míriam P. Coradini, 2007.



Figura 20 – Trilha do Jaboti, grande escadaria que liga a Trilha da Cuíca à Trilha da Cotia.
Autoria: Míriam P. Coradini, 2007.

Somente no final da trilha é possível ter uma boa visão do Ribeirão Cambé (figura 21). Este trecho é bem diferente daquela paisagem exuberante da cachoeira – é, na verdade, bastante trivial: um rio comum em meio à mata. Se

destaca o fato de que, neste trecho, a cidade parece estar muito distante. É uma completa fuga do meio urbano e de seu cotidiano tumultuado.



Figura 21 – Vista para o Ribeirão Cambé, já no final da Trilha da Cuíca, próximo à usina.

Autoria: Míriam P. Coradini, 2007.

3.2.1.2 Parque Arthur Thomas e seu contexto histórico

O Parque Arthur Thomas, além de seu significativo papel como unidade de conservação, é um marco histórico para a cidade de Londrina. O represamento do Ribeirão Cambé, diferente do Lago Igapó, não surge com o propósito de embelezamento urbano. Seu caráter, a princípio, é estritamente funcional. A construção da barragem (figura 22) visou a geração de energia elétrica.

Outro trecho importante neste contexto histórico é o local onde ocorre a bifurcação da trilha principal (figura 23). À esquerda, Trilha da Cotia, pavimentada em concreto, seguindo o mesmo trajeto do canal; à direita, Trilha da Cuíca, de pedras irregulares, caminho mais próximo ao leito do Ribeirão Cambé.



Figura 22 – Barragem do Ribeirão Cambé.
Autoria: Míriam P. Coradini, 2007.



Figura 23 – Bifurcação da trilha principal.
Autoria: Míriam P. Coradini, 2007.

A própria diferenciação do piso já indica a formação de um significado preliminar – o primeiro é o caminho do trabalho; o outro, o caminho do lazer. Na Trilha da Cuíca (à direita), se encontram os principais atrativos do parque: acesso às trilhas do Lagarto e do Quati, onde se localizam os mirantes para visualização da queda d'água, acesso visual ao Ribeirão Cambé e acesso direto à usina hidrelétrica. Na Trilha da Cotia (à esquerda), o atrativo limita-se à observação

da vegetação nativa. Nela não há bancos ou locais de descanso. Por ser o caminho que segue o canal, imagina-se que este tenha sido o trajeto utilizado pelos trabalhadores da usina. No entanto, como o canal se encontra desativado atualmente, sua permanência acaba se configurando como um ponto de interrogação para o público que frequenta o parque.

O canal lateral, que já foi a fonte de abastecimento da usina hidrelétrica, hoje está desativado (figura 24). Se a água corrente, de certa forma, representa a força do ambiente natural; a água parada, em contraposição, possui uma conotação bastante negativa: passa uma sensação pouco agradável e reforça a imagem de descuido com o parque.



Figura 24 – Canal lateral, antiga fonte de abastecimento da usina hidrelétrica.

Autoria: Míriam P. Coradini, 2007.

O canal é um referencial histórico importante para Londrina. A usina hidrelétrica do Ribeirão Cambé foi inaugurada em 1939 e desativada em 1967. Por quase 3 décadas, a água deste canal gerou energia para a recém implantada cidade – próspera, rica e em fase de crescimento acelerado. No entanto, quando desprovido de seu contexto histórico, o canal perde completamente seu significado. A água parada que nele se encontra parece ser sinônimo de sujeira e doenças.

Seria extremamente interessante que o parque possuísse algum mecanismo informativo, que repassasse tais informações aos visitantes. Muitas

peças – especialmente o público mais jovem, os moradores recentes da cidade e os eventuais turistas que visitam o parque – desconhecem seu contexto histórico.

Aproveitando o desnível de quase 50 metros existente no Ribeirão Cambé (PML, 2008), o canal abastecia a usina com pressão d'água suficiente para o funcionamento das turbinas. Embora a usina não se encontre mais em funcionamento, seria interessante que o canal permanecesse com água corrente. Além de contribuir para um passeio mais agradável, serviria para propósitos educacionais.

A Usina Hidrelétrica do Ribeirão Cambé (figura 25) é um pequeno galpão de alvenaria, com telhado de barro. Dentro do galpão, é possível encontrar os equipamentos desativados (figura 26), que podem ser vistos através de uma janela de vidro quebrado. O precário estado de conservação e a falta de informações sobre o local demonstram a pouca preocupação com o patrimônio histórico londrinense.



Figura 25 – Usina Hidrelétrica do Ribeirão Cambé.
Autoria: Míriam P. Coradini, 2007.

O galpão da usina, que já esteve prestes a desabar, foi reformado com a utilização de tijolos de concreto sem qualquer tipo de acabamento. O contraste existente entre a vedação original e a recentemente construída demonstra que a falta de preocupação com o restauro. O local, marco importante para a história de Londrina, não recebe o tratamento adequado a um patrimônio.



Figura 26 – Equipamentos desativados da usina hidrelétrica.
Autoria: Míriam P. Coradini, 2007.

De certa forma, a chegada à Usina Hidrelétrica do Ribeirão Cambé torna-se uma decepção em vários sentidos. Por estar situada na convergência das trilhas do Jaboti e da Cuíca, já na extremidade da parte aberta à visitação geral do parque, torna-se uma surpresa desagradável.

Para as pessoas que conhecem um pouco da história da cidade, e têm conhecimento de que aquela estrutura já foi responsável pelo abastecimento de energia elétrica da então recém implantada Londrina, a decep o é causada pelo descaso com o patrimônio histórico. A imagem   a de completo abandono. Para quem desconhece o contexto, o galpão se torna simplesmente uma estrutura desnecessária, que destoaria da paisagem. Por falta de manuten o adequada, o efeito obtido é oposto ao potencial nato do local, que seria o de agregar significado histórico a uma paisagem natural. Em ambos os casos, o saldo é negativo.

3.2.2 Os Visitantes

Embora a administra o do parque não disponha de dados sócio-econômico-culturais sobre os visitantes, um perfil foi traçado por Lenita Ballarotti, no ano de 2006, em sua disserta o de mestrado intitulada "Análise das Condi es

Ambientais do Parque Arthur Thomas e sua Importância para a População de Londrina-PR". Foram analisados 250 questionários respondidos no início de 2005.

Como o enfoque desta pesquisa não diz respeito necessariamente às condições ambientais, e sim ao relacionamento entre público e local, apenas alguns dados das 19 categorias do levantamento de Ballarotti (2006) foram eleitos para análise.

Começando pela distribuição etária dos visitantes (gráfico 01), verifica-se que a maior representatividade, mais de 38% dos entrevistados, corresponde a pessoas entre 21 e 30 anos, uma faixa etária que pode ser denominada "jovens adultos". Em contrapartida, pessoas de 10 a 20 anos correspondem à menor parcela, com cerca de 13% da amostragem. Com percentuais equivalentes, em torno de 24% e 25%, respectivamente, encontram-se os indivíduos de 31 a 40 anos e acima de 41 anos.

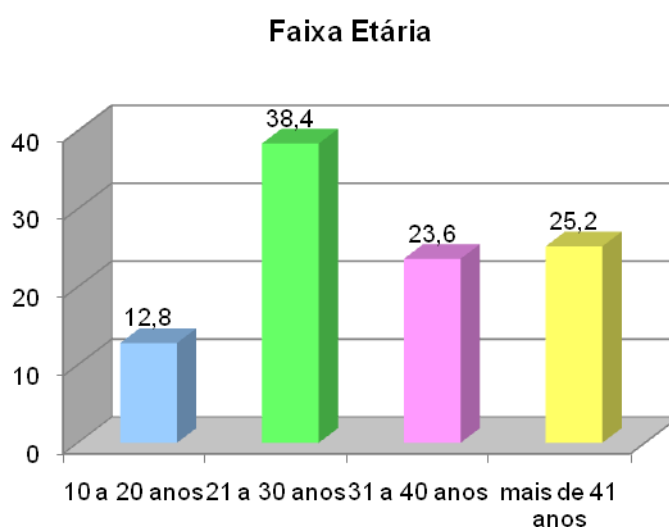


Gráfico 1 – Distribuição por faixa etária (valores em porcentagem).
Fonte: Ballarotti, 2006, p. 61.

A baixa incidência de crianças e adolescentes na amostragem é justificada pelo fato de que o parque não apresenta infra-estrutura voltada ao público mais jovem. As atividades que podem ser realizadas no local envolvem principalmente a contemplação e a relação com o ambiente natural, que, a princípio, são atividades mais apreciadas por um público mais maduro.

Outro dado importante se dá em relação ao grau de escolaridade (gráfico 02). Uma pequena parcela dos entrevistados, 8%, apresenta apenas o ensino fundamental. A grande maioria, aproximadamente 47%, possui ensino médio. Esta porcentagem, porém, é equivalente aos que possuem formação superior. Com a soma dos percentuais de nível superior e pós-graduação, aproxima-se dos 45%.

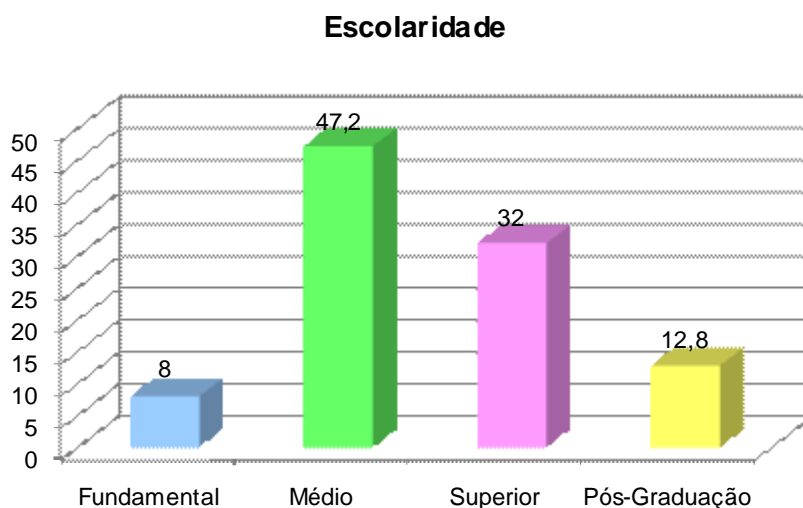


Gráfico 2 – Classificação quanto à escolaridade (valores em porcentagem).

Fonte: Ballarotti, 2006, p. 63.

Quando as informações anteriores são comparadas com a renda familiar, o perfil do visitante começa a tomar forma. No início desta pesquisa, levantou-se a hipótese de que os frequentadores do parque fossem, em sua maioria, correspondentes a uma parcela da população de baixo poder aquisitivo. Porém, os dados obtidos pela autora demonstram uma situação diferente da esperada (gráfico 03).

Observa-se a existência de diversidade sócio-econômica. No entanto, os representantes de estratos com rendas inferiores a R\$ 500,00 tiveram pouca expressividade frente aos de rendas superiores.

Conforme a amostragem, o patamar mais baixo de renda – R\$ 260,00, na época valor do salário mínimo (BRASIL, 2005), que hoje corresponde a R\$ 415,00 (BRASIL, 2008) – representa menos de 3% dos entrevistados. Em contrapartida, os visitantes com renda superior a R\$ 2.000,00 superam os 25%. A maior parcela, cerca de 35%, corresponde à faixa de renda entre R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00.

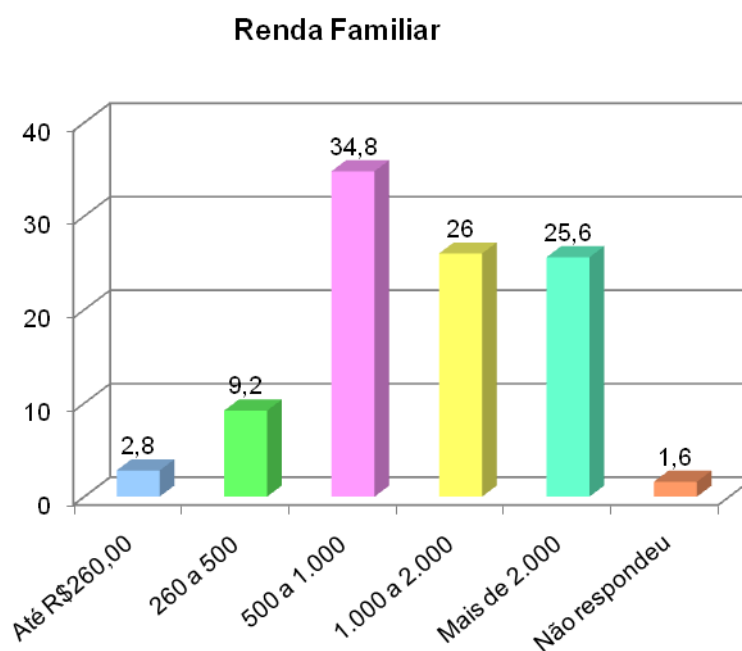


Gráfico 3 – Renda familiar (valores em porcentagem).
Fonte: Ballarotti, 2006, p. 65.

Comparando os três gráficos apresentados, pode-se levantar uma nova hipótese. O grande percentual de "jovens adultos", grupo entre 21 e 30 anos, possivelmente indica pessoas que, à época das entrevistas, estariam freqüentando a faculdade ou teriam se formado há pouco tempo.

Verifica-se a mesma situação em relação ao grau de escolaridade. As duas maiores porcentagens, 47% e 32%, referem-se a pessoas de formação média e superior, respectivamente. Um jovem frequentando a faculdade possui superior incompleto, categoria que não consta entre as opções. Logo, a resposta que mais se aproxima é a de ensino médio.

Nota-se, portanto, que o público do parque, de maneira geral, é formado por pessoas com bom nível de instrução e com alto grau de escolaridade.

Os dados que indicam a ocupação principal dos entrevistados (gráfico 04) ajudam a confirmar a hipótese. Embora os profissionais liberais apareçam em maior número (cerca de 44%), o percentual de estudantes (praticamente 35%) é bastante expressivo.

Principal Ocupação

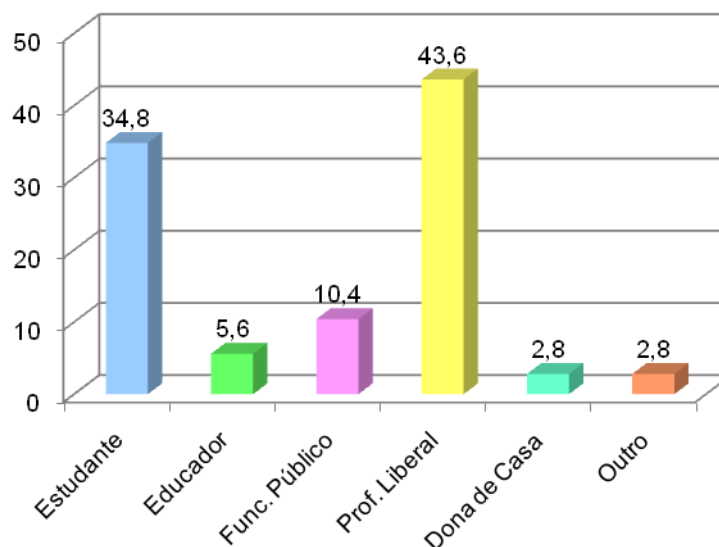


Gráfico 4 – Principal ocupação (valores em porcentagem).
Fonte: Ballarotti, 2006, p. 64.

Com relação ao local de residência (gráfico 05), verifica-se que a maior parte dos entrevistados, quase 33%, mora próximo ao parque, na Zona Sul da cidade. Seguem os moradores das Zonas Norte, Leste e Oeste respectivamente.

Local de Residência

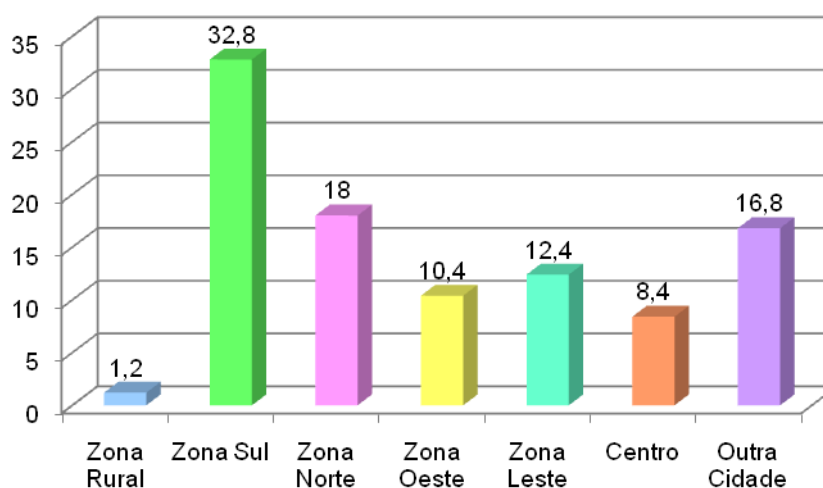


Gráfico 5 – Local de residência (valores em porcentagem).
Fonte: Ballarotti, 2006, p. 66.

A baixa incidência de moradores da região central tem um motivo claro. O centro de Londrina apresenta uma maior concentração de espaços públicos e de infra-estrutura voltada ao lazer. Pode-se citar os lagos Igapó I, II, III e IV e o Zerão, locais que, apesar de não apresentarem a mesma exuberância de fauna e flora, contam com uma maior variedade de equipamentos.

O último dado levantado pela autora analisado aqui diz respeito ao tempo de permanência no parque (gráfico 06). Quase a totalidade dos entrevistados, praticamente 95%, não passa mais do que 4 horas no local. As demais categorias – "de 4 a 6 horas", "a tarde toda" e "o dia todo" – tiveram pouca expressividade.

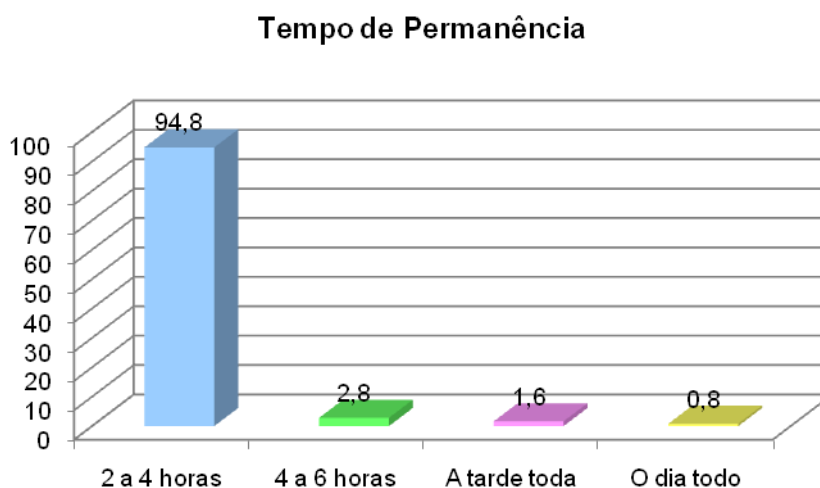


Gráfico 6 – Tempo de permanência no parque (valores em porcentagem).
Fonte: Ballarotti, 2006, p. 66.

Percebe-se claramente que, embora as pessoas se desloquem de todas as partes da cidade para visitar o parque, elas permanecem pouco tempo nele. É um indicativo de que a estrutura existente é precária e da pouca variedade de atividades a serem realizadas durante as visitas.

Desta forma, para melhor compreensão dos reais motivos da não-permanência dos visitantes no parque, buscou-se saber a opinião daqueles que não o frequentam.

3.2.3A Opinião de Quem Não Frequenta o Parque

O Parque Municipal Arthur Thomas é um local pouco frequentado pelos londrinenses. Apesar de seu grande potencial, o local apresenta uma série de problemas estruturais que afugenta (ou, ao menos, não contribui para atrair) a população.

Buscando a melhor compreensão da relação existente entre o parque e a população, foram realizadas entrevistas com aqueles que não o frequentam, ou pouco frequentam o local.

Como critério, buscou-se um público que possui o hábito de visitar parques urbanos, porém opta por outros locais, não o Parque Arthur Thomas. As entrevistas foram gravadas no Centro de Recreação e Lazer Luigi Borghesi, popularmente conhecido como Zerão.⁴

Comparativamente, o Zerão possui uma área menor e uma vegetação menos exuberante, não possui cachoeira ou usina. Problemas com a falta de segurança existem e não é raro ver notícias neste sentido na mídia local. A falta de manutenção, como no Parque Arthur Thomas, também é um problema – inclusive, o anfiteatro (uma das principais áreas para shows da cidade) se encontra, no momento, interditado (figura 27).

⁴ Entrevistas gravadas em áudio, realizadas com diversos frequentadores do Centro de Recreação e Lazer Luigi Borghesi, durante os meses de maio e junho de 2008.



Figura 27 – Exemplos de falta de manutenção no Zerão – anfiteatro interditado por problemas estruturais e quadra esportiva sem condições de uso.

Autoria: Míriam P. Coradini, 2008.

Por outro lado, o Centro de Recreação e Lazer Luigi Borghesi é localizado mais próximo ao centro e tem melhor acesso ao transporte público. Também conta com maior quantidade de equipamentos para lazer (figura 28): além da pista de caminhada, possui bancos, bebedouros, playground, quadras esportivas e instrumentos de ginástica. Em seu entorno existem academias, lanchonetes e bares.



Figura 28 – No Zerão, maior diversidade de equipamentos voltados ao lazer. À esquerda, playground; à direita, instrumentos de ginástica.

Autoria: Míriam P. Coradini, 2008.

Na verdade, os dois parques possuem pontos positivos e negativos, no entanto o Zerão possui um número de visitantes bem superior ao do Arthur

Thomas⁵. Embora não tenha sido possível encontrar dados concretos quanto aos frequentadores do Zerão, em uma breve visita aos dois lugares em qualquer fim de semana é possível constatar que um deles está cheio e o outro, vazio.

O público que frequenta um, a princípio, é o mesmo que frequentaria o outro. É formado de pessoas que gostam de praticar atividades ao ar livre e de estar em contato com a natureza. Neste item, procurou-se, de forma qualitativa, investigar os motivos pelos quais as pessoas se afastaram do Parque Arthur Thomas. Por que não o frequentam? O que falta no parque? Como ele pode ser melhorado? Essas foram algumas das questões levantadas.

Optou-se por entrevistas livres ao invés de questionários porque o mais importante nesta parte da pesquisa eram as motivações e opiniões das pessoas.

Muitos entrevistados evidenciam em suas falas a precariedade da infra-estrutura. A falta de sanitários em condições de uso, falta de bancos e quiosques, piso sujo e esburacado, além da forte presença de lixo por todo o parque são fatores que desestimulam a visita.

Conheço o Arthur Thomas, mas não vou com frequência. Já fomos algumas vezes para fazer os passeios, mas eu acho que a infra-estrutura lá é mais precária que aqui [no Zerão]. (Edinaldo Nomata, 41 anos, agrônomo)

O Arthur Thomas é feio, que nem aqui [o Zerão], mas é longe. Eu não vou me deslocar da minha casa para ir num lugar que também está abandonado. Para quê? Da última vez que eu fui, estava tudo muito sujo, não tinha onde sentar. Não tem jeito, assim ninguém fica. Faz uns 6 meses que fui lá da última vez. (Andréia Silveira Luz, 40 anos, relações públicas)

Alguns demonstram, com certo saudosismo, que o Parque Arthur Thomas já foi um local agradável para se visitar. Porém, atualmente, por diversos motivos, optam por frequentar outros locais.

Lá [no Parque Arthur Thomas], a gente tem mais contato com a natureza. Tem a mata, os animais, as cachoeiras. [...] Aquela caminhada que se faz dentro da mata é muito gostosa. Só que

⁵ Os órgãos IPPUL, CODEL e SEMA foram contatados a fim de obter informação relativa à taxa de visitação anual do Centro de Recreação e Lazer Luigi Borghesi. Foi informado que eles não possuem este dado, por se tratar de um local totalmente aberto, sem portão de entrada, onde o controle do número de visitantes não é feito.

depois falaram que nem podia mais ir lá, porque estava muito perigoso. (Marli Silveira, professora aposentada, 67 anos)

Sou nascida e criada em Londrina. [...] Quando eu era mais nova, a mãe sempre nos levava lá. Eu e meus irmãos; ia a família toda. A gente levava merenda, lanchava no parque, e os macacos roubavam a comida. [...] Hoje, não levo meus filhos lá. Já levei, mas eu trago mais mesmo é aqui [no Zerão]. [...] O parque já foi mais bonito. (Silmara da Rocha Silva, 27 anos, esteticista)

Alguns dos entrevistados não possuíam qualquer conhecimento sobre o parque ou, embora soubessem de sua existência, nunca tiveram curiosidade em visitá-lo. Isso indica que há pouca divulgação, e que a maior parte da informação existente possui um enfoque maior nos aspectos negativos do que nos atrativos do parque.

É o caso da infestação de carrapatos. Várias notícias sobre o fato foram veiculadas nos jornais locais pelos últimos anos. Embora a administração do parque assegure que o problema atualmente está sob controle, o medo de contrair doenças transmitidas pelo inseto ainda é um dos motivos que afugenta os visitantes.

Eu não gosto muito do Arthur Thomas, principalmente depois que fiquei sabendo daquela história da epidemia de carrapatos. Mas eu frequento mais aqui mesmo, por ser mais perto de casa. [...] Confesso que fiquei meio assustada com os carrapatos. Na verdade, acho que lá não é um bom lugar para ir. (Thaís Moretto, 21 anos, estudante)

Para alguns, não existe um motivo em particular que os leve a não visitar o parque. Simplesmente, com um cotidiano atribulado, outras formas de lazer acabam se tornando mais práticas. O deslocamento é um fator muito citado por aquelas pessoas que moram mais próximas a outros espaços públicos.

Faz tempo que eu não vou ao Arthur Thomas, mas já frequentei muito. Antes ele era muito melhor, tinha animais, agora não tem mais. O parque é bonito, mas aqui no Zerão, para mim, é muito mais perto. É uma questão de facilidade. (Roberto Damasceno, mecânico, 37 anos)

Houve também que declarasse a dificuldade de acesso ao parque. O transporte público é limitado a apenas três linhas de ônibus: 202 – Roseira; 203 -

Ouro Branco; e 601 - Parador Acapulco (PML, 2008). Para quem não possui carro próprio, este é um fator que influencia bastante.

A gente nunca foi. Estamos em Londrina há pouco tempo e não temos carro. Para ir de ônibus, acho que é difícil. Então, quando a gente sente falta de grama, vem aqui mesmo [no Zerão] ou vai no Igapó. [...] A gente vem porque é perto de casa. (Cristiane Lourenço Freitas, 19 anos, estudante)

Para as famílias com crianças, a ausência de parquinho infantil é um dos motivos de reclamação. Embora o contato com a natureza agrade, as crianças sentem falta de um local próprio para as brincadeiras. Por este motivo, os pais, de maneira geral, acabam levando seus filhos em parques ou praças que contem com esse tipo de estrutura.

Já levei os filhos, hoje eu levo os netos. [...] Nós iríamos mais ao parque se houvesse brinquedos para as crianças. Porque lá tem os animais e as cachoeiras, que são lindas, mas um parquinho para as crianças uniria o útil ao agradável. Ver a mata e as águas é muito gostoso, mas se tivesse um parquinho nós iríamos mais. (Ilda Maria Damasceno, aposentada, 65 anos)

No entanto, o fator citado com maior frequência entre os entrevistados, com certeza é a falta de segurança.

Eu ia muito lá [no Parque Arthur Thomas], mas ele está abandonado. É um lugar perigoso [...]. A mata, as cachoeiras, as trilhas, tudo isso me atrai, mas deixei de frequentar por causa de segurança. (Manoel Almeida, granjeiro, 52 anos)

Nota-se, através dos relatos, que a insegurança é gerada principalmente pela baixa presença de pessoas no parque, muito mais do que por falta de funcionários ou policiais. Passear pela mata por trilhas estreitas, praticamente sem cruzar com alguém, via de regra é motivo para que se tenha medo.

Se eu vou ao Arthur Thomas uma vez por ano, é muito. Ele está todo degradado. É sujo, é ruim de andar, é abandonado. Eu não gosto. [...] Se você for durante a semana, não tem ninguém. [...] Eu fico com medo. (Andréia Silveira Luz, 40 anos, relações públicas)

Se o Arthur Thomas fosse mais estruturado, seria muito legal de ir. Eu fui recentemente com o meu marido e nós achamos muito vazio. Eu fiquei com medo. Poderia acontecer alguma coisa com a gente e ninguém iria descobrir nunca. (Marli Silveira, professora aposentada, 67 anos)

Embora as pessoas saibam que há presença de seguranças no local, ainda consideram o número de funcionários pequeno. Os guardas, funcionários do parque, aparentemente não transmitem ao visitante a sensação de segurança desejada. A administração afirma não ter tido problemas com furtos ou violência dentro do parque há mais de quatro anos⁶, mas o estigma negativo da época em que esses casos ocorreram persiste. A falta de segurança atualmente não é real; tornou-se um resquício existente no imaginário da população.

Os guardas não ficam circulando todo tempo. [...] Os caras vêm e te roubam? Tem que pôr mais polícia. Gasta-se um monte no parque, depois abandona. Aí não dura mesmo. O problema é esse: falta manutenção. Parece que a Prefeitura não esquento muito a cabeça com isso. (Andréia Silveira Luz, 40 anos, relações públicas)

O parque estava muito vazio. Nós íamos até a usina, mas acabamos desistindo. Ficamos só ali ao redor do lago, onde tinha pessoas. A gente ouve falar um monte de coisas, não dá para saber. (Marli Silveira, professora aposentada, 67 anos)

Quando questionados sobre o que poderia ser feito para melhorar o parque, os entrevistados dão uma série de sugestões. As pessoas sabem o que precisa ser feito, no entanto resta a dúvida de que medidas efetivas realmente sejam tomadas.

Acho que precisa melhorar muita coisa. Primeiro, tem que ter banheiro. Lá, a gente anda, anda, e nada de banheiro. Outra coisa, tem que ter placa. Quem vai pela primeira vez, como eu, não sabe para onde está indo. Eu fui até o final porque me falaram que tinha cachoeira, mas fiquei com vontade de desistir bem antes. Precisa de alguma coisa onde a gente possa comprar pelo menos um refrigerante, uma água. E precisa ter mais lugar para descanso. [...] Quando estava lá, eu pensei "uma pessoa de idade não consegue vir aqui não". (Cleber Rodrigues Melo, 32 anos, técnico de informática)

Vou fazer uma comparação: você vai num parque em Curitiba, é tudo super limpo, super pintado. Tudo é organizado. Não se vê coisa quebrada e tem policiamento em todo lugar. Aqui não. Eles pintam,

⁶ Maiores detalhes no item 3.2.4 Estratégias da Administração: Reformas no Parque.

organizam e largam. Esse é o problema: não existe uma política de "vamos cuidar do lugar".

[...]

De repente, eles poderiam fazer alguns projetos levantando outros tipos de atividade. Teve Filo [Festival Internacional de Teatro] recentemente. Por que não fazer alguma coisa ao ar livre? Uma campanha com passeios de bicicleta, por exemplo. Deveriam inventar alguma coisa para chamar mais gente. Não só mudar a estrutura, porque é uma coisa meio vazia. Ir lá só p/ fazer uma caminhada? Precisam levar mais eventos para dentro do parque. Tem tanta coisa que pode ser feita ao ar livre, não é? (Andréia Silveira Luz, 40 anos, relações públicas)

De acordo com o panorama geral das entrevistas, pôde-se perceber que as pessoas julgam ser necessário:

- Melhorar a infra-estrutura existente e o aspecto geral do parque. Muitas vezes, alternativas simples como pintura, reformas de trechos de piso esburacado, limpeza, aumento do número de lixeiras, conserto de cercas e parapeitos danificados, já dariam ao parque a desejada aparência de ambiente bem conservado;
- Realizar a manutenção constante do parque, para que o investimento em reformas não seja perdido em pouco tempo;
- Criar suporte para dar maior conforto ao visitante, como a instalação de sanitários, lanchonetes, bebedouros, bancos e quiosques;
- Implementar um sistema de sinalização eficiente;
- Reformar e revitalizar a usina para transformá-la em ponto de maior atratividade;
- Implantar um parquinho infantil, dando mais possibilidades de lazer para as crianças;
- Ampliar a divulgação sobre o parque para atrair um maior número de visitantes;
- Organizar eventos no parque com o intuito de atrair mais pessoas.
- Aumentar o número de vigias no local, principalmente nas trilhas em meio à mata;

Quais são as metas do poder público para voltar a atrair o público que deixou de frequentar o parque? A seguir, são relatados os planos da

administração que apresentam como objetivo melhorar a imagem do parque perante a população e estimular sua visitação.

3.2.4 Estratégias da Administração: Reformas no Parque

Por se tratar de uma unidade de conservação, a principal meta no Parque Arthur Thomas é garantir a qualidade ambiental. Contudo, conforme discutido anteriormente, acredita-se que a boa convivência entre a sociedade e as áreas naturais seja uma relação de proveito mútuo.

Para que esse convívio seja realmente positivo, é imprescindível que a população goste e tenha orgulho do local. Infelizmente, as entrevistas realizadas com os não-frequentadores do parque apontaram para um cenário muito distante do ideal. O que se observa é um distanciamento cada vez maior entre o parque e a sociedade.

É necessário, portanto, investigar quais estratégias programadas pela administração visam reverter o estigma pejorativo que o parque adquiriu nos últimos anos. Para tal, foram examinados: Plano de Manejo e notícias veiculadas em jornais locais; entrevista com Sidney Antônio Bertho⁷, assessor de parques da Secretaria Municipal do Ambiente; e levantamento fotográfico das transformações recentes na infra-estrutura do parque, realizado entre maio e julho de 2008.

O Parque Arthur Thomas já recebeu cerca de 145 mil visitantes por ano, o que equivale a um público de aproximadamente 12 mil mensais. O declínio na taxa de visitação é evidente após o ano de 2003 (gráfico 07).

⁷ Entrevista gravada em áudio, concedida à autora em junho de 2008.

Número de Visitantes por Ano

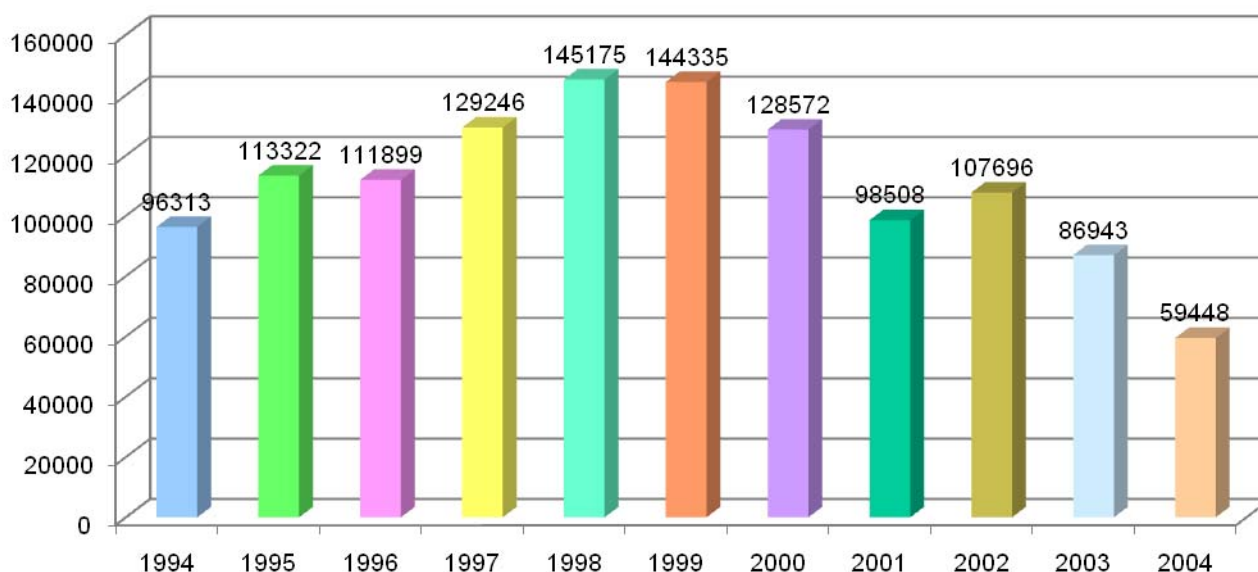


Gráfico 7 – Número de visitantes por ano no Parque Municipal Arthur Thomas (dados do ano de 2004 foram contabilizados até o mês de setembro).

Fonte: PML, 2004, p. 3.93.

Organização: Coradini, 2008.

Embora os dados obtidos no Plano de Manejo do parque finalizem no ano de 2004, um panorama atual foi repassado por Bertho (2008). Segundo ele, a taxa de visitação dos últimos 4 anos girou em torno de 60 a 65 mil pessoas por ano, o que corresponde a uma média de 5 mil visitantes por mês. Isso significa uma queda de mais de 50% em relação ao auge de visitação no parque.

Mesmo assim, a perspectiva atual é otimista. O parque está em reformas. A previsão – embora haja a possibilidade de prorrogação do prazo – é que até o final de 2008 as obras estejam concluídas, com os equipamentos devidamente instalados. Espera-se, assim, que o parque volte a ser um local de lazer apreciado pelos londrinenses.

O Plano de Manejo do Parque Arthur Thomas inclui diretrizes sobre todas as ações que nele devem ser realizadas. Os programas temáticos do Plano abordam operacionalização; pesquisa e monitoramento; proteção e manejo; recreação e interpretação ambiental; controle ambiental; integração externa; e alternativas de desenvolvimento (PML, 2004).

As ações são implantadas conforme o repasse de recursos e a ordem de prioridade. No momento, o objetivo é refrear a evasão e reverter a imagem negativa do parque frente à comunidade externa.

Nós estamos com um trabalho de planejamento e execução conforme o Plano de Manejo estabelece. Fugimos à regra quanto à questão estrutural interna, face à tentativa de reverter um pouco essa evasão do público. Se fossemos pensar em termos estruturais, nós teríamos que arrebatar recursos maiores para outras obras. Iria ficar para trás essa parte da visitação pública. Achamos que era o momento de tentar refrear essa evasão de uma forma bem planejada e ir atrás dos recursos maiores para a parte externa. (BERTHO, 2008)

O aprimoramento que está sendo realizado prevê melhorias básicas (reforma de banheiros, instalação de bebedouros, melhora da sinalização, reparo em parapeitos, corrimãos e edificação de cercas) e a construção de novas estruturas (mirante, parquinho infantil e lanchonete). O projeto também conta com a revitalização da Usina Cambé, patrimônio histórico de Londrina. Os investimentos totalizam R\$ 600 mil – R\$ 500 mil provenientes do Ministério do Turismo e R\$ 100 mil em recursos da administração municipal (FARO, 2008a; ELORZA, 2008).

Com relação ao patrimônio histórico-cultural do parque (conjunto composto pela Usina Cambé, barragem e canal), a meta estabelecida pelo Plano de Manejo é a reativação da estrutura, visando o tombamento. A proposta compreende também a implantação de um "mini-museu" sobre a história da colonização na região (PML, 2004).

No momento, as obras contemplam apenas a primeira fase do plano: revitalização da parte física da usina (figura 27). A justificativa para a não reativação do funcionamento da Usina é a falta de verba e de parcerias.



Figura 29 – Usina Cambé em obras – exterior e interior.
Autoria: Míriam P. Coradini, 2008.

Sobre a falta de segurança, principal razão indicativa da baixa visitação, Bertho (2008) relata que a administração está ciente da imagem negativa que o parque carrega. No entanto, ele afirma que a falta de segurança é algo que diz respeito ao passado. Realmente, por muito tempo houve assaltos no interior do parque e, inclusive, uma visitante alvejada por tiros em 2003.

Nos últimos quatro anos, o parque conta com segurança armada 24 horas por dia. São três vigilantes no período diurno (um funcionário fixo na portaria e dois responsáveis pela vigilância móvel) e, durante a noite, mais um vigia que permanece zelando pelo patrimônio da prefeitura (figura 28). Desde a contratação da segurança armada, não houve casos de assalto ou de violência.



Figura 30 – Seguranças fazendo a vigilância móvel no parque.
Autoria: Míriam P. Coradini, 2008.

Porém, mesmo com a resolução deste problema, o parque continuava sem capacidade para abrigar um número maior de pessoas, até recentemente. Pouca divulgação foi realizada nos últimos anos. Sem a estrutura adequada, não havia como aumentar a visitação do parque. Não exceder o número de visitantes é uma preocupação em relação à capacidade de carga da unidade de conservação, conforme explica Bertho (op. cit.):

Quando se tem muita gente, existe barulho, pressão de lixo, depredação. Isso faz principalmente com que os grupos de animais – os quatis, as cotias etc. – fiquem meio afugentados, meio inquietos. [...] Se você tem uma visitação tranquila (aqui a capacidade de carga aponta para algo na faixa de oito a nove mil por mês) é que se tem uma linha bem tênue de equilíbrio entre os visitantes e o local com seus animais e sua vegetação.

O conceito de capacidade de carga pode ser definido, segundo Partidário (1998), como o nível de atividade humana que um determinado sistema (natural ou artificial) pode suportar sem que haja dano ou degradação significativa, garantindo sua produtividade, adaptabilidade e capacidade de renovação.

O maior enfoque do parque neste momento, de acordo com Bertho (2008), é oferecer um programa de atividades diversificado e de qualidade sem que isso venha a prejudicar a fauna e a flora:

Bastante gente não é sinônimo de qualidade. De repente, com muita gente, não dá para você desenvolver atividades lúdicas, não dá para desenvolver atividades de educação ambiental e cultural. [...] Se você tem um público menor, dá para ter um programa de maior qualidade. [...] Quando se coloca muita gente, tem que focar em outros termos.

Para promover a integração entre visitantes e o local, o Plano de Manejo, no Programa Temático de Integração Externa, institui entre suas metas: "[...] Realizar concursos, festividades e demais eventos que contribuam para desenvolver na população a noção de cidadania, civilidade e de preservação ambiental" (PML, 2004, p. 4.56).

Desta forma, a administração do parque firmou parcerias para o desenvolvimento de eventos no local. Passarão a ser desenvolvidas atividades coordenadas pela Fundação de Esportes e pela Secretaria de Cultura (BERTHO, 2008). Os eventos terão como objetivo, além de atrair o público e promover a

recreação, ampliar o conhecimento da população sobre a importância da conservação ambiental.

É o exemplo do programa "Descobrimdo o Parque". Inicialmente, foi criado para atender grupos de crianças, contato mediado através das escolas, para fins de educação ambiental (PML, 2008). A participação, até então, envolvia apenas as crianças, seu professores, e os monitores do parque. Agora foi ampliado e revisado. Deverá atender toda a família e apresentar uma gama maior de atividades.

O Descobrimdo o Parque é um programa para toda família com música, artes, atividades esportivas e entretenimento. A entrada no local e todas as atividades são gratuitas. Estão programadas para a manhã atividades de alongamento e trilha, além de opções para as crianças brincarem com argila, pintura, desenho e colagem. (DESCOBRINDO, 2008)

Outra diretriz indicada pelo Plano de Manejo é o Programa Temático Alternativas de Desenvolvimento, que apresenta como objetivo "[...] integrar a comunidade na execução do Plano de Manejo do Parque, como forma de proporcionar novas oportunidades e frentes de trabalho através da produção e comercialização de produtos por eles desenvolvidos" (PML, 2004, p. 3.56).

Neste aspecto, uma nova parceria é firmada com o Programa Municipal de Economia Solidária. No parque, uma estrutura batizada como Espaço Paineiras (figura 29) – um misto de lanchonete e espaço cultural – abrigará a Feira da Economia Solidária (DOMINGO, 2008):

Segundo a gerente do programa, Sandra Nishimura, cerca de 15 grupos vão comercializar seus produtos aos sábados, domingos e feriados, das 9h às 17h. Entre os produtos que serão encontrados lá estão camisetas estampadas com o ícone do parque, o macaco-prego; chaveiros de crochê; pesos de porta e bichinhos feitos em *patchwork* (trabalho com retalhos); e porta-recados. Também serão vendidos salgados e doces.



Figura 31 – Espaço Paineiras, em construção.
Autoria: Míriam P. Coradini, 2008.

A partir das reformas, da nova estratégia de divulgação, das parcerias recém estabelecidas e dos eventos que passarão a fazer parte do cotidiano no parque, a expectativa, segundo Bertho (2008), é que a taxa de visitação saia do atual patamar de 60 a 65 mil pessoas por ano e atinja uma meta de aproximadamente 100 mil visitantes anuais.

Contudo, o aumento da visitação não é o único aspecto relevante. Ainda mais significativa é a possibilidade do parque, finalmente, tornar-se uma marca de Londrina; um local com vida, que os moradores tenham orgulho em frequentar. A possibilidade existe e as perspectivas, aparentemente, são animadoras.

3.2.5 Leituras da Paisagem

A observação da paisagem é o primeiro fator que influencia a percepção das pessoas em relação ao local. É a partir dessa leitura que as relações entre os visitantes e o parque começam a se formar. Uma percepção negativa inevitavelmente levará ao afastamento do público, enquanto que, se positiva,

proporcionará a formação de elos afetivos e uma convivência mais harmoniosa com o lugar.

Signos são a base da linguagem, que se correlacionam com seu respectivo significado a partir de interpretações em níveis denotativos (de sentido próprio e objetivo) e conotativos (de caráter subjetivo). Tomando por base a classificação dos signos de acordo com a semiótica peirceana (ver item 2.2) – ícone, índice e símbolo – verifica-se que os signos encontrados no Parque Arthur Thomas tratam-se, na maioria dos casos, de índices.

Índices, diferente dos símbolos, não são convenções sociais que facilmente poderiam ser lidas e decodificadas. Frutos de uma relação de causa e efeito, como a parte que representa o todo, índices podem ser analisados por uma lente interpretativa, através da vivência e da presença de heranças culturais comuns.

Em relação ao Parque Arthur Thomas, em vários momentos foram destacadas determinadas características, como a falta de manutenção e da pouca ênfase à história local existente, ou ainda percepções de ordem genérica, como possuir ou não segurança, ser ou não agradável, propiciar ou não a formação de um elo afetivo e apresentar ou não o sentido de descoberta. Todas elas são índices.

A decodificação de índices funciona praticamente como uma leitura pelas entrelinhas, pois não indica intencionalidade, mas as consequências de uma ação prévia. Tais características geram sensações que podem influenciar em uma relação positiva ou negativa com o parque.

Alguns elementos do parque são, de fato, símbolos. Os orelhões em formato caricato de animais, por exemplo, apresentam de forma clara um caráter simbólico (estabelecendo a semiose nos seus três estágios de leitura: nível sintático – o objeto orelhão; nível semântico – o formato característico que possuem, possível de ser interpretado; nível pragmático – o telefone público representa animais típicos da fauna local). No entanto, considerando o contexto do parque, este é um símbolo que pouco contribui para seu propósito.

O lago e a mata também podem ser considerados por seu potencial simbólico, mas estes, como símbolos de si mesmos. A mata, principalmente por ser nativa, não chega a se configurar como elemento semiótico, mas pelo fato de estar margeando um lago (artificial) que é circundado por uma pista de caminhada, isto sim, por si só, é o próprio símbolo de parque. No entanto, embora o cenário seja

agradável, ele não se diferencia de tantos outros parques urbanos mundo afora. Falta-lhe alguma característica que o torne peculiar.

Ainda sobre o lago, é necessário dizer que ele não foi criado com a intenção de embelezamento do parque, mas era inicialmente a represa que abastecia a usina hidrelétrica. Seria um elemento semiótico duplamente interessante, mas da forma como está, não é. Mesmo a usina, no momento ela é apenas um galpão no meio da mata, sem qualquer referência do que já foi um dia.

De modo geral, nota-se que há muitos aspectos que poderiam ser privilegiados a fim de tornar o Parque Arthur Thomas um local mais representativo da cultura e da história londrinense.

Se a semiótica é referente a comunicação, ela se dá entre pessoas. Numa unidade de conservação ambiental, a principal intenção não é um chamariz arquitetônico ou paisagístico, mas a manutenção da biodiversidade das espécies. Talvez por este motivo o parque apresente uma certa neutralidade em relação aos elementos construídos, para que isso interfira o mínimo possível com os elementos naturais.

No entanto, o parque é aberto para visitação e é clara a intenção da administração atual para que a taxa de visitação aumente. A pouca presença de elementos semióticos, como já dito, não interfere (negativa ou positivamente) com o que já existe no local. É simplesmente neutro.

Foi verificado que o Parque Arthur Thomas apresenta uma série de potencialidades para o lazer urbano, a conservação ambiental e a manutenção do patrimônio histórico local. No entanto, em muitos aspectos, o potencial não é aproveitado em sua plenitude, seja por ineficiência do projeto, pela carência de informações pertinentes ou pela falta de manutenção.

O parque, apesar de todo o potencial, é pouco frequentado pela população londrinense. Muitos tomam conhecimento de sua diversidade natural, mas desconhecem o fato de que o desenvolvimento da cidade, por anos a fio, foi propiciado por um pequeno galpão na mata fechada, sem nenhuma característica peculiar, mas que fornecia eletricidade para uma cidade inteira.

A carência de elementos sógnicos gerou a neutralidade. Falta, no parque, uma forma de expressão que evidencie suas potencialidades, que são várias. Muito se critica a ausência de caracterização fisionômica dos espaços públicos que, via de regra, se tornaram semelhantes, independente do contexto

sócio-cultural da localidade onde estejam inseridos. No Arthur Thomas não é diferente – ele é um parque cheio de individualidades, mas que, num primeiro olhar, não se diferencia. Contribuindo para piorar a situação, o estereótipo de abandono de anos passados não chega a convidar para uma segunda visita.

Tais problemas podem ser facilmente minimizados com pequenas intervenções. Não é preciso muito para tornar o parque um local mais agradável e informativo aos visitantes. A esperança é que, a partir das reformas, essa transformação ocorra. Seria muito interessante que o projeto novo desse maior importância aos elementos sócio-culturais.

As mudanças na paisagem do parque afetarão a percepção dos visitantes. Ainda é cedo para afirmar o quanto elas influenciarão nas relações do público com o local, mas, de qualquer maneira, espera-se que as transformações contribuam para a formação de uma imagem mais positiva do parque.

O parque precisa de vida para assumir seu papel como verdadeiro espaço público. Espera-se que o estigma negativo adquirido ao longo de anos seja revertido, para que o potencial desse importante patrimônio ambiental e histórico da cidade seja finalmente apreciado pelos cidadãos londrinenses.

Não é possível prever se esta perspectiva otimista será ou não mantida em longo prazo. É necessário que o empenho demonstrado atualmente não se revele um entusiasmo passageiro. Qualquer infra-estrutura exige manutenção constante e com o parque não será diferente. O local ainda conta com vários outros problemas que exigirão esforços e recursos tão logo seja possível. Deseja-se que a realização de melhorias continue, buscando sempre melhoras na qualidade de vida da população e na qualidade ambiental do local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que o parque urbano, apesar de definido principalmente pela sua funcionalidade – por configurar-se como uma estrutura voltada ao lazer da população – deva incorporar, preferencialmente, três qualidades fundamentais: funcional, ambiental e estética.

Tratando da funcionalidade aplicada aos projetos de parques urbanos, considera-se que o cumprimento de seu papel relaciona-se com a existência de uma rede de infra-estrutura que apresente soluções satisfatórias para a demanda existente – o lazer público, no caso. No entanto, para que um parque tenha boa aceitação social, é necessário que seu projeto incorpore valores como memória, cultura, convivência, interação e identidade.

Lazer é a realização de qualquer atividade que proporcione prazer, normalmente desenvolvida no tempo livre do indivíduo. Apesar da maior parcela de tempo livre, frequentemente, ser passada dentro da própria residência, é fora do ambiente doméstico que o indivíduo aumenta sua possibilidade de socialização, relaciona-se com ambientes diversos, tem mais contato com a cultura e o esporte, pode aproximar-se da natureza e da cidade.

Por este motivo, parques urbanos são considerados elementos positivos para a dinâmica das cidades. São ambientes agradáveis, encarados muitas vezes como uma possibilidade de "fuga" do cotidiano tumultuado, que proporcionam o descanso necessário para as pessoas que o frequentam. Também propiciam a assimilação de outros valores humanos, que vão além das atividades compensatórias, funcionais ou consumistas. As experiências vividas em parques urbanos envolvem, a princípio, uma relação mais ética com o ambiente natural, um convívio mais harmonioso das diferenças sociais e a convivência com a cultura local.

Do ponto de vista ambiental, evidencia-se que o parque urbano pode se tornar um importante instrumento em prol da melhoria da qualidade ambiental nas cidades. Estejam eles vinculados ou não a estratégias conservacionistas, por se tratarem de áreas geralmente repletas de vegetação, os parques urbanos possibilitam amenizar alguns problemas ambientais urbanos.

Hoje, com o crescimento da consciência ambiental, tanto por parte da comunidade acadêmica como dos setores públicos e da população de uma

maneira geral, questões ecológicas passaram a ser consideradas pontos-chave no planejamento. A valorização social do "verde urbano", ocorrendo paralelamente à crescente demanda por infra-estrutura voltada ao lazer, relaciona-se também com a busca por melhores índices de qualidade de vida. Desta forma, por estarem articulados tanto com a qualidade de vida da população quanto com a qualidade ambiental das cidades, os parques se tornam importantes instrumentos do planejamento urbano.

Quando os parques urbanos incorporam a função de conservação do meio, possibilitam ainda maiores contribuições. Partindo do princípio de que existe uma tendência de maior zelo e cuidado com aquilo que se gosta e se vivencia no cotidiano, o elo afetivo, muitas vezes estabelecido pela população em relação aos parques, pode se converter em um suporte positivo para a causa ambiental. Ao agregar valores a determinadas áreas, parques urbanos podem se configurar como uma maneira de prevenir a degradação ambiental no meio urbano.

O papel da qualidade estética nos parques urbanos é justamente o de fazer a ponte entre local e indivíduo no nível das emoções. O homem sempre buscou por referenciais estéticos, porque o contato com o belo provoca-lhe a agradável sensação de prazer e bem-estar. Aquilo que é belo atrai e desperta curiosidade. Assim, torna-se possível o surgimento de uma relação afetiva, que transforma o simples observador em um frequentador do lugar.

Muito se debate atualmente sobre a falta de referenciais e a perda de identidade visual, considerando que a caracterização fisionômica das cidades acabou sendo colocada em segundo plano. Parques urbanos, muitas vezes, são retratados pela população como marcos e símbolos de sua cidade. Esta relação acontece principalmente através do papel exercido pela excepcionalidade estética, fazendo com que determinada área passe a receber um valor referencial único.

É neste sentido que a estética, quando provida de intencionalidade, torna-se portadora de significados. Considera-se, portanto, que o papel da intencionalidade estética, quando presente nos espaços públicos, seja de vital importância para o sentido de identidade no meio urbano.

A atribuição de significados, através de uma linguagem própria, faz parte de um contexto de leitura semiótica. O tratamento de paisagem como linguagem implica na sua análise através de processos simbólicos. Partindo desse pressuposto, a semiótica, ciência que estuda os signos e seus respectivos

significados, é encarada como a lente através da qual é possível compreender e interpretar os diferentes significados atribuídos à produção humana. A paisagem urbana, quando compreendida como uma produção cultural coletiva, não foge dessa lógica.

A cidade é o mais complexo reflexo da interferência humana no meio. Densa e intrincada, ela incorpora em sua paisagem o reflexo do dinamismo sócio-espacial, através das marcas de um processo constituído pelos vários agentes sociais ao longo do tempo.

Mas nem todas as interferências humanas no meio se justificam pela razão ou pela necessidade. O saber sensível possui grande influência no comportamento humano, gerando manifestações, intencionais ou não, nas paisagens. São formas de expressão humana, representações culturais que possuem significados próprios. Ao considerar a estrutura urbana como linguagem, a observação da paisagem, elemento que pode ser compreendido pelos sentidos, ajuda a decifrar a cidade e sua população.

A paisagem de Londrina, configurada ao longo de quase oito décadas, carrega uma série de sinais – desde os que remetem especificamente à sua implantação planejada, até os que retratam profundamente seus problemas sócio-ambientais. Verticalização acentuada no centro, zonas de grande valorização imobiliária, bolsões de pobreza, conjuntos habitacionais carentes de infra-estrutura, vazios urbanos. Diversas características que marcam a paisagem londrinense e que foram instituídas por perspectivas políticas, econômicas, históricas, culturais e ideológicas.

Os parques urbanos de Londrina guardam parte dos significados atribuídos às paisagens. Alguns parques, compostos por fragmentos de mata nativa, são resultado direto de iniciativas conservacionistas; outros, implantados com o propósito de embelezamento urbano, contêm diversos equipamentos voltados ao lazer da população.

O Parque Municipal Arthur Thomas é um exemplo de unidade de conservação em meio urbano que, ao incorporar funções de lazer, tornou-se um importante espaço público londrinense. Além do significativo papel que exerce do ponto de vista ambiental, o parque conta ainda com um importante referencial histórico: a primeira usina hidrelétrica de Londrina.

Os referenciais mais fortes do parque, o lago e a mata, podem ser analisados de acordo com seu potencial simbólico. São, no entanto, símbolos de si mesmos. A própria imagem de parque urbano está ligada ao caminhar tranquilo sob as árvores ao redor de um lago. Neste aspecto, o cenário do lago no Parque Arthur Thomas, embora agradável, não se diferencia de tantos outros parques urbanos espalhados pelo mundo – falta alguma característica que o diferencie dos demais. Entretanto, se a diversidade do meio deslumbra o visitante, a falta de manutenção observada em certos trechos não contribui para a formação de elos de afetividade e de identidade.

Outro aspecto importante do parque, seu caráter como patrimônio histórico local, poderia carregar grande potencialidade simbólica. No entanto, fora de contexto como se apresentam, os elementos históricos perderam potencialmente grande parte de seu significado. O desenvolvimento de Londrina, durante suas primeiras décadas, foi garantido por um pequeno galpão no meio da mata, sem nenhuma característica peculiar, mas que forneceu energia elétrica para toda a cidade: a Usina Hidrelétrica do Ribeirão Cambé. Independente do indivíduo que frequenta o parque ser ou não conhecedor da história local, a imagem que fica é a de abandono e descaso com o patrimônio histórico. Seja por falta de manutenção ou por falta de informação presente no local, o parque perde seu potencial nato de agregar significado histórico a uma paisagem natural.

A leitura da paisagem do Parque Arthur Thomas indicou, em alguns momentos, significados claros e evidentes. Em outros, foram encontrados apenas rastros. Com base na teoria semiótica, observou-se que índices são presentes em vários trechos do parque. Não menos importante que os símbolos, embora mais difíceis de serem decodificados, índices não indicam intencionalidade, mas as consequências de uma ação prévia. Algumas características (como a falta de manutenção ou a pouca referência à história local) e percepções (possuir ou não segurança, ser ou não agradável, propiciar ou não a formação de um elo afetivo, apresentar ou não o sentido de descoberta), embora apresentem significado restrito, influenciam diretamente na relação positiva ou negativa que o visitante terá com o parque.

De forma geral, verificou-se que o Parque Arthur Thomas apresenta uma série de potencialidades em relação ao lazer urbano, à conservação ambiental e à manutenção do patrimônio histórico local. No entanto, sob muitos aspectos, tal

potencial não é aproveitado em sua plenitude, seja por ineficiência do projeto paisagístico, carência de informações ao visitante ou falta de manutenção; atualmente, a imagem do parque perante a população é bastante negativa.

Talvez o motivo para a pouca presença de elementos sógnicos no parque seja por ele ser uma unidade de conservação ambiental. Neste contexto, a manutenção das espécies tem prioridade sobre a implementação de elementos construídos. Do ponto de vista semiótico, o parque apresenta-se basicamente neutro.

Em contrapartida, a administração atual possui planos para aumentar a taxa de visitação, está investindo em benfeitorias e em programas com a intenção atrair a população. Os problemas do parque podem ser contornados com pequenas interferências, tornando-o um lugar mais atrativo e informativo para quem o frequenta. O local se beneficiaria bastante se no novo projeto fossem incluídos mais elementos simbólicos.

As reformas e as novas estratégias abrem possibilidades para um panorama animador. A estrutura será aprimorada, o patrimônio histórico revitalizado e, através de parcerias, uma gama maior de atividades passará a ser ofertada aos visitantes.

Espera-se que, a partir das transformações, o parque ganhe vida e se torne um local mais representativo da cultura londrinense. É necessário que o Parque Arthur Thomas adquira um caráter mais propenso à afetividade da população para, conseqüentemente, ser mais frequentado por ela.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Functionalism today. In: LEACH, Neil (Ed.). **Rethinking architecture: a reader in cultural theory**. New York: Routledge, 1997. p. 06-19.

AMARAL, Ilídio do. Acerca de paisagem: apontamentos para um debate. **Finisterra: revista portuguesa de geografia**, Lisboa, v. 36, n. 72, p. 75-81, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.ceg.ul.pt/finisterra/index.html>>. Acesso em: 3 de dezembro de 2006.

ARANTES, Otília. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: Edusp, 2000.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BALLAROTTI, Lenita. **Análise das condições ambientais do parque Arthur Thomas e sua importância para a população de Londrina-PR**. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Faculdade de Geografia, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2006.

BARNABÉ, Marcos Fagundes. **A organização espacial do território e projeto da cidade: o caso da Companhia de Terras Norte do Paraná**. 1989. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Planejamento) – Faculdade de Engenharia, Universidade de São Paulo. São Carlos, 1989.

BARTALINI, Vladimir. Áreas verdes e espaços livres urbanos. **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, São Paulo, n.1, 2, p. 49-54, 1994.

BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de et. al. (Orgs). **Geografia, conceitos e temas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. p. 271-307.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 84-91.

BERTHO, Sidney Antônio. **Sidney Antônio Bertho**: Depoimento [jun. 2008]. Entrevistador: Miriam Paula Coradini. Londrina: Secretaria Municipal do Ambiente, 2008. MP3. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BISOGNIN, Edir Lucia; LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira; LISBÔA, Maria da Graça Portela. Comunicação e design: interfaces a partir de conceitos de estética. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2005. Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

BLEY, Lineu. Concepções de paisagem e lugar em geografia. In: OLIVEIRA, Livia de et al. **Geografia, percepção e cognição do meio ambiente**. Londrina: Humanidades, 2006. p. 103-107.

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna, 1990.

BRASIL. Lei nº 11.709, de 19 de junho de 2008. Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11709.htm>. Acesso em: 08 de agosto de 2008.

_____. Lei nº 11.164, de 18 de agosto de 2005. Dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11709.htm>. Acesso em: 08 de agosto de 2008.

_____. Decreto-Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de julho de 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>>. Acesso em: 27 de março de 2008.

BUCHMANN, Angela C. **Os vales na paisagem urbana de Londrina**: uma análise do uso e ocupação do solo das áreas lindeiras ao Ribeirão Cambé. 2001. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

BUENO, Edir de Paiva. Qualidade de vida como uma necessidade humana: fundamentação teórica e revisão bibliográfica. In: _____. **Dinâmica demográfica e a conformação sócio-espacial da cidade de Catalão (GO)**: uma análise dos níveis de desenvolvimento humano de 1970 a 2000. 2005. p. 31-48. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Bauru, 2005.

CABRAL, Otávio Luiz. Entre a paisagem e o lugar: contribuições ao estudo da espacialidade do turista. In: OLIVEIRA, Livia de et al. **Geografia, percepção e cognição do meio ambiente**. Londrina: Humanidades, 2006. p. 129-162.

CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. **No território do azul marinho**: a busca do espaço caiçara. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

CASTELNOU NETO, Antonio Manuel N. **Panorama geral da arquitetura londrinense**. Relatório de pesquisa (Teoria e História da Arquitetura) – Centro de Estudos Superiores de Londrina. Londrina, 1996.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. Histórico da industrialização em Londrina. In: _____. **Industrialização e pequenos empresários em Londrina**. Curitiba: Grafipar, 1981. p. 33-56.

CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec, 2000.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 13-74.

CONGRESSOS INTERNACIONAIS DE ARQUITETURA MODERNA. **Carta de Atenas**. Atenas, 1933. Disponível em <<http://www.mp.sp.gov.br/caouma/docstextos/urb/atenas-33.htm>>. Acesso em: 31 de outubro de 2005.

CORADINI, Míriam Paula; CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. O atual modelo de planejamento urbano: estratégias pautadas no discurso da sustentabilidade. In: SIMPÓSIO PARANAENSE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 2, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2007. CD-ROM.

_____; CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. Parques urbanos, questão ambiental e qualidade de vida. In: SIMPÓSIO PARANAENSE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1, 2006, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2006. CD-ROM.

_____. **Parques urbanos na contemporaneidade:** análise dos valores funcionais, ambientais e estéticos. 2005. Monografia (Especialização em Arquitetura e Contemporaneidade: composição e linguagem) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2005.

CORRÊA, Denise Aparecida; GONÇALVES JR., Luiz; ARAÚJO, Adilson Souza de. Parques municipais: confronto entre la urbanización y el ocio. In: CONGRESO MUNDIAL DEL OCIO, 6, 2000, Bilbao. **Anais...** Bilbao: Universidad de Deusto, 2000. Disponível em: <<http://www.ocio.deusto.es/formacion/ocio21/>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: _____ (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 7-11.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 92-123.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DESCOBRINDO o Parque em Londrina. **Folha de Londrina**, Londrina, 16 ago. 2008. Cidades. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/folha/folhad.php?id=8575&dt=20080816>>. Acesso em: 16 de agosto de 2008.

DOMINGO tem piquenique no Parque Arthur Thomas. **Folha de Londrina**, Londrina, 1 ago. 2008. Cidades. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/folha/folhad.php?id=158&dt=20080801>>. Acesso em: 09 de agosto de 2008.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUNCAN, James S. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 91-132.

ECO, Umberto. **Tratado geral da semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ELORZA, Telma. Reformas no Arthur Thomas incluem playground e mirante. **Jornal de Londrina**, Londrina, 3 jan. 2008. Geral. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/jl/geral/conteudo.phtml?tl=1&id=726251&tit=Reformas-no-Arthur-Thomas-incluem-playground-e-mirante>>. Acesso em: 10 de agosto de 2008.

FARO, Fernando Rocha. Dentro do parque, investimentos para aumentar visitas. **Folha de Londrina**, Londrina, 4 jul. 2008. Cidades. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/folha/folhad.php?id=4213&dt=20080704>>. Acesso em: 09 de agosto de 2008.

FEDER, Elsa Maria S. V. de Souza. Ensaio sobre o lazer como um direito do cidadão. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 8, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UNICENP/UFPR, 2004. CD-ROM.

FEIBER, Silmara Dias. Áreas verdes urbanas: imagem e uso - o caso do passeio público de Curitiba-PR. **RA'E GA**, Curitiba, v. 8, p. 93-105, 2004. Disponível em: <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2006.

FERREIRA, Yoshiya Nakagawara et. al. O papel das cidades médias no contexto da urbanização brasileira: reflexões sobre a cidade de Londrina-PR. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES MÉDIAS, 2, 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2006. CD-ROM.

_____. **O uso do solo urbano de Londrina**. Relatório de pesquisa (Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2005.

_____. Da cidade planejada à morada vertical. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. **Plano Diretor de Londrina**: documento diagnóstico. Londrina, 1995.

_____. **O uso do solo urbano de Londrina**. Relatório de pesquisa (Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 1984.

FOLADORI, Guillermo. O capitalismo e a crise ambiental. **Outubro**, São Paulo, v. 5, p. 117-126, 2001.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FRAZÃO, Marcelo. O que vai ser de Londrina? **Jornal de Londrina**, Londrina, 10 de maio de 2006. Cidades, p. 04.

GALINA Márcia Helena, TROPMAIR Helmut, VERONA, Juliana Augusta. Geografia e questões ambientais. **Mercator**, Fortaleza, n. 04, p. 87-97, 2003.

GANDY, Matthew. Paisagem, estéticas e ideologia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 75-90.

GOMES, Paulo César da Costa. O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 2, n. 4, p. 249-266, jul./dez. 2005.

_____. Cidadania e espaço público: o que a geografia tem a dizer? In: _____. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 129-168.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Estética: a idéia e o ideal**. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

HOLZER, Werther. Memórias de viajantes: paisagens e lugares de um novo mundo. **Geographia**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 111-122, 2000. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_03/Werther%20Holzer.pdf>. Acesso em: 3 de dezembro de 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA. **Histórico**. Disponível em <<http://www.londrina.pr.gov.br/ippul/historico.php#historico>>. Acesso em: 05 de maio de 2006.

KLIASS, Rosa Grena. Prefácio. In: MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade.** São Paulo: Pini, 1993.

LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista.** São Paulo: UNESP, 2004.

LIMA, Fausto C. de. A contribuição de Prestes Maia ao urbanismo moderno de Londrina. In: SZMRECSANYI, Maria Irene; ZANI, Antonio Carlos (Orgs). **Arquitetura e cidade no Norte do Paraná.** São Paulo: FAU-USP/UEL, 2003.

LUSTOZA, Regina Esteves. **A paisagem como um dos elementos essenciais à qualidade de vida.** Disponível em: <http://www.anbio.org.br/bio/biodiver_art42.htm>. Acesso em: 23 de setembro de 2005.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, Carla Ferreira de. **Avaliação dos atributos determinantes na escolha de ambientes de permanência em espaço livre público a partir do método da grade de atributos.** 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil.** São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **Quadro do paisagismo no Brasil.** São Paulo: Edusp, 1999.

MAGALHÃES, Luís Mauro Sampaio. **Funções e estrutura da cobertura arbórea urbana.** Rio de Janeiro: Edur, 2004.

MARCELINO, Nelson Carvalho. Lazer como fator e indicador de desenvolvimento regional. In: MÚLLER, Ademir; COSTA, Lamartine Pereira da (Orgs.). **Lazer e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 41-52.

MORATO, Rúbia Gomes; KAWAKUBO, Fernando Shinji; LUCHIARI, Ailton. Mapeamento da qualidade de vida em áreas urbanas: conceitos e metodologias. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 241-248, jul./dez. 2003.

OLIARI, Deivi Eduardo. A Semiótica: a base para a linguagem visual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27, 2004, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUC-RS, 2004. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/handle/1904/18162>>. Acesso em: 05 de junho de 2007.

OLIVEIRA, Livia. Percepção e Paisagem da Cidade. In: ENCONTRO DE PERCEPÇÃO E PAISAGEM DA CIDADE, 1, 2006, Bauru. **Anais...** Bauru: UNESP, 2006. CD-ROM.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário. Metodologia para Avaliação da Capacidade de Carga: caso do plano de ordenamento da orla costeira Sado-Sines. In: CONGRESSO DA ÁGUA, 4, 1998. **Anais...** Lisboa: FIL, 1998. Disponível em: <<https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/134962/1/POOC-paper%20Congresso%20da%20Agua.pdf>>. Acesso em: 23 de julho de 2008.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

PIGNATARI, Décio. **Semiótica da arte e da arquitetura**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

PIPPI, Luis Guilherme Aita; AFONSO, Sonia; SANTIAGO, Alina. **A aplicação da sustentabilidade no ambiente urbano**. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 3, 2003, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2003. CD-ROM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. **Parque Arthur Thomas**. Disponível em: <<http://www.parquearthurthomas.com.br>>. Acesso em: 27 de março de 2008.

_____. **Plano de Manejo do Parque Municipal Arthur Thomas**. Londrina, 2004. CD-ROM.

RECHIA, Simone. **Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer**. 2003. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2003.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 12-74.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **RA'E GA**, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Disponível em: <<http://www.geog.ufpr.br/raega/>>. Acesso em: 5 de dezembro de 2006.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Luciene de Jesus Maciel da; EGLER, Ione. O estudo da percepção em espaços urbanos preservados. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1, 2002, Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba, 2002. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/gt/sustentabilidade_cidades/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2005.

SILVA, Maria da Gloria Lanci da. Conceitos e desenho no planejamento da paisagem. **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, São Paulo, n. 5, p. 81-90, 1993.

SILVA, William Ribeiro da. A formação do centro principal de Londrina e o estudo da centralidade urbana. **Geografia**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 21-44, jul./dez. 2003.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Schwarcz, 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VESENTINI, José William. **Geografia, natureza e sociedade**. São Paulo: Contexto, 1989.

WEINGATNER, Gutemberg. Qualidade ambiental e gestão do espaço público: a política administrativa e o papel do sistema de espaços livres públicos no território urbano de Campo Grande-MS. **Ensaio e Ciência**, Campo Grande, v. 5, n. 3, p. 133-159, dez. 2001. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/260/26050307.pdf>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2006.

ZANON, Elisa. **Espaço e tempo na área central de Londrina**. 2003. Monografia (Graduação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2003.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. O setor industrial paranaense: o caso de Londrina. In: _____. **Participação social dos operários de origem rural em área urbana**. Curitiba: Grafipar, 1981. p. 24-29.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

ANDRADE, Thales de. Inovação tecnológica e meio ambiente: a construção de novos enfoques. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 89-106, jan./jun. 2004.

ARANTES, Otília. **O Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: Edusp, 2001.

ARENDRT, Hannah; GOMES, Paulo César da Costa. Cidadania e espaço público: o que a geografia tem a dizer? In: GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 129-168.

BARTALINI, Vladimir. Paisagem e cultura em São Paulo. **Arquitextos**: periódico mensal de textos de arquitetura, São Paulo, n. 49, mai. 2004. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq049/arq049_01.asp>. Acesso em: 27 de junho de 2007.

BOBEK, Hans; SCHMITHÜSEN, Josef. A paisagem e o sistema lógico da geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 75-83.

BOISER, Sergio. ¿Hay espacio para el desarrollo local en la globalización? **Revista de la CEPAL**, Santiago, n. 86, p. 47-62, ago. 2005.

BORGES, Fernanda. Obras melhoram estrutura de parque. **Folha de Londrina**, Londrina, p. 3, 28 fev. 2007.

BOSSÉ, Mathias Le. As questões de identidade em geografia cultural: algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 157-179.

BRAZ, Fábio Cezar; CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. Sociedade e ambiente: um diálogo crítico sobre a sustentabilidade e o turismo. In: CARVALHO, Márcia Siqueira (Org.). **Geografia, meio ambiente e desenvolvimento**. Londrina: Eduel, 2003. p. 163-178.

CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas et. al. Tamarana: proposta para o roteiro de excursionismo educativo. In: Semana de Geografia, 22, 2006, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2006. CD-ROM.

_____. **Turismo e excursionismo rural: potencialidades, regulação e impactos**. Londrina: Humanidades, 2005.

_____. **Turismo e excursionismo: o qualitativo rural. Um estudo das experiências e potencialidades no Norte Velho do Paraná**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: _____. **O Poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELNOU NETO, Antonio Manuel N. **Ecotopias urbanas: imagem e consumo dos parques curitibanos**. 2005. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

CASTRO, Demian Garcia. **Significados do conceito de paisagem: um debate através da epistemologia da geografia**. Disponível em: <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo3/E3_018.htm>. Acesso em: 14 de maio de 2006.

CLAVAL, Paul. **Geografia cultural**. Florianópolis: Edufsc, 1999.

CORADINI, Míriam Paula; MARTINS, Érica Mantovani; CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. Qualidade ambiental, funcional e estética em parques urbanos: análise do Parque Estadual da Lagoa da Jansen, São Luís, MA. In: YAMAKI, Humberto et. al. **Geografia e meio ambiente: estudos teóricos e metodológicos**. Londrina, 2006, v. 2, p. 141-162.

COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural: um século (II)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000. p. 15-32.

_____. Mundos de significados: geografia cultural e imaginação. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural: um século (II)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000. p. 33-60.

DE MASI, Domenico. **Ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

DUARTE, Matusalém de Brito; MATIAS, Vandeir Robson da Silva. Reflexões sobre o espaço geográfico a partir da fenomenologia. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 16, p. 190-206, out. 2005.

DUNCAN, James S. Após a guerra civil: reconstruindo a geografia cultural como heterotopia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural: um século (II)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000. p. 61-83.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FARO, Fernando Rocha. Lixo e descaso no entorno do Arthur Thomas. **Folha de Londrina**, Londrina, 4 jul. 2008. Cidades. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/folha/folhad.php?id=4212&dt=20080704>>. Acesso em: 09 de agosto de 2008.

FERREIRA, Yoshiya Nakagawara; MARANDOLA JR., Eduardo. Riscos ambientais e custos de urbanização: pressupostos teórico-metodológicos. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 15-26, jan./jun. 2001.

FESTI, Aparecido Vanderlei. Os Critérios de Área Verde e Sistema de Lazer no Planejamento Urbano. CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em: <http://geodesia.ufsc.br/Geodesia-online/arquivo/cobrac_2004/011.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2006.

FIGUEIREDO, Elisabete; FIDÉLIS, Teresa. No meu quintal não! Análise dos movimentos ambientais de raiz popular em Portugal (1974- 1994). In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 4, 2000, Coimbra. **Anais...** Coimbra, 2000. Disponível em: <<http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta037.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2006.

GERHARDT, Clayton Henrique; ALMEIDA, Jaicione. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.3, n. 2, p. 1-33, jul./dez. 2005.

GUIMARÃES, Solange Terezinha de Lima. Arquitetar para viver, educar para conservar: faces da qualidade ambiental e da qualidade de vida na conservação do meio ambiente. **Climatologia e Estudos da Paisagem**, Rio Claro, v. 1, n. 1/2, p. 20-39, jul/dez 2006.

HOLZER, Werther. Paisagem vernacular: o uso de imagens na avaliação dos assentamentos salineiros da Região dos Lagos Fluminense. In: ENCONTRO DE PERCEPÇÃO E PAISAGEM DA CIDADE, 1, 2006, Bauru. **Anais...** Bauru: UNESP, 2006. CD-ROM.

_____. Sobre paisagens, lugares e não-lugares. In: OLIVEIRA, Livia et. al. **Geografia, percepção e cognição do meio ambiente**. Londrina: Humanidades, 2006. p. 109-128.

_____. **Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

JENCKS, Charles. Movimentos modernos em arquitetura. Lisboa: Edições 70, 1985.

KANASHIRO, Milena. A cidade e os sentidos: sentir a cidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 7, p. 155-160, jan./jun. 2003

KAPLAN, Rachel; KAPLAN, Stephen; RYAN, Robert. **With people in mind: design and management of everyday nature**. Washington: Island Press, 1998.

KATUTA, Ângela Massumi . As imagens na geografia: coordenadas semióticas para a compreensão da ordenação dos lugares. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 11, 2007, Bogotá. **Anais...** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007. v. 1. p. 249-249.

_____. Geografando a sétima arte: notas introdutórias. In: Semana de Geografia, 2005, 21, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2005. CD-ROM.

LAMOUNIER, Alex Assunção. **Atmosferas de ruas**: identificação dos componentes e suas qualidades em Londrina-PR. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2006.

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável**: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Modevidéu: Coscorba, 2004. Disponível em: <<http://ambiental.net/coscoroba/>>. Acesso em: 20 de março de 2006.

MACHADO, Fernanda de Alencar; ÁLVARES, Lucia Capanema. Os parques urbanos como espaços de apropriação heterogênea: lazer e turismo na Pampulha. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 8, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UNICENP/UFPR, 2004, s/p. CD-ROM.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. Ambiente, espaço, paisagem. **Paisagem e Ambiente**: Ensaios. São Paulo, Edição Especial, n.1 , 2, p. 57-64, 1994.

MARTINELLI, Marcello. Cartografia ambiental: uma cartografia diferente? **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 7, p. 61-80, 1994.

_____; PEDROTTI, Franco. A cartografia das unidades de paisagem: questões metodológicas. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 14, p. 39-46, 2001.

MELAZZO, Everaldo Santos. Alinhando idéias, estabelecendo nexos e propondo desafios: contribuições para o debate dos dez anos do GASPERR. In: SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais**: a construção de uma temática. Presidente Prudente: Unesp/FCT/GASPERR, 2005. p. 85-116.

MELO, Vera Lúcia M. Oliveira. A paisagem sob a perspectiva das novas abordagens geográficas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 9146-9165.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fábio de Faria. Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. In: FREITAS, Ricardo Ferreira; NACIF, Rafael (Orgs.). **Destinos da cidade**: comunicação, arte e cultura. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005. p. 119-130.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Geografia: pequena história crítica.** São Paulo: Hucitec, 1987.

NITSCHKE, Leticia Bartoszeck Teixeira. **O significado do turismo no roteiro "Caminhos de Guajuvira", Araucária/PR.** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras. **Estatuto da Cidade: para compreender...** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

PARQUE Arthur Thomas. **Jornal de Londrina**, Londrina, 4 jan. 2008. Colunas. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/jl/colunas/conteudo.phtml?tl=1&id=726417&tit=Parque-Arthur-Thomas>>. Acesso em: 10 de agosto de 2008.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens urbanas.** São Paulo: SENAC/ Marca D'água, 1998.

PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. Por um design ambiental. **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, São Paulo, n. 1 e 2, p. 87-98, 1994.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. Trabalho, tempo livre e lazer na sociedade contemporânea. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 8 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UNICENP/UFPR, 2004. CD-ROM.

PIMENTA, Ângela Maria. O gesto da arte como consciência da paisagem e da existência humana na América Latina. **Cadernos PROLAM**, São Paulo, v. 1, p. 97-123, 2004.

PIMENTA, Izabella Lacerda; MICHEL, Filipe Campos. A importância de espaços públicos para classes sociais menos favorecidas: um estudo do lazer no parque municipal de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 8, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UNICENP/UFPR, 2004. CD-ROM.

RAMOS, Cristhiane S. Representação gráfica: conceitos básicos. In: _____. **Visualização cartográfica e cartografia multimídia.** São Paulo: UNESP, 2005.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A questão ambiental e a (re)descoberta do espaço: uma nova relação sociedade/natureza? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 73, p. 35-71, 1994.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. 1992: a redescoberta da Natureza. **Estudos Avançados**, São Paulo, 6 (14), p. 95-106, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141992000100007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 de agosto de 2006.

VASCONCELOS, Gustavo Bruski de; YAMAKI, Humberto Tetsua. Plano inicial de Londrina e sua relação com as águas. In: CARVALHO, Márcia Siqueira de (Org.). **Geografia, meio-ambiente e desenvolvimento**. Londrina: Eduel, 2003. p. 59-71.

VILLA, Rafael Duarte. Formas de influência das ONGs na política internacional contemporânea. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, n. 12, p. 21-33, jun 1999. Disponível em: <<http://www.revistasociologiaepolitica.org.br/>>. Acesso em: 20/03/2006.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição à história do planejamento urbano no Brasil. In: Deák, C.; Schiffer, S.R. (Orgs.). **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: FUPAM/EDUSP, 1999. p. 169-244.

_____. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel/Fapesp, 1998.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. A paisagem vista por um geógrafo, um paisagista e um pintor. In: _____. **Yves Lacoste: entrevistas**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 71-86.

ZEVI, Bruno. **Saber ver arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.